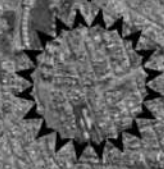


An aerial photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban grid with winding roads and green spaces. The image is in black and white. The title 'presenças ausências' is overlaid on the image. The word 'presenças' is in a bold, black, serif font, and 'ausências' is in a white, serif font. The background image shows a city with a grid pattern, winding roads, and some green spaces. The title is positioned in the upper left quadrant of the image.

presenças ausências

Bárbara Barbosa Leite Yadoya



Trabalho Final de Graduação
Dezembro de 2019

Bárbara Barbosa Leite Yadoya



Presenças e Ausências

**Estudos sobre o patrimônio cultural na
Zona Leste de São Paulo**

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Karina Oliveira Leitão

Coorientadoras

Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento

Prof.^a Dr.^a Simone Scifoni

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de São Paulo

São Paulo

Agradecimentos

À minha família, que a todo momento me deu apoio durante a faculdade, mesmo quando esse lugar me mostrava que ainda não é para todo mundo. Especialmente, às duas mulheres mais fascinantes e admiráveis que já conheci, a Nina, minha mãe, e a Dona Clarice, minha avó, por batalharem tanto, sempre de cabeça erguida. Assim como ao meu irmão Gustavo, que me ajudou muito no trabalho.

Às minhas orientadoras Flávia Brito, Karina Leitão e Simone Scifoni, com seus conselhos, ponderações e conversas maravilhosas possibilitaram que o trabalho existisse. Também agradeço às convidadas da banca, Prof. Beatriz Rufino e Prof. Renata Martins, por participarem desse momento tão importante na minha graduação.

Ao Guilherme Leria Sanches, meu companheiro de todas as horas.

Aos meus amigxs queridxs da graduação: Hudynne, André, Gabriela, Adriana, Vinícius, Artur, Thaís, Mônica, Mateus, Débora, Luisa, Carol, Cláudia, Jéssica, Gabriel, Miguel, Matheus, Beatriz, Bianca e Andrews. Especialmente ao querido Rafael, por todo o apoio na reta final.

A todxs xs companheirxs de trabalho do DIPO da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, bem como no Museu do Ipiranga: Isabela, Denise, Ricardo, Juliana, Ingrid, André, Isabella, Milene, Gui Pacheco, Léo, Gabi, Lucas, Luiz, Fabi, Sami, Thyalla, Karina, Lara, Gui e a querida Geisa, que estará sempre no meu coração. Também às queridas Carol, Isadora e Marina, amizades que espero sempre ter por perto, e axs amigxs do Liceu de Artes e Ofícios, especialmente ao Régis, Juliana e Carol.

E por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu grande amigo, que me acompanha há muito tempo e sempre trouxe os melhores conselhos e os abraços mais apertados. Sempre lembrarei de você. Espero, no presente trabalho, apresentá-lo de forma digna com o que eu sou e com o que essas pessoas me ensinaram a ser.

Sumário

Introdução	8
Estudo sobre a urbanização da Zona Leste.....	17
Dados da Zona Leste de São Paulo.....	53
Sobre a cultura.....	64
Sobre o patrimônio, a cultura e o Estado	70
Estudos de caso.....	76
Capela de São Miguel Paulista	78
Sítio Mirim.....	87
Sítio Piraquara.....	92
Chácara dos Fontouras - Fazenda Biacica	98
Casa sede da fazenda da Família Morganti	105
Chácara Sábbado D'Ângelo	109
Clube de Regatas da Nitro Operária	115
Casa do Chefe da estação de Itaquera	121
Passeadouro Público Miguel Bompan	125
Estação da CPTM de São Miguel Paulista	130
O patrimônio em seu contexto.....	133
Sobre a Casa de Memória	141
Entrevista - Casa de Memória de Itaquera	142
Análises.....	147
Considerações finais	160
Referências das imagens.....	163
Referências dos Gráficos.....	167
Referências Bibliográficas	168
Sites	172
Documentos	174



1. Vista da paisagem na linha Safira, da CPTM.

Introdução

Para apresentar um pouco do processo de definição do tema, começo o trabalho com uma citação de Henri Lefébvre, que foi o ponto de partida para as inquietações e reflexões que serão desenvolvidas.

*“O urbano? É um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma **presença-ausência** sempre renovada, sempre exigente.”*

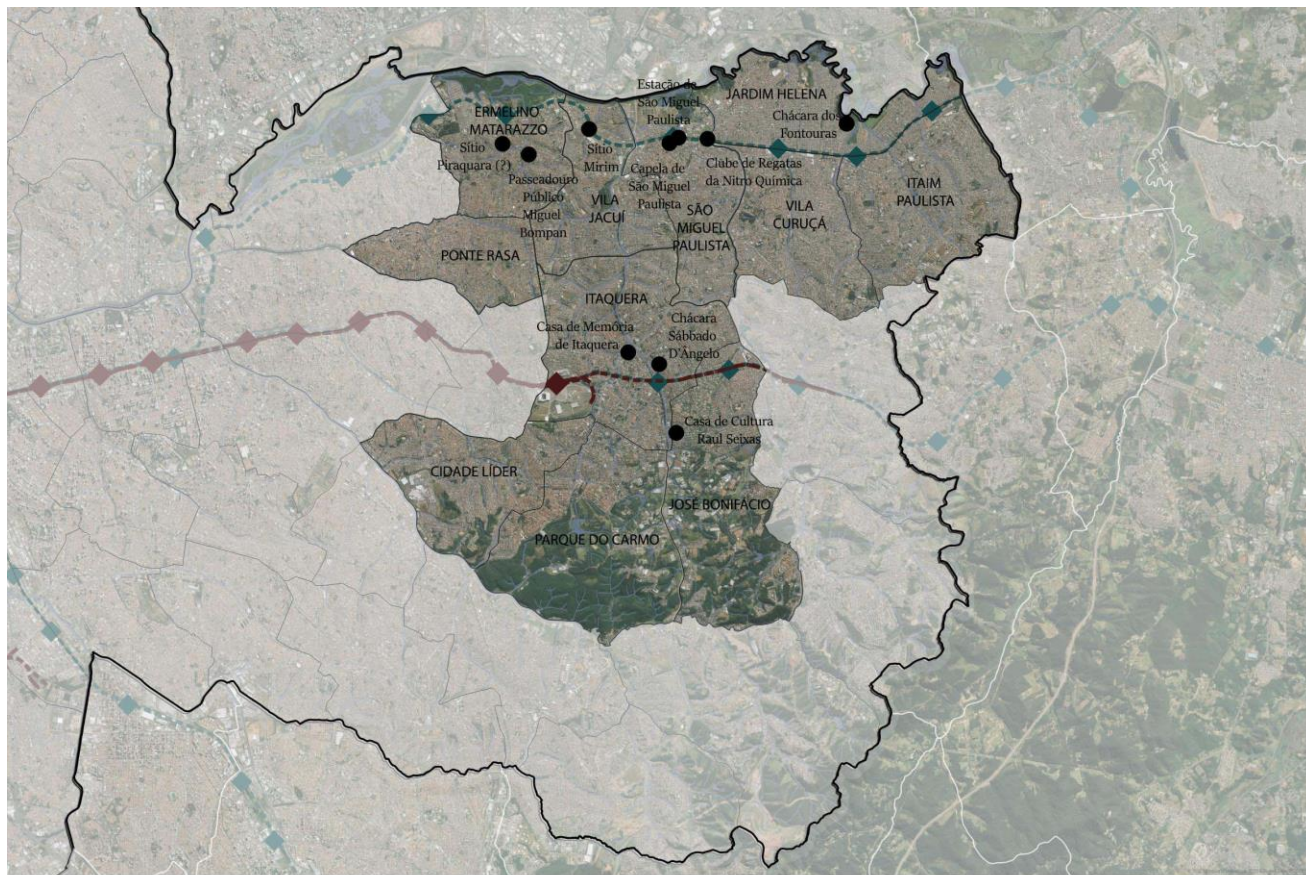
(LEFÈBVRE, 2008, p. 47)

Em São Paulo, convivemos diariamente com o urbano, mas o que ele seria? Defini-lo é importante, porque possibilita uma abordagem crítica sobre o que seria a produção do espaço urbano na Zona Leste. Compreender o urbano enquanto um campo de tensões, leva-nos a refletir sobre o que os espaços significam, resultados sempre de uma relação dialética. O que me interessa especialmente tensionar no trabalho refere-se ao urbano enquanto uma presença-ausência sempre renovada.

Então como podemos analisar o urbano?

Podemos ler o fenômeno urbano de múltiplas formas. É uma constante presença-ausência, seja pelo uso e ocupação dos lugares, pela ação estatal, pelos espaços produzidos cotidianamente, pelos bens demolidos. Essa relação a todo momento pode ser encontrada, referindo-se a um processo muito maior, como um fragmento que pode expressar uma totalidade. A análise não pode ser ingênua e nem apenas focada na aparência dos bens, temos que refletir sobre a totalidade, enquanto processo histórico-social, buscando capturar a sua essência.

Portanto, para pensarmos sobre o significado desse processo na nossa realidade tangível, no caso dessa análise sobre a Zona Leste de São Paulo, foram selecionados estudos de caso, buscando compreender as diferentes dinâmicas passadas, presentes e os processos maiores que acompanham os usos e ocupações dos espaços da cidade. O estudo dos bens culturais deve considerar também sua localização na cidade e o recorte definido, englobando as regiões de Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaquera e Itaim Paulista, visa à compreensão dos movimentos e momentos de maior escala.



Localização dos estudos de caso

◆ Metrô
◆ Trem

0 2.5 5 7.5 km

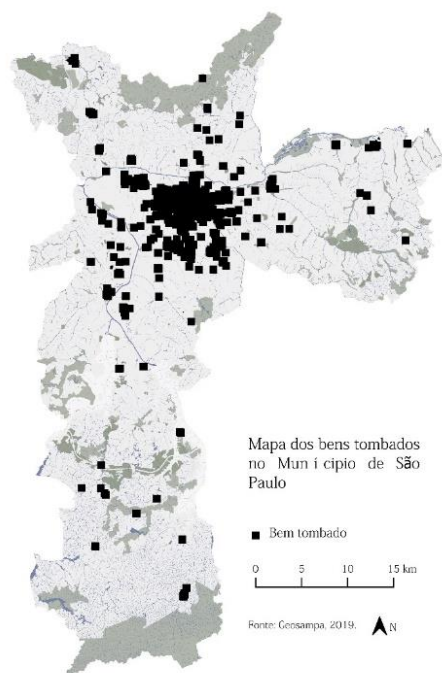
2. *Localização dos estudos de caso, no recorte das subprefeituras de Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaquera e Itaim Paulista.*

Analisando o recorte do território, é importante considerar o processo de ocupação periférico, as desigualdades sociais e espaciais. Afinal convivemos com o “processo de estigmatização midiática da periferia”, em que a mídia e o poder público construíram um imaginário das periferias monocromático e apocalíptico, condenando seus moradores a assumirem uma condição de discriminação, como afirma Ana Paula do Val (ALCADE, 2013, p. 15).

Sempre morei na Zona Leste de São Paulo, especialmente em São Miguel Paulista, e apesar de o trabalho não possuir caráter biográfico, acredito que seja interessante me debruçar sobre o estudo do lugar onde cresci e passo grande parte do meu cotidiano.

Em concordância com a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, acredito que “ [...] é a partir daquilo que aparece aos olhos do pesquisador que as questões se colocam e o processo de conhecimento se desencadeia”¹. Assim, o tema é derivado de inquietações com a paisagem da Zona Leste, estudando edifícios que ora são marcantes devido à sua monumentalidade ora se mesclam a ela, quase invisibilizados, seja pelo tráfego de veículos, pelas grades ou altos muros. Alguns marcaram a minha vida, com momentos de vivências importantes e outros apresento como uma reflexão frutífera.

¹ CARLOS, 1992, p. 24.



3. *Distribuição dos bens tombados na cidade de São Paulo.*

Observando a distribuição de edifícios tombados – bens registrados pelo poder público como patrimônio– na cidade de São Paulo, temos uma das situações que mais me intrigou durante a realização do trabalho: a distribuição desigual da localização dos tombamentos pelo território, concentrados majoritariamente no centro da cidade. Será que somente o centro possui patrimônio para se reconhecer? Como foram escolhidos os bens a serem tombados?

A partir disso, selecionei alguns casos de edifícios para estudar, localizados mais próximos de regiões onde já convivi na Zona Leste. Num primeiro momento, o fio conector desses estudos de caso selecionados, traz a minha trajetória, com lugares que conheci e lugares com contribuições interessantes para a discussão sobre o patrimônio cultural da Zona Leste de São Paulo.

Compreender seus significados com o passar do tempo, seus usos e ocupações, tornou-se para mim uma forma interessante de entender como ocorreu a formação daquele espaço ao seu redor também. Até, por meio desse fragmento, estudar a totalidade, com as diferentes ocupações que aconteceram nos bairros e regiões, sempre em contato com movimentos maiores na cidade.

O território, nesse sentido é o melhor suporte de visualização das desigualdades e contradições que a cidade de São Paulo agrega (VAL, conforme citada por ALCADE, 2013, p. 14). Então observar a cidade sobretudo como fruto de processo histórico-

social, o estudo da história da urbanização da Zona Leste de São Paulo ampliou os horizontes da pesquisa.

Pensar no processo de ocupação da região, traz para a discussão não somente quem se mantém ou se move dos lugares, mas também sobre a formação do espaço urbano. Quando alcançamos a contemporaneidade nos estudos, tornou-se necessário desenvolver uma abordagem interdisciplinar e não observar a situação de forma segmentada. Desse modo, abordar o patrimônio cultural enquanto um bem inserido no urbano, despontou em estudos sobre a produção do espaço, a cultura e até o que seria o cotidiano dos lugares, como uma forma de apreender os processos maiores que acompanham os usos.

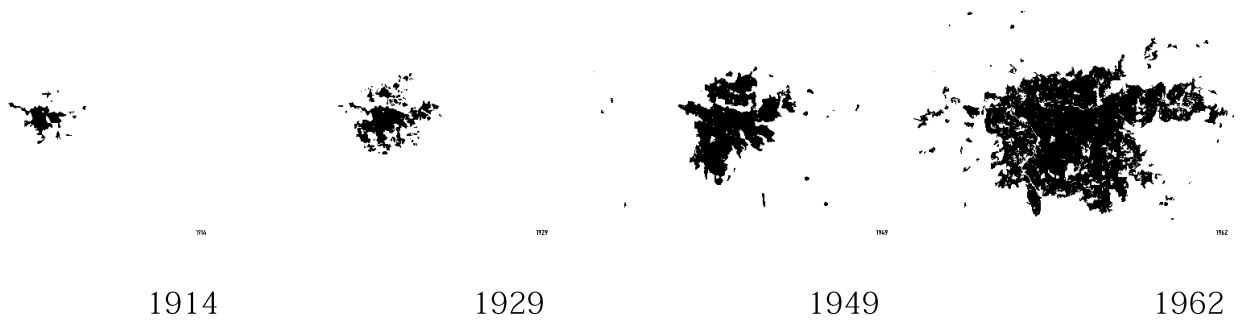
Trata-se de uma tentativa de “[...] desmistificar as representações que permeiam a vida cotidiana e abrir perspectivas reais e concretas para se pensar nos caminhos de transformação da realidade” (CARLOS, 1992, p. 34). É importante lembrar não é a minha proposta que o trabalho tenha um fim em si mesmo, mas é o despontar de estudos sobre o tema, estabelecendo um diálogo em que o patrimônio seja visto como uma política pública urbana e uma política cultural.

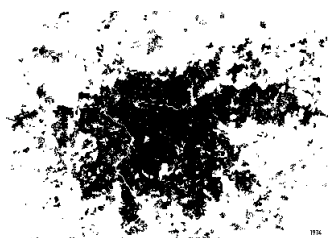
Na organização das discussões do trabalho, escolhi abordar o tema apresentado, com alguns conceitos e estudos importantes, seguidos dos estudos de caso:

No primeiro capítulo escrevo sobre a história da urbanização da Zona Leste de São Paulo, considerando-a como fruto de processos históricos-sociais. Será desenvolvido um estudo para então alcançar os processos contemporâneos que ocorrem nesse território. A fim de fomentar discussões futuras, escrevo sobre a cultura, o urbano e o patrimônio;

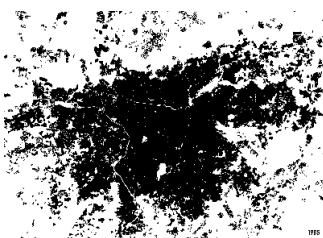
No segundo capítulo serão apresentados os estudos de caso, que totalizam 10 áreas de estudo. Os estudos de caso estão distribuídos pela Zona Leste de São Paulo com as questões latentes que levantam, suas contradições e diversidades, ora em seus usos e ocupações ora nas políticas públicas que os acompanham;

Já no terceiro capítulo do trabalho, serão apresentadas possibilidades de atuação com o patrimônio encontradas no território, com o aprofundamento em dois estudos de caso. A intenção é de discutir as formas de pensar o patrimônio, o urbano e a cultura e como essas temáticas são vistas na vida cotidiana dos sujeitos.

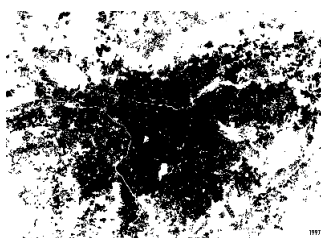




1974



1985



1997



2005

4. *Expansão da mancha urbana em São Paulo.*

“Quem percorre os subúrbios orientais da Paulicéia tem, ante os olhos, uma paisagem marcada pela mão do homem de maneiras muito diversas” (AZEVEDO, 1945, p. 58).

1. Estudo sobre a urbanização da Zona Leste

O processo de urbanização da Zona Leste de São Paulo ocorre de forma complexa, é um estudo de um vasto território e compreende momentos e processos diversificados de ocupação. É importante para as discussões sobre o patrimônio que pretendo traçar mais adiante e será abordado com o objetivo de entendermos os estudos de caso e sua relação com a cidade nos dias de hoje.

A cidade pode ser analisada como um produto histórico e social, com relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com a sua história. Dessa forma, a cidade se transforma de acordo com a sociedade que se modifica (CARLOS, 1992, p. 68). Nesse processo, a historicidade das cidades leva-as a sua singularidade em que a própria cidade, vista como uma materialidade, fornece-nos uma estrutura de enquadramento, com a qual podemos compreender a vida social (SANTOS, 2009, p. 13).

Como podemos observar, seja na mídia ou ao andar pelas ruas, a cidade é desigual, com áreas, sejam elas ricas ou pobres, se produzindo e se reproduzindo constantemente, ou seja, o tempo presente. Dessa forma, podemos pensar nos diferentes usos da cidade, que demonstram como esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e até contraditória (CARLOS, 1992, p. 23). Áreas que há algumas décadas podiam ter pouco valor, podem ser valorizadas nos dias de hoje.

A desigualdade espacial que encontramos na cidade é produto da desigualdade social, e na cidade de São Paulo, com 12 milhões de habitantes, podemos encontrar essa desigualdade de forma pulsante. A apropriação da cidade ocorre de forma diferenciada pelos cidadãos e esse processo se refere às mais diversas formas de viver na cidade. Portanto, para pensar na cidade além de sua forma, é importante considerar a dimensão do humano (CARLOS, 1992).

Podemos observar diversos processos na história da urbanização da Zona Leste, de modo que faço aqui uma sistematização que se inicia no período colonial. É importante pontuar que essa sistematização foi realizada como um estudo, sem excluir a importância dos momentos anteriores da ocupação na região.

No período colonial, com o objetivo de fixação e evangelização dos indígenas, foram estabelecidas aldeias e inicialmente quatro foram confiadas aos Jesuítas em São Paulo: São Miguel, Pinheiros, Barueri e Guarulhos. Formavam uma rede de aldeamentos conforme o avanço e estabelecimento dos padres da Companhia de Jesus na região (MONTANARI, 2018, p. 714).

A figura do indígena Piqueroibi é bastante presente em textos sobre a história da Zona Leste de São Paulo, sobretudo na região de São Miguel Paulista e de Itaim Paulista (MELLO, 2017; BOMTEMPI, 1970). Chefiando outros indígenas da tribo dos Guaianazes, realizaram um ataque à vila de São Paulo em 1562, mas foram derrotados. Esse evento, levou os padres da Companhia de Jesus à estabelecerem na região de Ururáí um aldeamento, para além de doutrinar os indígenas, estabelecerem ponto estratégico na defesa da vila de São Paulo (BOMTEMPI, 1970).

Com isso foi criado o aldeamento de São Miguel, na área de Ururáí, que correspondia à região começando um pouco além da Penha, estendia-se pela margem esquerda do Rio Tietê até a margem esquerda do Rio Guaió (LEMOS e AZEVEDO, 1999, p. 22). Para a catequização dos indígenas, era necessária sua fixação à terra e habituação ao trabalho aos moldes dos colonizadores, portanto nos aldeamentos os padres reservaram terras e requisitavam as sesmarias que fossem necessárias (BOMTEMPI, 1970, p. 28).

Em 12 de outubro de 1580, foi assinada a sesmaria por Jerônimo Leitão, que destinava uma área aos Guaianás da aldeia de São Miguel de Ururáí. Essa sesmaria nunca foi respeitada, com a gradativa ocupação de roças, pastos e fazendas pertencentes à colonos (MELO, 2017, p. 27). Os problemas com a habitação e com a

desigualdade espacial advém de momentos bastante anteriores da história de São Paulo.

Vale assinalar que o processo de colonização no Brasil foi sobretudo uma “empreitada comercial”, em que os colonizadores não tiveram a intenção de criar uma civilização, mas de explorar a terra. Foi fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o poder do senhor se alongava das terras às gentes também e do trabalho escravo inicialmente do nativo e posteriormente do africano (FREIRE, 1999, p. 75).

Os indígenas mantiveram-se em São Miguel e foram escravizados, nos serviços obrigatórios do sertão e servindo aos moradores brancos da região. Devido ao aproveitamento econômico das terras, a coexistência de brancos e indígenas foi intensificada (BOMTEMPI, 1970, p 46).

Não se destruíam apenas as plantas e sementeiras dos índios de São Miguel. Efetuava-se a ocupação de suas terras por via francamente espoliativa. Aos colonos, que lhes arrebataram a liberdade, não se figurava abusivo o assenhoreamento do seu patrimônio (BOMTEMPI, 1970, p. 55).

Em 1589, São Miguel é uma região próspera e temos relatos de novo um caminho traçado em direção à São Paulo seguindo percursos indígenas, que provavelmente passava por Itaquera, região favorecida pela topografia e pelos cursos d’água, como o rio Itaquera e o Jacu, e mostram uma ligação entre São Miguel e Itaquera ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 23).

[...] partindo da capela, núcleo de toda a região, caminhos levam a numerosas paragens, formadas nos limites da sesmaria dos índios. Em geral seguiam os cursos dos afluentes da margem esquerda do Tietê, como o Itaquera e o Jacuí, pelos quais se alcançavam os povoados secundários de Itaquera e Caguassu. Havia ainda o caminho de São Miguel ao então nascente bairro da Penha, por onde se atingiam o Angá e Jaguaporeruba, bem próximos deste bairro. O prolongamento na direção de Mogi das

Cruzes conduzia a Biacica e aos extremos limites de São Paulo, então na margem esquerda do Guaió. Acresce que numerosas veredas e picadas uniam os caminhos principais (BOMTEMPI, 1970, p. 69).

O relato de Bomtempi oferece-nos um pouco da dimensão dos povoados, bem como a noção de sua dispersão no território, ainda que conectados entre si. A importância dos rios e córregos também deve ser pontuada, pois não somente serviam para a conexão entre os povoados, favorecendo os trajetos com suas várzeas de topografia favorável aos caminantes, mas também para a limitação das terras.

Já era considerável o número de fazendas nas primeiras décadas do século XVII, com lavouras e pastos muito férteis devido à presença do Rio Tietê e seus afluentes (BOMTEMPI, 1970, p. 53). A ocupação das terras do aldeamento indígena por colonos ocorria seja com a posse sem instrumento ou com cartas de sesmaria, como é o caso da Fazenda Biacica que correspondia as terras doadas a Domingos de Góes, descendente de um fidalgo da casa real, entre janeiro de 1610 e junho de 1611 (MELO, 2017, p. 22).

Em 1640, os padres são expulsos da Companhia de Jesus da Capitania de São Vicente, devido a conflitos de interesses com a Coroa e os colonos, especialmente em relação à escravidão indígena (MONTANARI, 2018, p. 715). Segundo Bomtempi (1970, p. 38) os padres consideravam que a liberdade dos índios era pressuposto da missão que lhes foi confiada, enquanto os colonos defendiam a servidão indígena como a única forma de sustento na terra. Os indígenas ficaram sob o domínio das autoridades civis, ao mesmo tempo em que quase não tinham assistência religiosa.

Com isso, a partir da segunda metade do século XVII, começam a se consolidar nas terras de São Miguel, Itaquera e Itaim diversos povoados derivados de fazendas seiscentistas (MORCELLI, 2013). No final desse século, os franciscanos assumiram as funções religiosas de São Miguel, porém sua presença não era constante ali e com a epidemia de sarampo, os indígenas requisitavam aflitos a presença de sacerdotes para a assistência religiosa (BOMTEMPI, 1970, p 84).

No início do século XVIII, Penha, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes eram as primeiras paragens dos bandeirantes no caminho de São Paulo à Minas Gerais, viagem que perdurava cerca de dois meses (AZEVEDO, 1945, p. 56). Enquanto o povoado branco progredia, o aldeamento de São Miguel permanecia como um provedor de escravizados indígenas e gradativamente perdeu sua importância, com o fim do ciclo das bandeiras e implantação da escravidão africana (BOMTEMPI, 1970, p. 87).

A utilização de mão-de-obra indígena no desbravamento do interior e na procura de riquezas em metais e pedras preciosas também deve ser observada aqui. Em 1730 ocasionaram a diminuição da população de São Miguel Paulista ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 28). Nesse momento, também podemos destacar as posses de terras que ocorreram na região de São Miguel, com a expansão de plantações e pastos alcançando até a outra margem do Rio Tietê, pertencente à Conceição de Guarulhos (BOMTEMPI, 1970, p. 89).

Nas terras do aldeamento São Miguel se consolidaram diversos povoados, como Itaquera, Caguaçu e Itaim (anteriormente Biacica) e seus moradores constituíram uma comunidade em torno da Capela de São Miguel Paulista, onde permaneciam para as festas religiosas (BOMTEMPI, 1970, p. 91). A Fazenda Caguaçu, pertencente à Província Carmelita Fluminense (Ordem Terceira do Carmo), foi criada com a compra de terras em 1722 e por uma doação e apresentava população rarefeita e dispersa numa grande propriedade. O trabalho no cultivo de café, laranjeiras, chás, além de verduras e outras frutas era feito por escravizados ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 31).

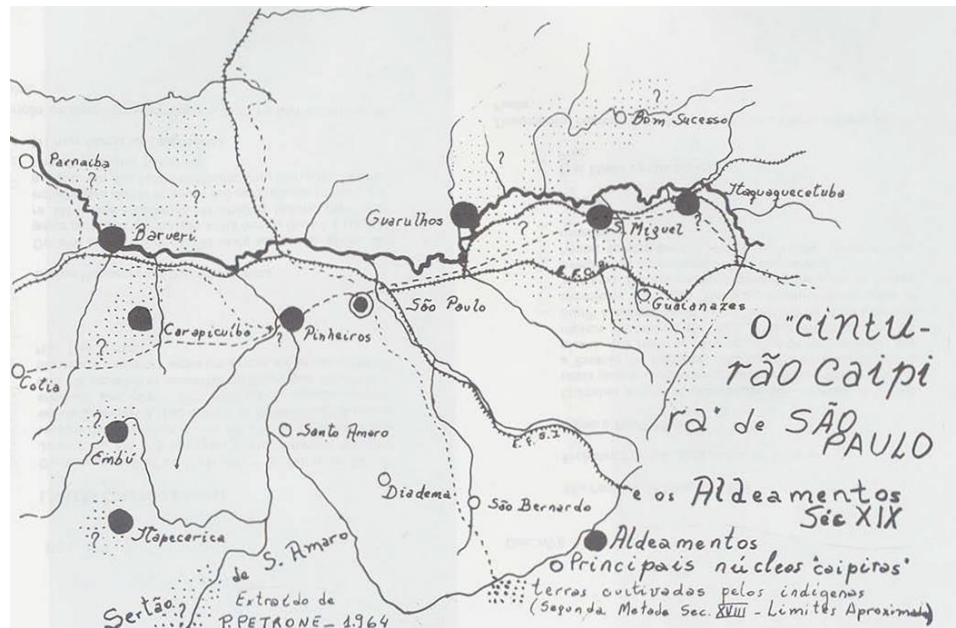
A relação entre os povoados também deve ser destacada, São Miguel, por sua localização geográfica, tinha conexões com a freguesia de Conceição dos Guarulhos, o bairro da Penha de França e a vila de Mogi das Cruzes. Os povoados eram contíguos e produziam principalmente cereais e cana para aguardente, além da atividade das olarias, nas margens do rio Tietê. O Rio Tietê era utilizado como transporte, assim como os percursos já existentes desde o século XVI, com a comunicação facilitada pelas

obras do caminho de São Paulo ao Rio de Janeiro no século XVIII (Bomtempi, 1970, p. 104).

Quanto ao atual centro, no início do século XVIII, correspondia ao que seria a cidade de São Paulo como apresenta Washington Luís, citado por Azevedo (1945, p. 20) “pode-se dizer que a cidade ocupava a área contida pelo Colégio dos Jesuítas, pelos conventos de São Bento, São Francisco e Carmo; além dessa área, as casas iam rareando, já apareciam as chácaras, sítios, as fazendas”.

No final desse século, o ciclo das bandeiras é terminado e a atividade mineira, reduzida. Entretanto, as paragens da Penha, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes ainda mantiveram esse caráter, porém no percurso entre São Paulo e a capital do País, o Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1945, p. 56). Em São Miguel, com a diminuição da mineração, os indígenas, dispersos e ainda desprovidos de suas terras, foram dirigidos a outros trabalhos e estavam bastante reduzidos em número (BOMTEMPI, 1970, p. 110).

Em meados de 1800, a ocupação dessas regiões perdeu a importância que tinham anteriormente e assumiram o aspecto de um arraial, com a migração de moradores para outros pontos da cidade (MORCELLI, 2013). Os moradores que permaneceram, dedicavam-se ao cultivo de pequenas roças produtoras de cereais e outros produtos agrícolas para o consumo, além do comércio, que compreendia os açougues e vendas de produtos da região e importados (BOMTEMPI, 1970, p. 133).



5. Mapa com núcleos estabelecidos no século XIX, com destaque para as terras ocupadas pelos indígenas.

Em 1822, com a Independência do Brasil, foi suspensa a concessão de terras de sesmaria e em 1836, a Irmandade do Convento do Carmo, proprietária da Fazenda Caguaçu, já apresentava sinais de decadência, com a redução de suas produções (MELO, 2017, p. 27). Os carmelitas também tinham a posse da Fazenda Biacica, conhecida como Itaim, dedicada à grande lavoura, com o emprego de muitos servos. Entretanto, acompanhando a estagnação do entorno, a fazenda deixou de ter importância e seus proprietários arrendaram parte de suas terras (BOMTEMPI, 1970, p. 134).

Em 1850, São Miguel estava em declínio, com problemas de sua administração e devido à drástica diminuição dos indígenas aldeados, sua população era composta por brancos e mestiços, que se comunicavam com a cidade de São Paulo por meio do emprego de carros de tração animal (BOMTEMPI, 1970, p. 127). A cidade São Paulo, encontrava-se pouco expandida com o núcleo urbano concentrado no triângulo central, a cidade possuía a maioria das construções de taipa e uma vida pacata e simples, segundo ((FRANÇA e LEMOS (1999, p. 36).

A abolição do tráfico de escravizados, a entrada de imigrantes e a Lei de Terras de 1850 modificam esse quadro e isso têm seus reflexos na cidade de São Paulo. A Lei de Terras de 1850 definiu o direito à propriedade privada, regulando a propriedade tanto no campo como na cidade, ou seja, as pessoas se instalariam de acordo com o que poderiam comprar ou arrendar ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 76).

Durante a crise do sistema escravagista, aumentavam as relações mercantis, especialmente, na capital que se definia como centro urbano distribuidor e produtos e serviços (Fausto, 1977). Com o final do sistema escravagista e a mudança na divisão social do trabalho, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo mais acelerado. O crescimento mais significativo iniciara-se no processo de 1872 a 1886, quando cresceu 52%, elevando a população de 31.385 para 47.697 habitantes (RAIMUNDO, 2017, p. 78).

É a partir de 1870 que a cidade começa a passar por mudanças significativas nas suas feições². A população despejada das senzalas, das fazendas de café, da Itália e de outros lugares do Brasil começam a afluir para as cidades brasileiras e ocorre no Brasil o processo de transformação da habitação em mercadoria, assim como os demais bens necessários à reprodução humana (VILLAÇA, 1986).

As primeiras manifestações da atividade industrial e a formação da classe operária na província de São Paulo aconteceram no final do século XIX, em muito ligada aos processos de transformação da expansão e das necessidades da economia cafeeira e à extinção do tráfico interno de mão de obra escrava. Com o desenvolvimento nos sistemas de transportes e serviços portuários, especialmente da ferrovia, houve um avanço da economia dada exportação de café e com isso um significativo acúmulo de excedente (RAIMUNDO, 2017, p. 78).

² Tonaki, 2013.

Nesse momento, segundo Pierre Mombeig, citado por Bomtempi (1970, p. 153), para manter contato com intermediários e exportadores, os fazendeiros de café transferem suas residências habituais para São Paulo e propulsionam um giro comercial, com cerca de 48 mil habitantes e grande parte deles concentrados na área urbana ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 37). O eixo da economia brasileira foi deslocado na virada do século, do Rio de Janeiro para São Paulo, devido ao acelerado processo de urbanização (RAIMUNDO, 2017, p. 76)

Com o final do sistema escravagista e a mudança na divisão social do trabalho, a cidade de São Paulo apresentou significativo crescimento, entre 1872 a 1886, teve um aumento populacional de 31.385 habitantes para 47.697 e em 1890 contava com aproximadamente 65 mil habitantes e em 1900, alcança 240 mil habitantes (RAIMUNDO, 2017, p. 78). Essa ampliação demográfica também pode ser observada na extensão da cidade que apresentava em 1890 um raio de 2,5km em relação ao centro e por mais de 300 anos, não possuía mais de 1km de raio (AZEVEDO, 1945, p. 23).

Tem-se na passagem do século XIX para o XX, um período marcado pelo início do processo de urbanização e apesar de a cidade de São Paulo criar um meio para a disseminação de sua modernização, ainda faltava espaço para os pobres, trabalhadores imigrantes e negros (RAIMUNDO, 2017). As migrações internas, imigrações e o movimento campo-cidade, induziram o espraiamento do núcleo central da Vila de São Paulo, com uma expansão territorial tão considerável que, segundo Wilhelm (2001, p. 38 apud Oliveira, 2016, p. 8), é possível afirmar que a cidade atual foi totalmente construída no século XX, com pouquíssimas construções anteriores à esse período.

Nesse momento dos primeiros surtos de urbanização e industrialização da cidade, a Zona Leste caracteriza-se como um subúrbio, ou seja, como algo que não é urbano, porém não deixa de ser urbano, ou seja, suburbano (BURGOS para Lopes, 2011, p. 98). Como descreve Raimundo (2017, p. 120), a população residente em São Paulo “... era composta em sua maioria por imigrantes e seus descendentes, especialmente italianos, alguns provenientes das fazendas de café do interior paulista

e outros vindos exatamente para trabalharem nas fábricas e por negros recém-libertos, ainda pouco inseridos na economia urbana”. A chegada de imigrantes também terá seus reflexos na zona rural da cidade, em povoados como São Miguel, Itaquera e Lajeado (Bomtempi, 1970, p. 154).

Por isso, isolados dentro da própria cidade, os vários segmentos marginalizados iriam se agrupar, criando formas de sobrevivência e experiências sociais diferenciadas daquelas que a elite paulistana tentava impor e formalizar como sendo a de todos os cidadãos civilizados. Dentro desse conjunto social segregado, os segmentos de mesma origem tentariam criar modos formais de solidariedade, buscando justamente sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2002, p. 22-23, apud Raimundo, 2017, p. 121).

Os imigrantes que se direcionam à Itaquera são primordialmente portugueses e japoneses e se dedicam ao cultivo de hortaliças, legumes e frutas, e em São Miguel, o incremento populacional pode ser observado com o aumento das construções, verificado entre 1901 e 1914, reanimando outros ramos de atividades econômicas. Para suprir a necessidade de madeira para as construções, as matas da região começam a ser abatidas e sobressai a atividade das olarias, a extração de pedregulho e de areia, atividades estas relacionadas ao Rio Tietê, o qual também servia de escoamento às produções (Bomtempi, 1970, p. 156).

Somados a esse processo, a construção da Estrada de rodagem São Paulo - Jacaré em 1922, o estabelecimento de indústrias e as linhas férreas iniciam o processo de transformação na ocupação dos subúrbios da cidade. Em 1875, os trens da antiga “Companhia São Paulo e Rio de Janeiro”, intitulada posteriormente de Estrada de Ferro Central do Brasil, formaram a Linha Tronco, com passagem por Itaquera, Poá e Mogi das Cruzes (AZEVEDO, 1945, p. 57).

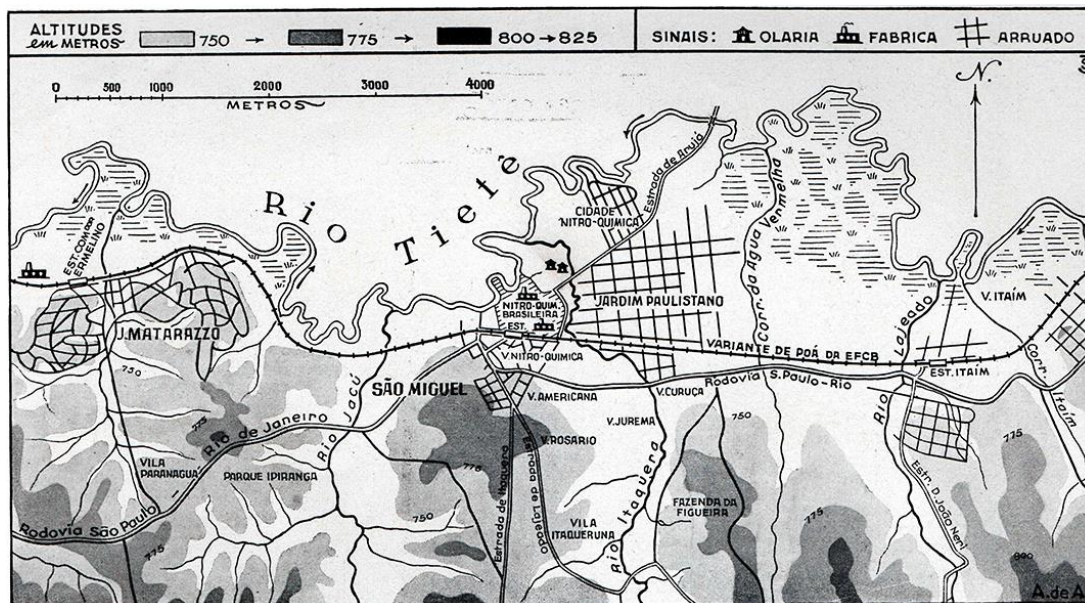
Em 1921, foi iniciada a construção da Variante de Calmon Viana e por meio do aproveitamento do vale do Tietê foi construída a chamada Variante da “Central do Brasil” em 1932, que percorria São Miguel e Itaquaquetuba (AZEVEDO, 1945, p. 57).

A Estrada de Ferro Central do Brasil incita a consolidação de núcleos urbanos em sua proximidade, como na Penha, Itaquera e Lajeado. O povoamento dessas regiões ocorria primeiramente devido ao estabelecimento dos funcionários da Estrada de Ferro, que atraíam outros moradores, incitando a agricultura de subsistência e pequenos comércios locais (AZEVEDO, 1945).

Durante a década de 20, a indústria de São Paulo expandiu-se com a implantação de um novo centro produtor de bens de consumo, como a indústria têxtil (RAIMUNDO, 2017, p. 80). Com a Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, como aponta Tonaki (2013), a industrialização possibilitou o movimento de expansão urbana em São Paulo de forma mais rápida e agressiva, já que a cidade apresentava desde muito cedo, a conjunção de diversos fatores potenciais para a centralização de atividades industriais (AZEVEDO, 1945, p. 129).

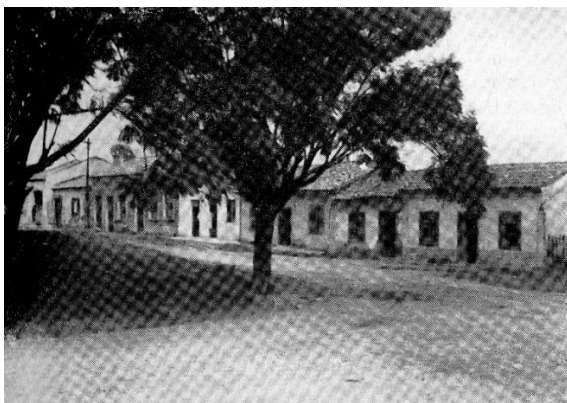
Com a presença das linhas tronco (trajeto por Itaquera, Guaianases, Ferraz de Vasconcelos e Poá) e variante (São Miguel e Itaquaquecetuba) da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi possibilitado o desenvolvimento da indústria e consequente formação de aglomerados urbanos, ainda que separados da mancha urbana metropolitana (DELI, 2010). No caso da indústria Nitro Química, temos que “foi a construção da Rodovia São Paulo - Rio que lhe deu novo alento e, sobretudo a construção da Variante da “Central do Brasil”, que permitiu a instalação ali da grande fábrica, em torno da qual gira hoje sua existência” (AZEVEDO, 1945, p.131).

O estabelecimento da indústria trouxe uma grande quantidade de moradores para a região, alcançando 4 mil trabalhadores após 13 anos de sua abertura. Nesse processo, as chácaras e grandes propriedades são comercializadas em lotes menores, e a paisagem antes rural, começa a dar origem às vilas operárias e construções de trabalhadores que pagam pelas propriedades em longos prazos e constroem suas moradias (Bomtempi, 1970, p. 160).



6. Mapa de 1945 de São Miguel Paulista, com destaque para a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Nitro Química e a centralidade mais urbanizada.

Não se deslocou o ponto central da comunidade, não obstante uma certa dilatação da área comercial. Entretanto, o velho largo da Igreja já não tem a mesma força de atração demográfica. É que no extenso território do distrito formam-se núcleos muito afastados do centro tradicional, mas é possível prever que em futuro próximo, com a incessante expansão desses subcentros, São Miguel terá o aspecto de uma cidade dentro da grande área metropolitana (Bomtempi, 1970, p. 162).



Moradias no largo da Capela de São Miguel (atual Praça do Forró), em 1945.

O relato de Bomtempi nos lembra sobre a forma da ocupação dessas regiões, antes esparsa na paisagem e agora concentrada a ponto de formar centros regionais. Além disso, sua descrição traz um importante dado para compreendermos as mudanças no cotidiano, agora marcadamente voltado ao trabalho na indústria e não mais a um centro religioso e comercial apenas. Provavelmente, isso tem resultado nos modos de vida da população, que não mais conviviam com a religião e o trabalho da mesma forma.

Essa industrialização na periferia da cidade é também justificada pela necessidade intencional de maior controle e gestão do corpo operário, o qual se distanciava de ideias voltadas para greves e revoltas do centro (TONAKI, 2013, p. 62). Como apresenta Raimundo (2017, p. 84) ao versar sobre o processo já identificado na década de 1920: “enquanto os patrões reorganizavam a fábrica e definiam os procedimentos de disciplinamento e controle do trabalhador, apoiados nas noções da ciência, da técnica e do progresso, marcas da modernização, os trabalhadores resistentes ao projeto de construção da nova fábrica mostram o outro lado da metrópole em formação”.

Portanto quando se afirma que a urbanização efetiva da região somente teve início com a chegada das indústrias aos bairros adjacentes ao centro e que os núcleos históricos permaneceram até então na condição de aldeamentos³, desconsidera-se que a urbanização foi impulsionada em aglomerados urbanos pelas indústrias e a ferrovia estabelecidas estrategicamente nos núcleos dos subúrbios.

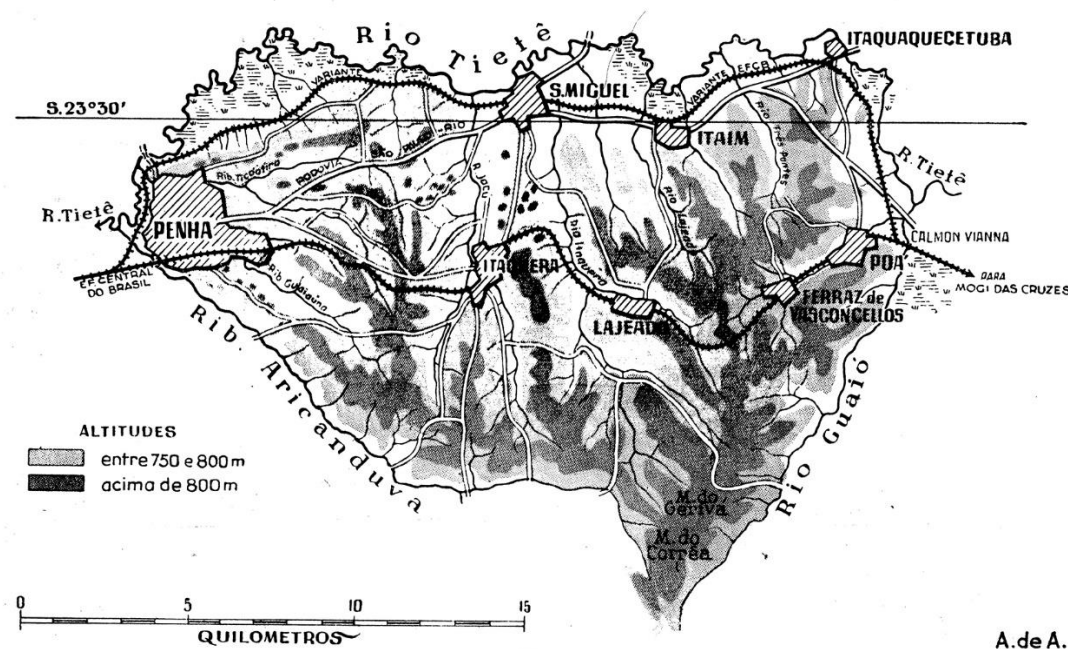
Portanto a formação desses aglomerados urbanos reitera a fala da Prof. Amélia Damiani para o livro “Face Leste: Revisitando a cidade”⁴:

³ Cadastro de referências urbanas sobre a Zona Leste, 1985, p. 13.

⁴ LOPES, R. H. Face Leste: Revisitando a cidade. São Paulo: Mitra Diocesana São Miguel Paulista. 2011.

a ideia de uma mancha de óleo que parta de um centro e vai se espalhando não é exatamente conveniente para entender São Paulo nem outra cidade, porque tem uma simultaneidade da produção dos subúrbios em relação à centralidade da cidade [...] O que é interessante perceber é que a política de colonização já se valia de uma estruturação que faz com que eu não reduza a compreensão de São Paulo a um processo de desenvolvimento e expansão em mancha de óleo (LOPES, 2011, p. 20).

O projeto de desenvolvimento de São Paulo esteve ligado à perspectiva da modernização, seja dos equipamentos e da estrutura urbana, como do sistema produtivo vigente. A classe dirigente passou a defender o projeto de industrialização, em detrimento do cultivo do café, que já apresentava crise, e do modelo agrário-exportador (RAIMUNDO, 2017, p. 86).



8. Mapa da Zona Leste, produzido pelo geógrafo Aroldo de Azevedo.

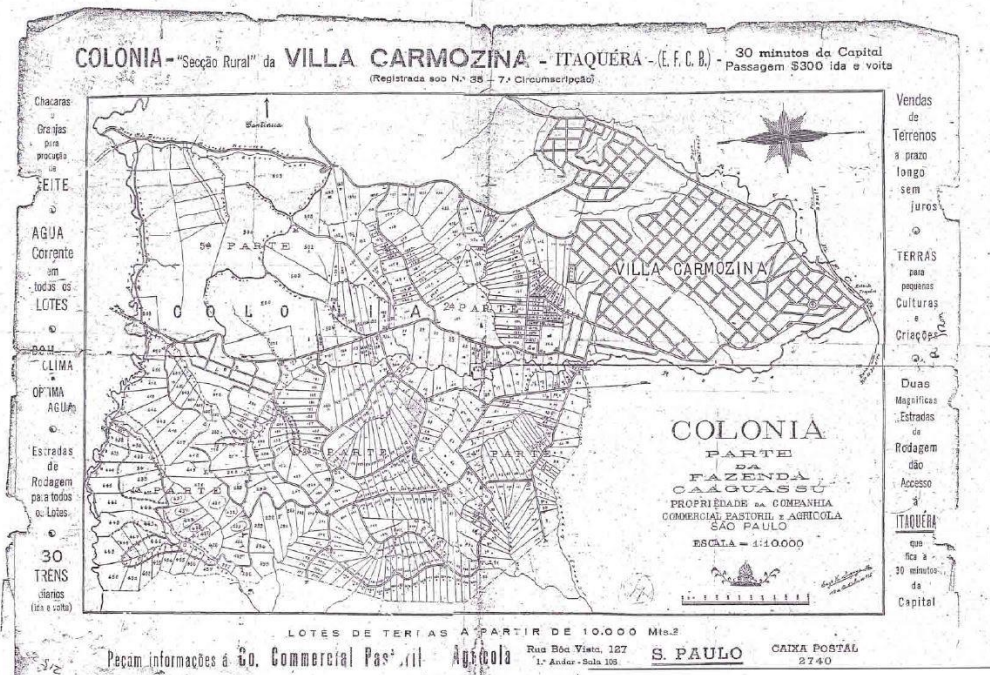
Ainda assim, convém ressaltar que indústrias ainda eram esparsas na paisagem da Zona Leste. O geógrafo Aroldo de Azevedo destaca a presença de duas fábricas na região, a Nitro Química e a Celosul, descritas por suas monumentais instalações e pelos bairros residenciais que desenvolveram (1945, p. 59). Com a instalação da indústria Celosul, pertencente às Indústrias Matarazzo, ocorreu o desenvolvimento do Jardim Matarazzo.

Inaugurada em 1941, a fábrica produzia papel celofane e atraiu um fluxo migratório significativo, para uma região pouco urbanizada, sem o fornecimento de energia elétrica e com alguma infraestrutura fornecida pela Família Matarazzo, incluindo uma escola, um cinema, um mercado e um hospital⁵. Já quanto aos núcleos de Itaquera e Lajeado, nesse momento tinham papel importante na rede de estradas e caminhos, como uma reminiscência de um tempo em que eram pontos de pouso e passagem forçada. (AZEVEDO, 1945, p.122)

Já em Itaquera, ocorreu em 1919 o loteamento da Vila Carmosina, localizada próxima à Estação de Itaquera da Estrada de Ferro Central do Brasil. Compreendia a parte da área da Fazenda do Carmo e foi impulsionado devido ao interesse da Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola (CCPA) nas terras da *região, que compreendia* a Fazenda Caguaçu (pertencente à Ordem do Carmo), com *aproximadamente* 300 hectares⁶.

⁵ Informações retiradas da publicação “Ermelino Matarazzo, um bairro operário com nome de empresário”, no site da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/ermelino_matarazzo/noticias/?p=1315.

⁶ Informações compiladas de Azevedo (1945,p. 103) e (Deli, 2010, p. 20).



9. *Propaganda de vendas de terrenos no loteamento Colônia pela Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola.*

A divisão da gleba possibilitou a urbanização da área situada próxima à estação ferroviária de Itaquera (nomeada de Vila Carmosina), a divisão em lotes rurais (parcelamento de lotes agrícolas na Colônia) e um estoque de terras, em uma área mais próxima ao centro da cidade, se comparada às demais (DELI, 2010, p. 20). Nesse caso, o loteamento não desenvolve somente um centro mais urbanizado, como também uma área ainda rural com a modificação do perfil da agricultura, no caso da região da Colônia, ocupada especialmente por imigrantes japoneses ((FRANÇA e LEMOS, 1999).

Nesse loteamento da Fazenda do Carmo, podemos observar o processo que aponta Milton Santos (2009, p. 31) ao afirmar que a cidade expande seus limites, mas deixa quantidade de terrenos vazios em seu interior. Ocorre nos lugares mais afastados do centro, uma sucessão de áreas urbanizadas, com intervalos de outras

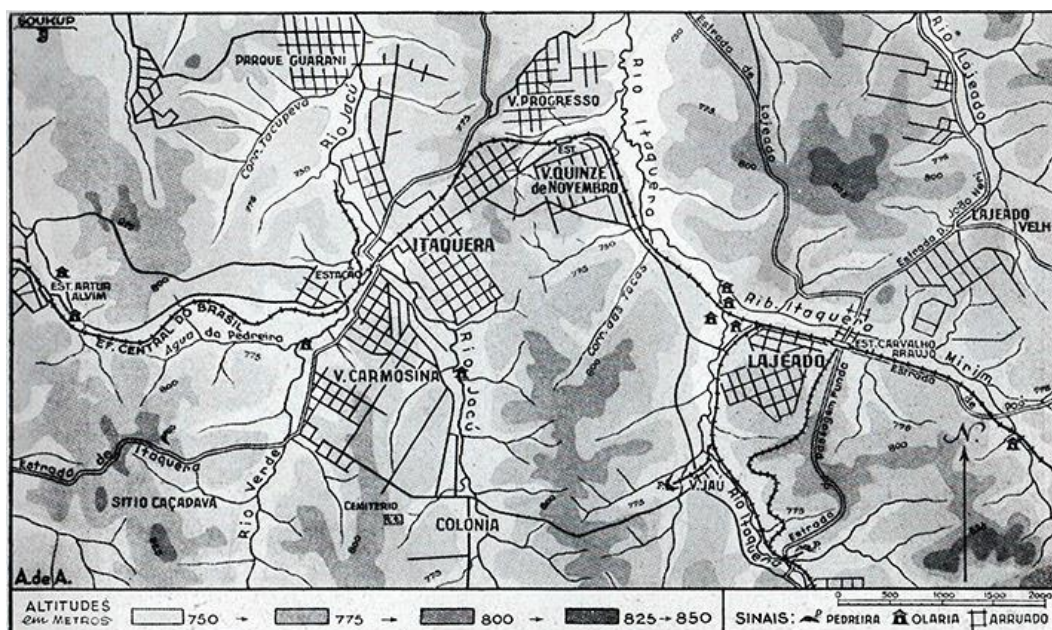
completamente ao abandono, desprovidas até de caminhos transitáveis permitindo o acesso, como foi o caso do estoque de terras em Itaquera, um vazio para a especulação imobiliária guardado desde 1919.

10. *Linha do trem em Itaquera, no ano de 1955.*



Até a década de 50, podemos encontrar a paisagem de Itaquera marcada por uma centralidade com certo papel de capital regional e também características rurais, a atividade de pedreiras e olarias. Apesar de seu caráter pouco industrializado, a região já abrigava uma população operária que se deslocava diariamente para outros pontos da cidade (RAMALHOSO, 2013). Em 1945, temos a seguinte descrição:

O aspecto geral de Itaquera agrada em virtude de seu caráter semi-rural. As habitações, modestas em sua maior parte, não se acotovelam umas ao lado das outras, mas se disseminam pela localidade, entremeadas por pequenas culturas e por abundante arvoredos, cuja folhagem dá uma nota particular à monótona paisagem campestre dos arredores (AZEVEDO, 1945, p. 103).

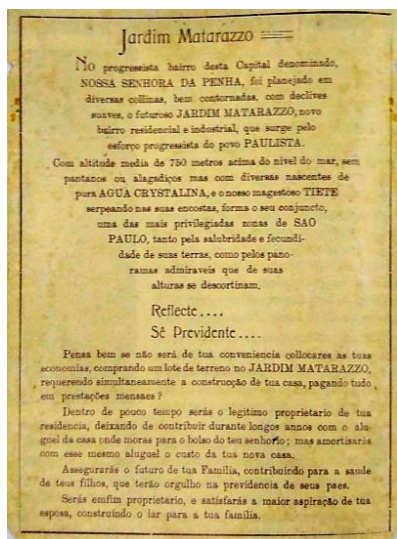


11. Mapa de 1945 de Itaquera, com destaque para a Estrada de Ferro Central do Brasil e a centralidade mais urbanizada.

Tem destaque na região à época, o discurso marcado pela presença do imigrante italiano e industrial Sábado D'Ângelo, do coronel Bento Pires (responsável pela Companhia Comercial, Pastoral e Agrícola) e a autoridade religiosa, com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Podemos então compreender as prováveis relações sociais traçadas na região, marcadas pela urbanização do bairro com obras diversas e pela inserção da numerosa população de Itaquera, com a presença de agricultores e comerciantes, que expressam certa relação de sociabilidade, para além de seu aspecto rural (COSTA, 2015).

Dessa forma, bairros antes isolados e pouco ocupados nos subúrbios, assumem novas funções dentro de uma estrutura urbana, com mudanças no cotidiano e na vida dos moradores. Tais contrastes são destacados por Azevedo (1945, p. 129), ao enfatizar sobre o "... o contraste entre as "vilas" de caráter residencial e de aspecto moderno e os vestígios de um passado remoto".

Portanto, podemos destacar três núcleos urbanos na região, o de São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo e Itaquera, enquanto o restante ainda tinha características rurais marcantes na paisagem (Cadastro de Referências Urbanas, 1985, p. 13). Para a ligação entre si, não possuíam estradas de rodagem de primeira classe, e sim caminhos vicinais e estradas carroçáveis, como a Estrada de Itaquera, ligando a Vila Sant'Ana até São Miguel (AZEVEDO, 1945).



12. Anúncio de lotes a venda em Ermelino Matarazzo.

A religião na Zona Leste deve ser lembrada, afinal o processo de ocupação foi iniciado com os aldeamentos do período colonial e em 1945, Aroldo de Azevedo (p. 60), pontua a variação do aspecto dos templos religiosos que marcavam a paisagem, citando como exemplos “a veneranda capela de São Miguel”, “a igrejinha de Nossa Senhora do Carmo, em Itaquera” e a igreja da Penha, localizada no alto duma colina, com peregrinações que davam “vida e movimento a êsse bairro-subúrbio da Paulicéia”.

A Penha, localizada mais próxima ao centro de São Paulo, apresentava a paisagem já marcada pela urbanização, que segundo Azevedo (1945, p. 59), lembrava um simples bairro da metrópole ou uma cidade do interior. Outros núcleos já existiam no período como o Itaim, que se desenvolveu graças à construção da Rodovia São Paulo - Rio. Esses outros núcleos abrigavam dinâmicas de áreas residenciais e a população que neles morava, provavelmente trabalhava nas duas grandes fábricas da região ou, mesmo, no centro da cidade (AZEVEDO, 1945, p.135).

Apesar do significativo processo de industrialização, coexistiram na região da Zona Leste, outras atividades produtivas importantes. As olarias se multiplicavam na década de 40 em boa parte da várzea do Rio Tietê e em numerosos de seus pequenos

afluentes (AZEVEDO, 1945, p. 60). A vida dos habitantes da região era bastante marcada pela presença dos cursos d'água, que segundo o geógrafo Aroldo de Azevedo (1945, p. 51) “recebiam em suas várzeas as principais culturas, as olarias com o barro dos depósitos aluvionais e em seus vales, concentravam o “habitat” humano”.

Vale destacar a afirmação do geógrafo Aroldo de Azevedo “todos os cursos d’água que regam os subúrbios orientais de São Paulo são tributários dessa importante artéria genuinamente paulista, que é o rio Tietê” (1945, p. 47), momento em que a várzea do Rio Tietê ocupava mais da metade da área de São Miguel Paulista. Tal presença dos cursos d’água ainda hoje pode ser observada na região, seja por sua planura na várzea do Rio Tietê, seja pelos diversos córregos espalhados, como o do Rio Verde, o Córrego Jacú e o Córrego Ponte Rasa, na região do bairro da Ponte Rasa.

Também ocorria a ocupação com as casas de campo de famílias ricas, “com maior conforto, quase sempre de propriedade de moradores abastados que residem normalmente na Capital e as mantêm para os descansos do week-end” como o (AZEVEDO, 1945, p. 59). Esse processo foi iniciado por volta de 1914, em que a compra dos lotes era realizada por operários do centro para passarem os fins de semana e até pessoas mais ricas, como o Sábado D’Ângelo, dono da fábrica de cigarros Sudan (FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 52).

No mesmo período podíamos encontrar na Zona Leste, os trabalhadores das olarias, com base na exploração do solo; os operários das indústrias; os comerciantes; os cultivadores de hortifrutigranjeiros, com moradores imigrantes, migrantes, descendentes de colonos, indígenas e escravizados. Com essas diferentes formas de produção, da década de 1930 para a de 1950, o crescimento populacional em São Miguel foi de 2.224 habitantes para 6.220 habitantes e em Itaquera, de 15.515 para 39.376 (TONAKI, 2013).

Nos anos de 1950, a cidade de São Paulo tinha sua imagem atrelada a de cidade moderna pelos meios de comunicação. Vista como disciplinada para o trabalho e preparada para a prosperidade, abrigava no Centro as melhorias urbanísticas e

equipamentos culturais, reproduzindo a fachada de uma cidade ideal para o paulistano mais abastado (RAIMUNDO, 2017, p. 106).

Enquanto o centro da cidade apresentava os sinais do progresso com melhoramentos urbanos, a população de baixa renda direcionava-se as favelas, cortiços e bairros distantes, em busca de moradia no momento da chamada de crise da habitação. Essa crise participava do negócio e da lógica de acumulação, gerando o modelo de cidade baseado em loteamentos periféricos, propriedade privada da moradia e autoconstrução (RAIMUNDO, 2017, p. 88).

Desponta no cenário urbano, a formação das periferias, caracterizadas como “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (Kowarick, 1979, p. 31 apud Burgos, 2009, p. 44).

No final da década de 1950 e início da de 60, ocorre o fim da circulação de bondes e seus trilhos retirados ou recobertos de asfalto, o que possibilitou a implantação do modelo de desenvolvimento rodoviário (SANTOS, 2009). Essa passagem dos trilhos para os pneus somada à lei do congelamento dos aluguéis levou ao intenso processo de periferização de São Paulo, visto que a circulação dos ônibus tornou diversas regiões acessíveis e o congelamento dos aluguéis estagnou a produção de moradias com essa finalidade (MAUTNER, 1999).

A partir de 1950, a área urbanizada da cidade de São Paulo começou a crescer ao longo das rodovias, principalmente com a ocupação de terrenos mais baixos para a implantação das indústrias. O processo iniciado em 1930, marcado pelo crescimento ao longo das estradas de ferro, foi modificado. A cidade de São Paulo destacou-se como importante centro industrial e forte centro financeiro, com crescimento populacional de 2 milhões de habitantes em 1950 que atingiu em 1970, 6 milhões de habitantes (RAIMUNDO, 2017).

Consolidou-se assim o padrão periférico de produção do território, com a ampliação de linhas e percursos viabilizando o acesso à áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, onde se estabeleceram os trabalhadores pobres. Durante as décadas de 1960 e 1970, o crescimento da periferia se deu de forma mais rápida que o centro. Em São Miguel Paulista, ocorreu o aumento população de 66 mil em 1960 para 445 mil habitantes em 1980, e em Itaquera os números são de 33,6 mil para 415 mil habitantes (RAIMUNDO, 2017).

Considerando o acentuado crescimento populacional, a desigualdade torna-se marcante na produção das periferias e Filipe de Oliveira (2016, p. 14) aponta que na década de 60 “...o denso crescimento populacional e a produção do espaço urbano sem planejamento extrapolaram as contradições urbanas do modelo capitalista, que criou periferias muito desiguais”. Entretanto, é importante avaliarmos que “[...] não se trata aí de uma relação de causa e efeito, como pode ter sido invocado ou tende a parecer à primeira vista. A explicação deve ser encontrada na decisão política de satisfazer a certas camadas de população em detrimento de outras, mesmo quando estão em jogo serviços essenciais” (SANTOS, 2009, p. 63).

As periferias se reproduziram de tal forma, marcadas pela pobreza e ausência de políticas públicas eficazes, devido à intenção do Estado em privilegiar as populações abastadas da cidade e determinados modelos de desenvolvimento. Portanto,

Mais uma vez o poder público cooperou com um processo de ocupação das áreas mais distantes, pois mesmo sabendo da clandestinidade das construções não delimitou o processo, pois agiu de maneira corporativa com os empresários. [...] Dessa forma, a periferia e o periférico não estavam excluídos, muito pelo contrário, estavam inseridos em um projeto. Empurrando o pobre para as periferias, o patrão garantiria mão de obra suficiente e a baixo custo (RAIMUNDO, 2017, p. 95).

Configurando-se como capital de força de trabalho, São Paulo adquiriu características metropolitanas devido ao crescimento de sua conformação

demográfica, com grande e rápida expansão da mancha urbana, e sobretudo pelo papel econômico que passou a desempenhar sobre o território econômico nacional. Com esse quadro, as desigualdades inter-regionais foram agravadas, com a imposição de relações de troca às regiões mais atrasadas em favor das áreas econômicas mais pujantes (Campanário e Kowarick, citado por Raimundo, 2017).

Podemos então considerar, como defende Silvia Raimundo que:

a formação territorial e a construção das periferias primeiro da cidade e depois metropolitanas, podem ser consideradas como obra coletiva, não somente pelos processos formais de produção do espaço, normatizados e regulados pelo Estado e pelo capital como pela luta dos movimentos sociais e suas reivindicações (RAIMUNDO, 2017, p. 42).

A produção do Plano Urbanístico Básico em 1969, por exemplo, pode trazer importantes contribuições para o estudo da Zona Leste no período. Com diretrizes para o desenvolvimento da cidade e da região metropolitana, foi elaborado por um consórcio de empresas de consultoria brasileiras e norte americanas. No plano, a metrópole contaria com centros sub-regionais e centros secundários, visando a consolidação de uma estrutura descentralizada, com áreas de concentração de empregos e equipamentos e capacidade para atender de 1 milhão a 2,5 milhões de habitantes. Esses centros sub-regionais seriam conectados entre si, formando polos e não um nó de circulação como temos no centro da cidade (RAMALHOSO, 2013).

Itaquera foi selecionada como um centro sub-regional a ser desenvolvido, com a idealização até da construção de um Estádio de Futebol, que depois seria realizado pelo Sport Club Corinthians Paulista. Entretanto, ainda no final de 1969, o governo estadual de São Paulo encomendou à um consórcio de empresas um plano articulando a área metropolitana, intitulado PMDI (Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado). O PMDI considerou os problemas elencados na cidade e suas soluções. Quanto aos

transportes, por exemplo, defendia o aproveitamento do sistema ferroviário existente, em um plano integrado de transporte de massa (RAMALHOSO, 2013).

Com isso, o serviço de metrô para atender a região Leste da cidade seria desenvolvido aproveitando gradualmente as ferrovias, onde corria a Estrada de Ferro Central do Brasil. A expansão urbana também foi idealizada, com a sugestão de sua reorientação em direção à leste e a nordeste e desestimulada na direção sudoeste. No caso da habitação, a proposta era de adensar as áreas periféricas e as áreas localizadas próximas aos transportes, contando também com a implantação de grandes conjuntos habitacionais⁷ (RAMALHOSO, 2013).

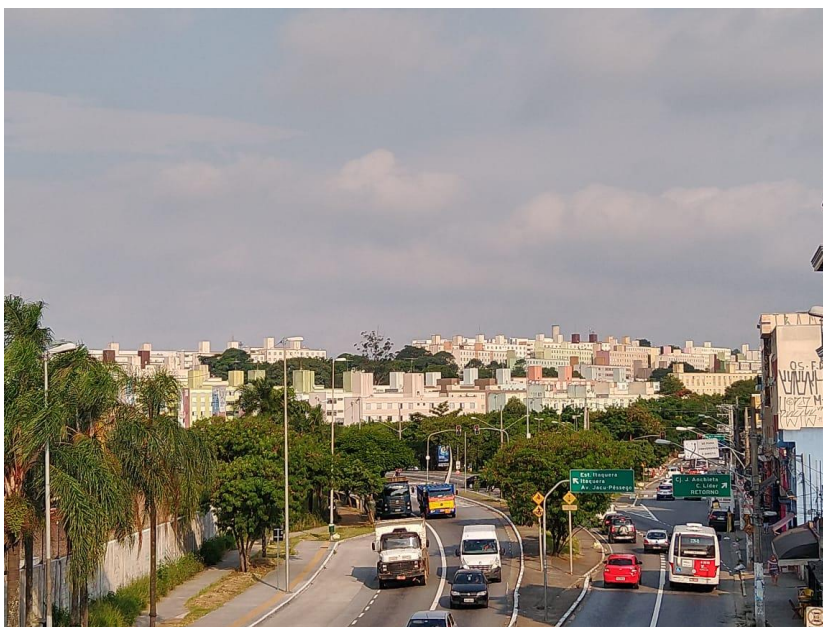
A construção dos grandes conjuntos habitacionais foi então viabilizada, com suas bases lançadas com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) em 1964 e da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) em 1965. Até 1969, foram financiadas 438 mil unidades habitacionais no país, dessas 178 mil voltadas a população de baixa renda (RAMALHOSO, 2013). Como apresenta Milton Santos, sobre sua localização:

[...] a escolha das terras para a edificação dos conjuntos parece ter obedecido a um critério principal, o distanciamento do centro, figurando em praticamente todos os casos como um dado obrigatório. O resultado, como em São Paulo é o reforço de um modelo de expansão radial, deixando espaços vazios nos interstícios e abrindo campo à especulação imobiliária (SANTOS, 2009, p. 37).

Vale lembrar dos conjuntos produzidos em Itaquera, pela COHAB no início na década de 70. Sua construção ocorreu em uma região de latifúndios que antes serviam de lazer a famílias ricas paulistanas, como a Fazenda Caguaçú, que deu lugar à COHAB

⁷ Em 1971, ainda na ditadura militar, foi aprovado o primeiro Plano Diretor da cidade, intitulado PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado). A Lei apresentava 57 artigos, distribuídos em 9 páginas, e contava com um Mapa das Diretrizes Básicas para o Arranjo Territorial. O sistema de transportes previa a instalação de um conjunto de linhas interligadas de metrô integradas aos transportes por ônibus e trens suburbanos, porém o sistema metroviário projetado contava com dimensões muito menores que o PUB.

1, e a Fazenda da Família Morganti, com as COHABs 2 e 3. As COHABs instituíram uma nova forma de construir, tanto pela capacidade de abrigo, como pelo tempo de construção, que deveria ser o menor possível, a fim de viabilizar o retorno mais rápido dos investimentos. Era uma forma de comprar a propriedade e sair do aluguel, porém com atendimento apenas à famílias com renda entre 3 a 5 salários mínimos, inseridas no mercado formal de trabalho ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 82).



13. *Cohab Itaquera 1, vista da estação de metrô Artur Alvim, em 2019.*

Na implantação da Cohab 1, a manutenção das terras como estoque, desde o loteamento de 1919 pela Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola em Itaquera foi fundamental para o acesso a tal gleba ainda com dimensões significativas. Esse processo pode ser inserido numa estratégia de maior escala, ocupando áreas distantes da cidade a fim de valorizar as áreas intermediárias. Utilizada como mecanismo de especulação imobiliária, são gerados vazios à espera de valorização (DELI, 2010).

Sem o sistema viário da Radial Leste como existe hoje e com apenas 4 linhas de ônibus atendendo à região, o acesso à área era difícil (RAMALHOSO, 2013). Esses grandes terrenos vazios, deram lugar num curto espaço de tempo, à grandes conjuntos

habitacionais com milhares de moradores, advindos de regiões diversas. Na década de 1970, a área urbanizada com grandes conjuntos habitacionais na Zona Leste de São Paulo estendeu a periferia para muito mais distante (BURGOS, 2009, p. 44). Com a participação até da esfera federal, sua construção ocorreu dentro de um contexto maior, visando a consolidação de indutores do ordenamento do desenvolvimento urbano na Região Metropolitana (RAMALHOSO, 2013, p. 91).

A reprodução dos conjuntos habitacionais foi continuada, em regiões como Itaquera e Guaianases, com o aumento dos moradores da região, em espaços cada vez mais apertados e até desprovidos de infraestrutura urbana. Iniciativa continuada, nas décadas seguintes e até os dias de hoje, com diferentes modalidades de produção, financiamento e tipologias construtivas (LOPES, 2011, p. 25).

A intenção do Estado, seja com a construção dos conjuntos habitacionais seja com a implantação do metrô, claramente não é de “melhorar as condições de habitação e mobilidade” ao direcionar os investimentos em eixos urbanos, como aponta Oliveira (2015, p. 81). Trata-se da criação de

[...] infraestruturas [...] como a adução de água, os esgotos, a eletricidade, o calçamento, que, ao mesmo tempo, revalorizam diferencialmente os terrenos, impõem um crescimento maior à superfície urbana e, mediante o papel da especulação, asseguram a permanência de espaços vazios (SANTOS, 2009, p. 37).

A ação coordenada entre os agentes estatais na produção do espaço, como no caso da articulação do Metro e COHAB para a criação dos conjuntos habitacionais, consolidando uma parte da periferia da cidade devem ser lembrados:

(...) essa periferia que saía do controle iria ser contraposta à uma periferia, incorporada à cidade legalizada (...) uma vida segura, com água, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta. De meados dos anos 70 ao início dos anos 80, consolida-se essa ideologia-utopia (o aporte de recursos a tornava possível): dar forma à periferia. Influi-la, de alguma forma, à

cidade (...) é uma situação, portanto, em que o Estado avança sobre a periferia. Organiza-a. (...)

Os grandes conjuntos habitacionais significavam uma experiência urbana de imensas dimensões e (...) avançavam sobre a cidade clandestina ou a periferia não dominada: a periferia rural - aquela das chácaras no limite da cidade -, a periferia desurbanizada e pobre, de maioria de casas autoconstruídas, muitas vezes, irregulares (Damiani, p. 89-90, apud Ramalhoso, 2013, p. 128)

Nas décadas de 1970 e 1980, a grande massa de trabalhadores se direcionou para as regiões mais distantes para construir suas casas. A chegada de melhoramentos urbanos à região posteriormente e sua respectiva valorização, conduzia à expulsão dos pobres. Formou-se então um quadro da não fixação dos mais pobres no território, pois os custos com água, energia elétrica e limpeza urbana consomem uma parcela substancial da renda dos menos favorecidos (SANTOS, 2009, p. 56).

Podemos observar, que a paisagem urbana se estende muito mais depressa do que os serviços destinados a assegurar uma vida correta à população. Desse modo, a parcela maior da sociedade urbana, em grau mais ou menos grande, fica excluída dos benefícios do abastecimento de água, dos esgotos, do calçamento, dos transportes, etc. Eis aí também, um dos aspectos mais chocantes dos contrastes entre centro e periferia.

[...] Por volta de 1973, 90% de todos os investimentos feitos na cidade de São Paulo incidem sobre o centro expandido (SANTOS, 2009, p. 60).

A partir de 1970, com a permanência dos espaços vazios, os loteamentos na Zona Leste se intensificaram, sempre precedidos por uma intensa especulação imobiliária e propaganda. Na Colônia japonesa por exemplo, eram desprovidos das condições mínimas de infraestrutura, e mesmo assim eram valorizados, com aumento significativo de seu preço ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 76). Para ter o mínimo para a reprodução da força de trabalho, notamos um fenômeno que se reproduz em outras

periferias urbanas, que é a compra de terrenos, pagos em prestações a perder de vista, com a construção de casas em finais de semana e feriados (Melo, 2017, p. 64).

Entre 1970 e 1980 a Região Metropolitana de São Paulo recebeu mais de 4 milhões de novos habitantes, valor que corresponde à cerca de 17,7% dos novos habitantes brasileiros. Dentre esses, 40% foram para os municípios da periferia e em 1980, 72% da população da área metropolitana morava nas áreas centrais e 28% na periferia. Portanto, não podemos afirmar que a periferia urbana acolha menos gente do que as áreas centrais (SANTOS, 2009, p. 54).

É importante também pontuar o contexto político vigente à época, ou seja, a ditadura militar:

[...] Em vez de considerarmos as migrações internas, empobrecimento e agravamento da problemática urbana, ocorreu a combinação do modelo econômico com o modelo cívico. Com isso, pode-se falar de uma matriz do empobrecimento, das migrações galopantes, da urbanização caótica, da degradação das condições de existência (SANTOS, 2009, p. 53).

Com o incremento populacional e a intensa urbanização da Zona Leste, a paisagem rural é transformada, o cotidiano dos moradores já é outro. Em 1970 ocorreu a última edição da Festa do Pêssego, momento em que a pressão exercida pelo crescimento urbano levou os japoneses a venderem suas terras. Na década de 1980, ((FRANÇA e LEMOS (1999, p. 80) observam na Estrada do Pêssego, vários momentos de ocupação do solo urbano: “as favelas; as indústrias que se iniciavam, com pequeno ou médio porte, e no lugar dos produtos hortifrutigranjeiros um cultivo mais especializado de plantas ornamentais, servindo a uma clientela mais requintada que vem de longe”.

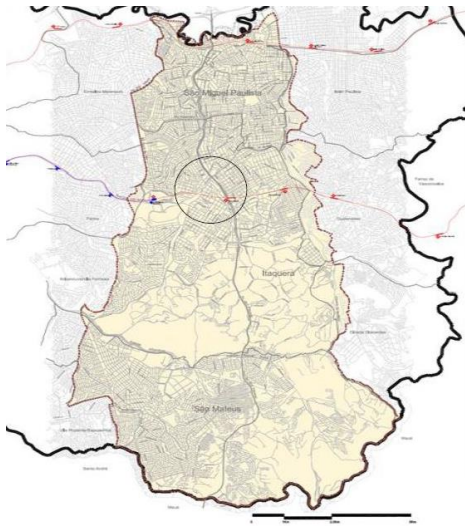
Em muitas fazendas, a produção agrícola foi substituída por espaços destinados a práticas de lazer, como o Parque do Carmo. Pertencente à Oscar Americano⁸ em 1951, a área era conhecida como fazenda Nossa Senhora do Carmo em alusão aos padres carmelitas. Mais tarde, a Prefeitura adquiriu grande parte desta área para a criação do Parque do Carmo, implantado em 1976 (DELI, 2010, p. 21). Em 1992, foi inaugurada uma unidade do Serviço Social do Comércio (Sesc), com 350 mil metros quadrados ao lado do Parque do Carmo (RAMALHOSO, 2013, p. 129).

O custo dos investimentos urbanos na Zona Leste, pode ser mais uma vez observado nesse momento. A construção da Radial Leste custou aproximadamente 23 vezes mais que a construção das estradas transamazônicas, ou seja, 2775 km de estradas em plena selva amazônica. Trata-se do custo que implica a recriação das economias urbanas, a fim de reabilitar a cidade para o grande capital (SANTOS, 2009, p. 108). No ano 2000, foram inauguradas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) as estações Corinthians-Itaquera, Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianazes, da linha 11- Coral (Luz-Guaianazes), transformações urbanas importantes e infelizmente, tardias para a população do extremo leste (RAMALHOSO, 2017, p. 124).

Também foi construída a Avenida José Pinheiro Borges, conhecida como Nova Radial, com o objetivo de melhorar o trânsito entre Itaquera e Guaianases e em 2004 foi aprovada a Operação Urbana Consorciada do Rio Verde-Jacú⁹, em que se propõe a reestruturação urbana a ser empreendida na região. A escolha da região é relacionada a falta de empregos somada aos baixos índices de desenvolvimento econômico e social de Itaquera e região, combinando o desenvolvimento econômico e social (OLIVEIRA, 2015).

⁸ Oscar Americano Caldas Filho viveu de 1908 à 1974. Formou-se em engenharia pelo Mackenzie e foi responsável pela criação da Companhia Construtora Oscar Americano, que posteriormente foi nomeada de Companhia Brasileira de Projetos e Obras.

⁹ Lei nº 13.872 de 12 de julho de 2004.



14. *Mapa de abrangência da OUC do Rio Verde-Jacú.*

Com resultados pouco significativos, em 2010 são retomadas as discussões com Itaquera se transformando em possível sede dos jogos da Copa do Mundo e o projeto de consolidação de um Polo Institucional de Itaquera é retomado, juntamente com a construção do estádio de futebol para a Copa do Mundo de 2014 e equipamentos sociais (OLIVEIRA, 2015, p. 85) . Segundo Oliveira (2015, p. 142) as obras do Polo Institucional de Itaquera, que custaram 548,050 milhões de reais ao Governo do Estado de São Paulo, foram elaboradas para satisfazer as necessidades da Copa do Mundo da FIFA 2014.

Para Mariana Fix (2001, p. 116 apud Oliveira, 2015, p. 118), o surgimento dos megaprojetos em São Paulo exige uma infraestrutura avançada e a cidade passa a concentrar grandes projetos em infraestrutura urbana e obras públicas, como pontes, túneis e viadutos, com maciço investimento do Estado. Com o intuito de tornar Itaquera um polo de atração de investimentos, foi proposto um complexo de equipamentos públicos e privados para atender as demandas da região, somados à construção do estádio de futebol. Em 4 anos foram concluídas as obras do estádio e a parte viária do polo institucional, configurando uma estrutura destoante da paisagem

encontrada em Itaquera e com a produção de espaços destinados ao automóvel (OLIVEIRA, 2015, p. 161).



15. Pólo formado em Itaquera, próximo à Cohab Itaquera 1.

Esse ponto, reitera o que Milton Santos aponta já na década de 1990: “o automóvel é o maior consumidor de espaço público e pessoal já criado pelo homem” (2009, p. 91) e “o que isso representa em termos de investimento público tem de ser considerado quando se avalia o papel do modelo automóvel no desenvolvimento da metrópole” (2009, p. 93).

Quanto ao enfrentamento da problemática urbana de São Paulo, os recursos públicos destinam-se sobretudo à rubrica dos transportes, seja para o alargamento das ruas, a implantação de calçadas ou a melhoria da pavimentação, o estabelecimento de vias expressas, a decretação de medidas de regulamentação de tráfego, etc (SANTOS, 2009, p. 108).

Outro ponto importante é a relação entre as transformações na estrutura urbana de Itaquera e as violações dos direitos humanos. O dossiê intitulado Megaeventos e

violações dos direitos humanos no Brasil, produzido pela ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas), elenca os direitos violados na condução das políticas acerca dos megaeventos. E dentre os direitos violados, são incluídos principalmente o direito à moradia, o direito à cidade, à dignidade humana e à informação (ANCOP, 2014 apud Oliveira, 2015, p. 161).

A valorização imobiliária nas localidades sede da Copa do Mundo também pode ser observada em Itaquera. A construção da Arena Corinthians¹⁰, inaugurada em maio de 2014, e as obras de infraestrutura fomentaram novas dinâmicas imobiliárias em Itaquera, reiterando o que afirma Milton Santos sobre a recriação das economias urbanas, a fim de revivibilizar a cidade para o grande capital¹¹. De janeiro a julho de 2012, o metro quadrado das casas de dois dormitórios teve alta de 54,4%, passando de R\$2.272,66 para R\$3.508,06, apesar de as vendas em Itaquera registraram queda de 12,7% e 80% das imobiliárias e corretores apontarem para a redução das vendas¹².

Entre 2011 e 2014, ocorreu o aumento de 100% do valor do imóvel em Itaquera, em 2013, por exemplo, especulava-se que imóveis de 45m² a 50m² que antes valiam R\$100 mil, alcançaram valor de R\$220mil. Porém de 2014 à 2016, a redução no valor dos imóveis foi notável, alcançando entre 20% e 25%. Segundo Eduardo Zylberstajn, coordenador do Índice FipeZap, a Copa do Mundo no Brasil mostra que a dinâmica urbana pode favorecer áreas menos valorizadas e que recebem investimentos em infraestrutura¹³.

¹⁰ A Arena Corinthians ocupa um terreno de 197 mil m² e abriga 60 mil pessoas. Foi a sede da cidade de São Paulo nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Fonte: História da Arena Corinthians. Disponível em: <<https://arena.corinthians.com.br/sobre/historia>>.

¹¹ Santos, 2009, p. 108.

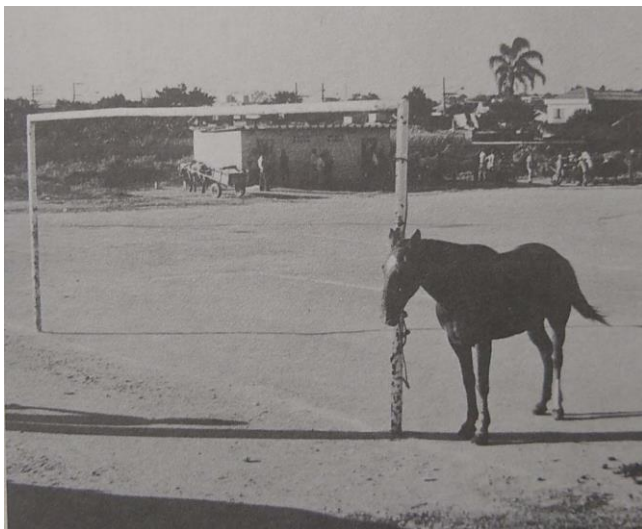
¹² Preço do metro quadrado sobre em Itaquera, e vendas caem. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://classificados.folha.uol.com.br/imoveis/1184887-preco-do-metro-quadrado-sobe-em-itaquera-e-vendas-caem.shtml>>.

¹³ Veja como ficou o mercado imobiliário de Itaquera após a Copa do Mundo. Efeito fim da Copa? Bairro da Zona Leste sofreu uma supervalorização, mas preço do m² já tem queda. Zap imóveis, G1, São Paulo, 18 abr. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especial->

Porém, o que significa esse favorecimento? A elevação do preço dos imóveis e expulsão dos mais pobres para áreas mais distantes? A incorporação de Itaquera em uma lógica mais valorizada de produção do espaço? A modificação da estrutura urbana para a inserção de Itaquera no grande capital, teve seus resultados, resta-nos observar o quanto esses investimentos realizados tiveram retornos positivos para a população da região.

As problemáticas advindas da produção desigual das periferias urbanas, não impediu ou inviabilizou o desenvolvimento da cultura, inserida no cotidiano dos moradores. Ao dialogar com Paulo Freire (1999, p. 50), temos que a integração do homem ao seu contexto o enraíza, como resultado de não apenas de estar nele, mas com ele. Não se trata apenas da adaptação, acomodação ou ajustamento. Sem essa integração, aperfeiçoada à medida em que a consciência se torna crítica, a história e a cultura, domínios exclusivos do homem, não teriam sentido.

Portanto, podemos analisar não apenas a história da urbanização da Zona Leste, mas a cultura desenvolvida ali. Os campos de futebol amador, por exemplo, existem desde a década de 1960 e até contemporaneamente, montados em terrenos baldios, praças ou parques, por exemplo. Melo (2017) afirma que no Itaim Paulista se formavam grandes festivais aos finais de semana, com times de futebol formados em cada vila da região. Meus tios, irmãos da minha mãe, eram frequentadores assíduos dos campos de futebol do Jardim Helena, prática inserida em seu cotidiano e de outros jovens do bairro.



16. *Campo de futebol da Avenida Rosália.*

Em 1985, o Campo de Futebol da Avenida Rosália é descrito de forma bastante interessante no Cadastro de Referências Urbanas

[...] ocorrem dois eventos pouco usuais [...]: às quintas-feiras reúnem-se lá membros da colônia japonesa para jogar críquete. às segundas, o campo de futebol de várzea transforma-se em uma feira onde são negociados cavalos e carroças, utilizados por vendedores de peixe e de verduras (SEMPLA, 1985, p. 24).

O jogo de bocha também consistia em uma prática de lazer aos finais de semana e ainda hoje, podemos encontrar quadras espalhadas na Zona Leste. Introduzido pelas colônias italianas, reunia jogadores e torcedores, assim como o jogo de malha, de origem da colônia portuguesa (Melo, p. 130, 2017). Podemos ainda encontrar várias quadras de bocha espalhadas pela área de estudo, como no Parque Raul Seixas.



17. *Foto da quadra de bocha, no Parque Raul Seixas.*

As práticas de lazer também eram relacionadas ao Rio Tietê, marcante na paisagem da Zona Leste. No Itaim Paulista, na década de 1960, tinha peixes, oferecia transporte e lazer para a população: “os jovens mais arrojados faziam do seu leito, piscina, e da ponte, próxima a estação, trampolim de onde faziam saltos acrobáticos” (Melo, p. 132, 2017). É interessante observarmos a mudança nas relações com o Rio Tietê nos dias de hoje, em que devido à sua poluição, a aproximação ocorre muito mais vinculada à moradias na várzea do Rio, uma das únicas alternativas de acesso à habitação para os mais pobres.



18. *Jovens em passeio de barco no Rio Tietê, na década de 1960.*

Devemos também lembrar da luta dos movimentos sociais por direito de acesso à equipamentos de uso coletivo, infraestrutura e moradia em São Paulo. ((FRANÇA e LEMOS destacam em 1985 (1999, p. 99), a importância as associações de bairro, como a Associação Amigos do Bairro de Vila Progresso. Fundada em 1960, contava com cerca de 300 associados e conseguiram em suas reivindicações, asfalto para 90% das ruas da Vila, um grupo escolar da Prefeitura e 4 do Estado, um posto de saúde e água corrente.

As periferias continuam a se constituírem como espaços de ausências, inclusive no campo da cultura, como reitera Raimundo (2017, p. 144). A cultura já era uma questão na década de 1970 e tomou mais importância devido ao contexto mais democrático, possibilitando a exigência de políticas públicas pela sociedade civil e porque muitas reivindicações ligadas às necessidades básicas já tinham sido conquistadas. Equipamentos como casas de cultura, bibliotecas, centros culturais, cinemas e teatros, são ainda hoje, escassos e insuficientes.

1.1 Dados da Zona Leste de São Paulo

Para compreendermos de forma mais aprofundada a região da Zona Leste, a apresentação dos dados demográficos e mapas públicos são importantes para viabilizar uma análise crítica. Situar o leitor quanto à região faz-se necessário, afinal, desmistificar o imaginário das pessoas sobre a área é essencial para que o trabalho possa ser compreendido em sua completude.

Primeiramente, como afirma Lopes (2011, p. 17):

[...] é importante salientar que a Zona Leste possui uma variedade imensa de situações vividas em cada canto de seu território. Enquanto alguns apresentam maior desenvolvimento e investimento de determinados ramos empresariais, outros adquiriram um viés mais residencial, enquanto outros mesclam áreas dormitório com um comércio pujante, embora localizado.

Somente dentro das subprefeituras onde se encontram os estudos de caso, que são Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaim Paulista e Itaquera; concentradas primordialmente na Zona Leste II pelo PDE, temos um território de aproximadamente 11,5 mil hectares. As subprefeituras englobam os distritos de Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Vila Jacuí, São Miguel, Jardim Helena, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Itaquera, Parque do Carmo, Cidade Líder e José Bonifácio.

População Recenseada

Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais

Unidades Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
						10 434	
MSP	2 151 313	3 667 899	5 924 615	8 493 226	9 646 185	252	11.253.503
Ermelino							
Matarazzo	19 040	67 160	112 031	177 307	198 311	204 951	207.509
Ermelino							
Matarazzo	10 835	38 218	50 872	80 513	95 609	106 838	113.615
Ponte Rasa	8 205	28 942	61 159	96 794	102 702	98 113	93.894
Itaim Paulista	12 722	32 599	102 779	202 710	287 569	359 215	373.127
Itaim Paulista	6 077	16 865	55 112	107 259	163 269	212 733	224.074
Vila Curuçá	6 644	15 734	47 666	95 451	124 300	146 482	149.053
Itaquera	15 246	36 965	129 314	256 383	431 191	489 502	523.848
Cidade Líder	7 254	15 064	38 420	70 508	97 370	116 841	126.597
Itaquera	5 070	15 245	63 070	126 727	175 366	201 512	204.871
José Bonifácio	1 188	2 706	11 313	24 049	103 712	107 082	124.122
Parque do Carmo	1 733	3 949	16 511	35 099	54 743	64 067	68.258
São Miguel	12 064	40 456	138 085	260 942	322 581	378 438	369.496
Jardim Helena	3 841	13 542	48 255	91 079	118 381	139 106	135.043
São Miguel	4 008	12 052	49 859	100 182	102 964	97 373	92.081
Vila Jacuí	4 214	14 862	39 971	69 681	101 236	141 959	142.372

Tabela 1. Fontes:

IBGE: Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU - Departamento de Estatística e Produção de informação/Dipro

Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Município de São Paulo e Prefeituras Regionais

Prefeituras Regionais	2010			
	IDH M	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
MSP	0,805	0,843	0,855	0,725
Ermelino Matarazzo	0,777	0,747	0,850	0,738
Itaim Paulista	0,725	0,691	0,808	0,683
Itaquera	0,758	0,737	0,835	0,709
São Miguel Paulista	0,736	0,705	0,822	0,687

Tabela 2. Fonte: PNUD; FJP; IPEA, 2013;

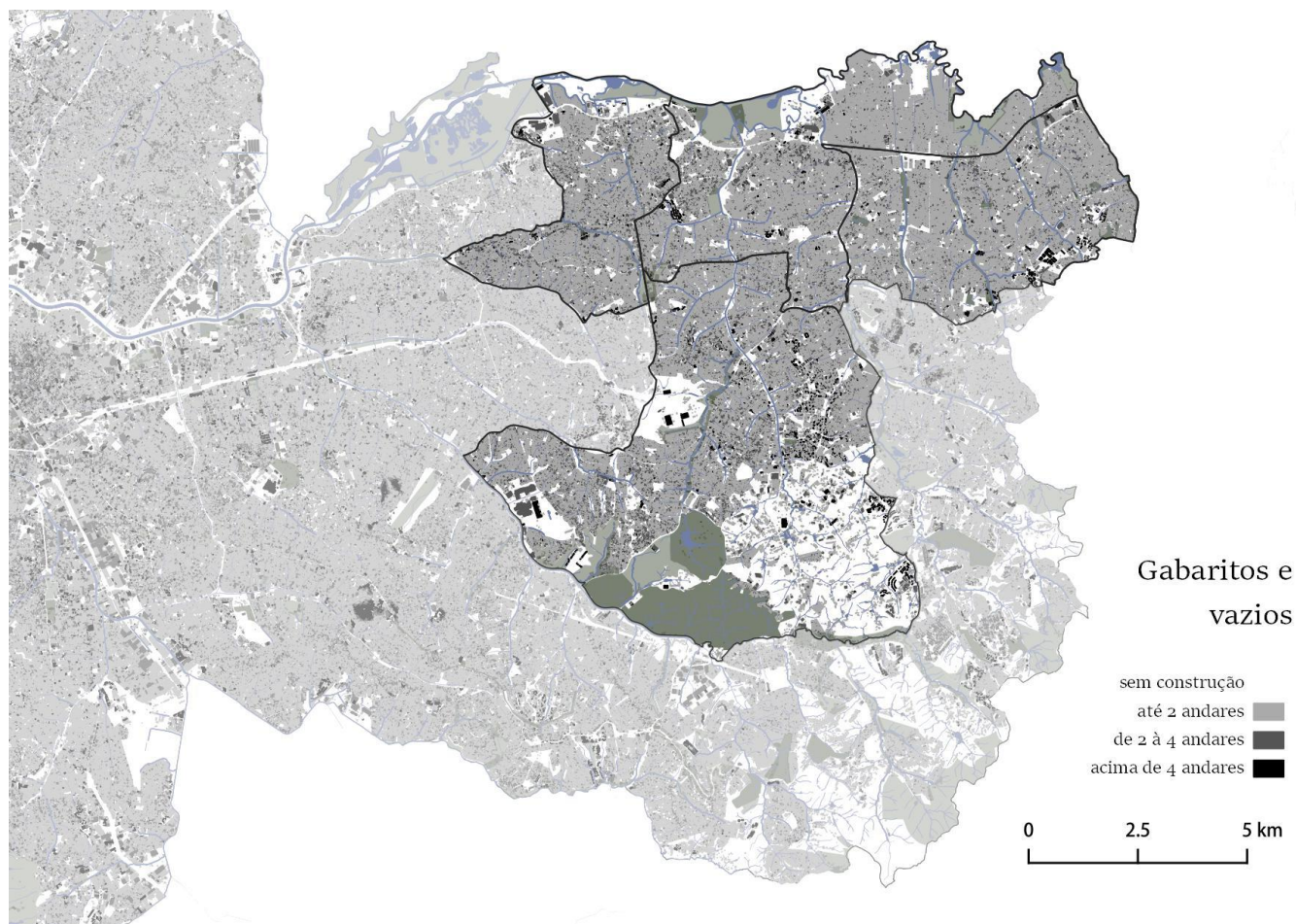
Empregos Formais, segundo Faixas de Rendimento (2016)

Município de São Paulo, Subprefeituras Regionais e Distritos Municipais

Unidades Territoriais	Faixa de Rendimento em Salários Mínimos					
	Total	Até 1,00	De 1,00 à 2,00	De 2,00 à 4,00	De 4,00 à 7,00	Acima de 7,00
MSP	4.131.009	98.286	1.769.884	1.246.804	609.694	477.427
Ermelino Matarazzo	23.218	530	13.571	6.340	2.295	900
Ermelino Matarazzo	13.744	281	7.649	3.676	1.540	750
Ponte Rasa	9.474	249	5.922	2.664	755	150
Itaim Paulista	30.422	901	17.967	8.828	3.587	413
Itaim Paulista	21.205	530	11.840	6.461	2.964	370
Vila Curuçá	9.217	371	6.127	2.367	623	43
Itaquera	76.964	2.375	40.151	22.886	8.947	4.434
Cidade Líder	18.033	651	10.182	5.160	1.876	719
Itaquera	29.409	567	15.164	8.017	3.188	2.605
José Bonifácio	11.468	314	5.934	3.967	1.330	269
Parque do Carmo	18.054	843	8.871	5.742	2.553	841
São Miguel	33.199	836	19.792	8.877	3.365	1.234
Jardim Helena	6.967	206	4.181	1.770	578	323
São Miguel	15.327	361	9.604	3.863	1.537	377
Vila Jacuí	10.905	269	6.007	3.244	1.250	534

Tabela 3. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.
Nota: Esta tabela não inclui 231 estabelecimentos e 8821.342 empregos da Administração Pública no Município de São Paulo, cujos dados não permitem tratamento espacializado por Distritos Municipais. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Na área delimitada por esses distritos, tem-se aproximadamente 1,5 milhão de habitantes e cerca de 50% da população têm idade entre 0 à 30 anos. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que incide sobre os dados de educação, renda e saúde, é inferior ao restante da cidade e os baixos valores dos salários aos quais a população é submetida reafirma a situação de desigualdade e segregação do território de São Paulo.



19. Gabaritos e vazios, com destaque para as subprefeituras estudadas.

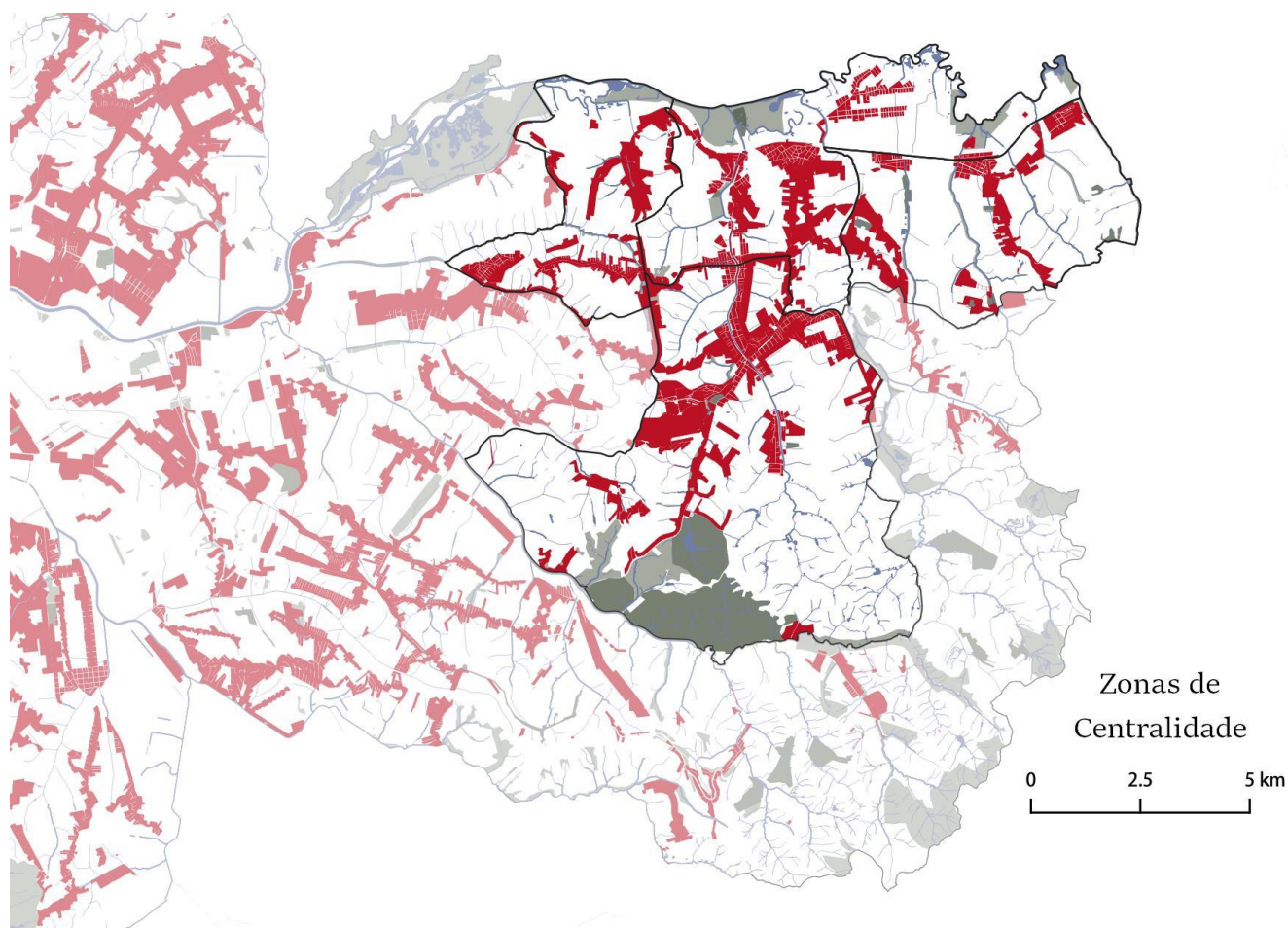
O mapa apresentado acima apresenta que a distribuição das tipologias construtivas na Zona Leste caracteriza-se majoritariamente por construções horizontais e de pequenas dimensões. Também pode-se observar a conformação de diferentes formas de loteamentos nos bairros, possível resultado dos loteamentos das fazendas e chácaras realizados por parte dos proprietários privados.



20. Foto da paisagem de Ermelino Matarazzo, de 2019.

Entretanto, é importante pontuar a grande quantidade de moradores somada à baixos índices de verticalização¹⁴, resulta em altas concentrações populacionais se estendendo por um vasto território. O crescimento horizontal é um traço antigo das periferias paulistanas, e como identifica Milton Santos no ano de 1990 (2009, p. 30), marcou a fisionomia da cidade. Esse processo pode ser encontrado na paisagem da Zona Leste de São Paulo, com áreas de edificações marcadamente horizontais.

¹⁴ Segundo dados fornecidos pelo portal do Infocidade, o número de lançamentos verticais na área de estudo de 1992 à 2017 corresponde à 3% das produções do município de São Paulo. Os dados estão disponíveis em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/index.

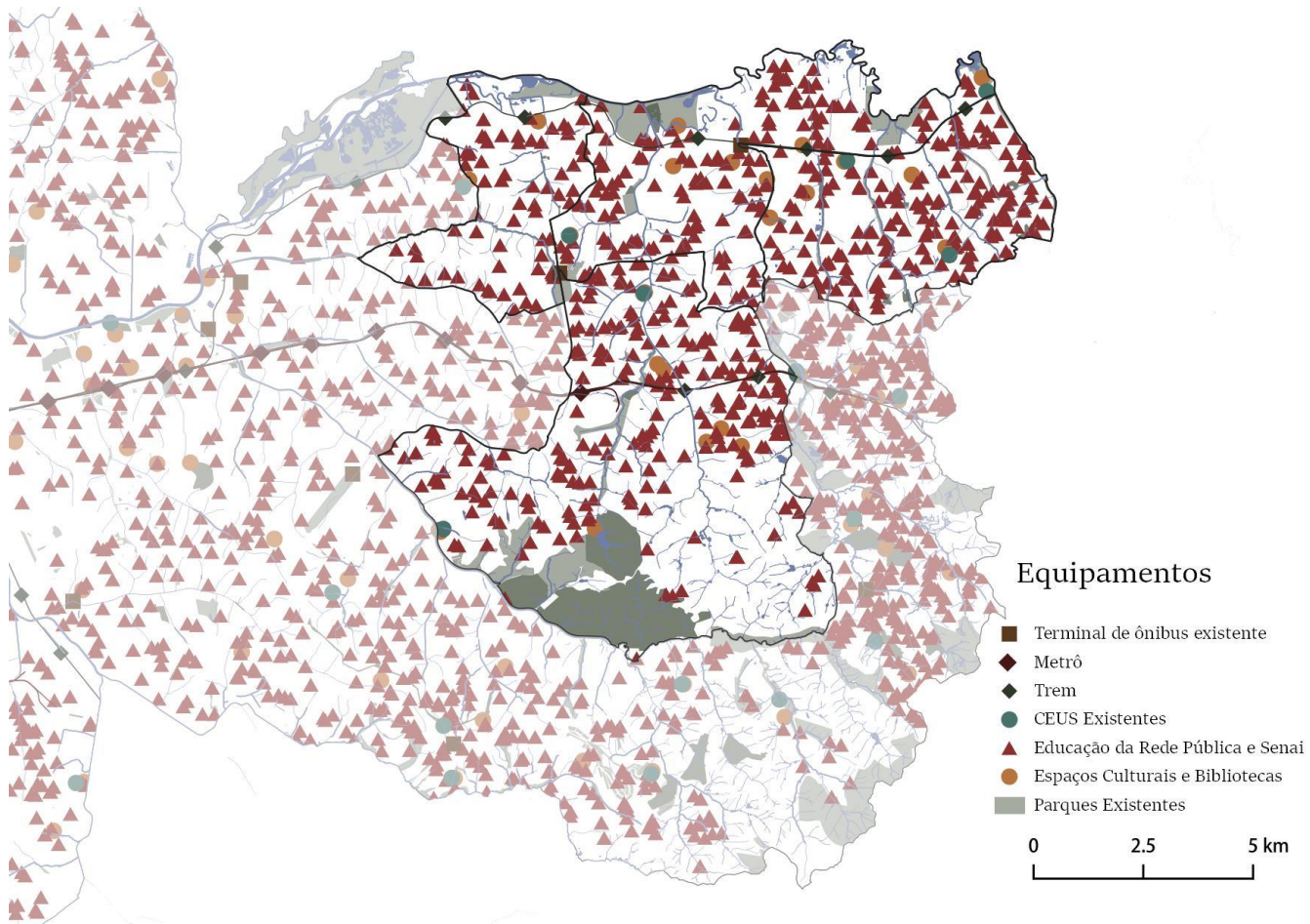


21. Zonas de Centralidade, com destaque para as subprefeituras estudadas.

A Prefeitura de São Paulo também mapeou Zonas de Centralidade, definidas como “[...] porções do território localizadas fora dos eixos de estruturação da transformação urbana destinadas à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros”¹⁵. Na área de estudo concentram-se primordialmente em centros mais antigos, como o de São Miguel Paulista e Itaquera.

¹⁵ Informação retirada do portal Gestão Urbana SP, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-de-centralidade-zc/>.

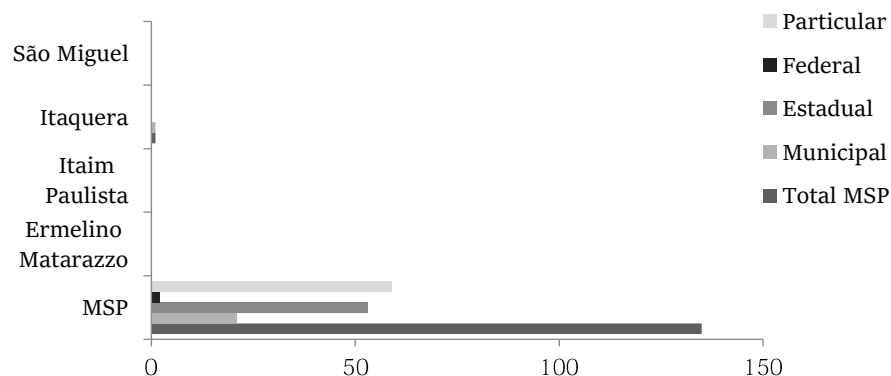
As estações de metrô e trem e grandes avenidas também concentram Zonas de Centralidades, como a Avenida São Miguel e Avenida Marechal Tito.



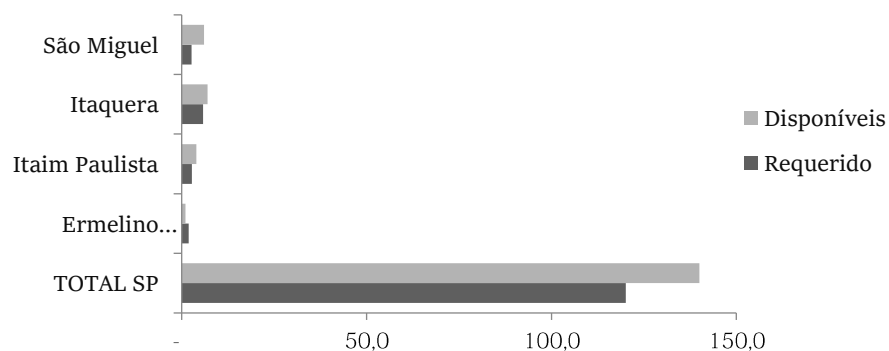
22. Escolas, equipamentos culturais, parques e transporte coletivo, com destaque para as subprefeituras estudadas.

A distribuição de escolas da rede pública e Senai é marcante na região e sua demanda é notável, já que grande parte dos moradores possui idade entre 0 e 30 anos. Entretanto, a distribuição de equipamentos culturais é bastante esparsa e são apresentados gráficos com o levantamento da quantidade de museus, bibliotecas públicas e acervo e centros culturais.

Museus



Disponibilidade de Bibliotecas Públicas e Acervo



Centros Culturais, Espaços Culturais e Casas de Cultura

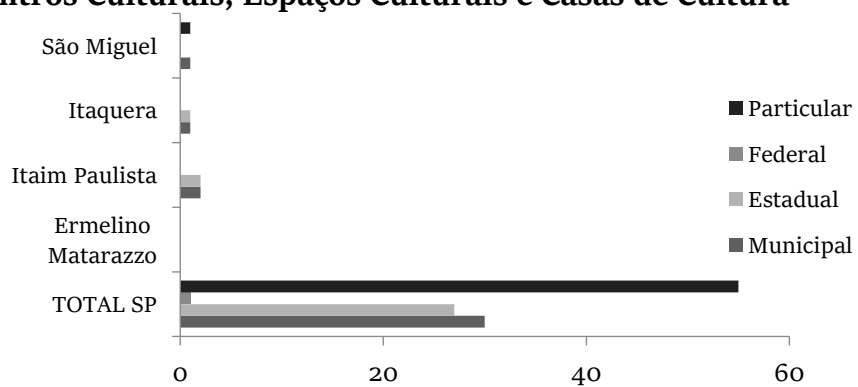


Gráfico 1. Gráficos comparativos de dados do Município de São Paulo e das região estudada.

A presença de poucos equipamentos culturais, como centros culturais, teatros e museus levanta questões quanto as possibilidades de acesso, inserção e produção de práticas culturais na área de estudo, se comparado com as demais regiões da cidade. As periferias enquanto espaços de ausências, possuem quantidade escassa e insuficiente de equipamentos culturais (RAIMUNDO, 2017, p. 144).

Segundo Arantes e Andrade (1981, p. 107) em 1974 os distritos de Ermelino Matarazzo, Itaquera e São Miguel Paulista, onde viviam 600 mil pessoas, existiam apenas dois cinemas, um jardim público e um auditório em uma escola de 2º grau, sem museus, teatros ou bibliotecas. Em 1985, esse quadro continua, com a necessidade de deslocamento para outros pontos da cidade pelos moradores da região, para acessarem serviços mais especializados como compras no atacado, internações em hospitais ou outras formas de lazer, como cinema, teatro e clubes (Cadastro de referências urbanas: Zona Leste, 1985, p. 21).

Em 1990, pode-se observar a localização seletiva dos equipamentos de lazer no município de São Paulo, privilegiando as áreas mais centrais, caracterizadas como o centro histórico e o centro expandido, que contavam com 20% da população paulistana. Essas áreas concentravam 73,6% dos cinemas, 61,7% dos museus, 39,99% dos parques e jardins, 63,16% das praças e largos, 90,66% dos restaurantes e 90,7% dos teatros (SANTOS, 2009, p. 81).

Apesar disso, formaram-se diversos agentes culturais na região, como ações de instituições religiosas, associações comunitárias, movimentos de bairro, centros educacionais, como demonstra o levantamento de entidades atuantes na região de São Miguel Paulista, realizado pela Fundação Tide Setúbal em 2010¹⁶. Também vale destacar outros grandes equipamentos que se distribuem amplamente pelas periferias, como os Centros Educacionais Unificados (CEU), os quais tem 6 unidades na região¹⁷.

¹⁶ Almanaque - Um olhar sobre São Miguel Paulista. Manifestações culturais, ontem e hoje. Fundação Tide Setúbal, São Paulo. 2008.

¹⁷ As unidades do CEU presentes na área de estudo são: CEU Aricanduva (Itaquera), CEU Azul da Cor do Mar (Itaquera), CEU Parque São Carlos (São Miguel), CEU Parque Veredas (São Miguel), CEU Três Pontes (São Miguel) e CEU Uirapuru (São Miguel).



23. Apresentação do grupo Cia. Paulicéia & Cia. do Miolo na Praça Fortunato da Silveira (ou Praça do Morumbizinho), localizada na Vila Jacuí.

2. Sobre a cultura

Durante o curso de graduação, muito se discutiu sobre os produtos culturais, como casas de cultura até obras de arte em museus. Contudo, pouco foi discutido sobre o conceito de cultura e acredito que seja importante apresentá-lo como uma forma de estudo e sistematização de alguns autores. Esse conceito além de ser uma fonte importante de estudo, serve como base para a fundamentação de políticas públicas, analisadas mais à frente no trabalho quando abordamos as políticas de patrimônio.

Apesar desse conceito ter sido modificado e ressignificado com o tempo, aqui tenho interesse em versar sobre a abordagem adotada pelas políticas culturais, especialmente pela Unesco na década de 80 e pela sistematização das políticas culturais do arquiteto Mikael Volkerling. Apresento também definições de autores como o Ulpiano Bezerra de Meneses, Milton Santos e Paulo Freire.

A conceituação de cultura é complexa e não é a intenção desse trabalho ter o conceito como fechado, mas sim de abri-lo para as diversas possibilidades de se pensar. Também vale ressaltar que não é minha intenção discutir sobre as diferenciações entre cultura erudita, cultura popular, cultura de massas e contracultura. Mas compreender o conceito de cultura, para assim discutir sobre as políticas culturais, primordialmente as políticas de acautelamento do patrimônio cultural.

Partindo do educador Paulo Freire (1999, p. 51), temos que:

a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos seus atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura.

A cultura enquanto criação, recriação e decisão, leva-nos a pensar em sua reprodução enquanto a sociedade se modifica, ou seja, a cultura é dinâmica e intrinsecamente relacionada com o sujeito se estabelecendo no espaço, conformando laços e materializando a sua reprodução. A temporalização dos espaços geográficos sugere a atuação humana manifestando-se de forma materializada e lembra a definição do geógrafo Milton Santos para o conceito de paisagem:

a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas, mas a vida que as anima (SANTOS, 1996, citado por MENESES, 2002, p. 30).

Dessa forma, a paisagem pode ser vista como aquilo que encontramos em um momento, exprimindo a relação do homem com a natureza e portanto, transformando o espaço. Pode remeter também aos diferentes usos e apropriações dos bens, com os costumes, tradições, e crenças ali produzidos, englobando também sua criação ou dissolução com o tempo. Como sugere o autor como podem ser traçadas heranças com paisagens não criadas ou não identificadas como parte de sua cultura?

Ao definir cultura, o geógrafo Milton Santos (2004, p. 326), considera-a como a forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo e, portanto, é uma herança e um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio. A espacialização para a conceituação da cultura traz para a discussão noções de pertencimento e identidade. O homem em contato com o meio remete ao homem conhecendo um espaço e recriando-o, portanto, criando relações. A autoconstrução realizada nas periferias pode ser vista como, além da superexploração do trabalho, um processo de identidade com aquilo que se ajudou a criar ou se criou.

Sobre o contexto urbano Milton Santos afirma que “a cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura”¹⁸ e:

[...] vir para a cidade grande é, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 2004, p. 328).

O contexto da cidade e a relação da cultura e migrações remete ao processo que encontramos na Zona Leste de São Paulo. Desde o processo colonial, várias populações migrantes ocuparam a região e encontraram diversos espaços que não ajudaram a criar, demandando novos valores culturais em sua relação com o meio, reafirmando a alienação. Podemos lembrar de sua definição da cultura enquanto uma herança, que heranças são criadas, consolidadas e reaprendizadas, portanto, como se estabelecem heranças com processos que não ajudamos a criar?

Trata-se de uma intrigante questão e que deve ser refletida quanto as criações humanas, para quem se destinam e quem pode ter acesso, lembrando sempre da desigualdade que marcou o processo de formação nacional. Em contextos menores, abarca as questões de pertencimento, de memórias e de identificação com aquilo que encontramos em nossas vidas.

Por exemplo, quando refletimos sobre a saída da população japonesa da Colônia de Itaquera, essa região já tinha sido estabelecida com heranças, memórias e histórias, reaprendizadas com gerações, por uma população de migrantes com uma cultura específica. Sua saída da região, devido à valorização imobiliária, não só foi sucedida por uma ocupação morfológicamente diferente da anterior, como também levou um grupo cultural a se retirar dali.

¹⁸ Conforme P. Rimbaud (1973, p. 283) citado por Santos (2004, p. 326).

A cultura também pode ser analisada, como o faz o historiador Ulpiano Meneses (1996, p. 89), no universo do sentido. Desse modo, diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de sentidos, de significações, e engloba igualmente aos valores, com sua inserção num circuito de vida social, com seus aspectos materiais e não materiais.

Tais sentidos, [...] são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando. Vê-se, pois que, antes que um refinamento ou sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade (MENESES, 1996, p. 89).

A inserção da cultura em um círculo social é bastante caro para esse trabalho, afinal é por meio de grupos sociais que se estabelecem valores. O bem cultural se não apropriado por nenhum grupo, demonstra a ausência de sua inserção na vida social e coletividade, e pode até não participar dos valores e da cultura da população de seu entorno, que se encontra ali, nesse momento. A atuação prática da cultura sugere a humanidade se reproduzindo no espaço, inserindo-se em um meio e até materializando sua cultura. A expressão da cultura ocorrer por meios tanto materiais quanto imateriais, o que possibilita a inclusão de manifestações culturais de diferentes grupos.

O arquiteto Michael Volkerling desenvolveu uma sistematização importante das políticas culturais em países colonizados pela Inglaterra e cabe aqui, também apresentar a sua definição de cultura. Segundo Volkerling (1996, p. 190), a cultura consiste no conjunto de práticas socialmente estruturadas cujos significados são produzidos e trocados dentro de um grupo. Assim sendo, engloba veículos simbólicos de significado, incluindo crenças, práticas rituais, formas de arte e cerimônias, bem como práticas culturais informais como a linguagem, conversas, histórias e rituais da

vida cotidiana, como afirma Swidler (1986, p. 273), conforme citado por Volkerling (1996, p. 191).

Quando Volkerling afirma que a cultura é um conjunto de práticas socialmente estruturadas, temos que lembrar que nem sempre a estruturação social das práticas ocorreu somente com produções ou trocas, mas houveram casos de imposições e até apagamentos. Como ocorreu com a cultura indígena na região de Ururá, modificada sistematicamente e gradualmente por uma cultura urbana, industrializada e globalizada.

Também devemos pontuar que a cultura se insere não somente nos eventos culturais, como rituais e cerimônias, mas também no cotidiano das pessoas. O compartilhamento e troca de vivências, devido até a aproximações geográficas, aproxima-nos da formação de grupos culturais, lembrando que o espaço é produzido de forma desigual. A troca do indivíduo com o grupo gera identidades e a participação em grupos torna-se uma grande saída para refletirmos sobre nossos contextos.

Portanto, a definição de cultura que apresento, aproxima-se da abordagem sócio antropológica defendida por Claude Fabrizio, para a Conferência da Unesco. A definição primordialmente, opõe-se a abordagens estéticas, pois estas assumem caráter elitista e são muito específicas, a ponto de inviabilizar a inclusão de todos os tipos de cultura existentes (FABRIZIO, 1980). Aproxima-se da ideia do presente trabalho, que é de conhecer a valoração de bens culturais e não os restringir à valores estéticos.

A tendência dessa definição de cultura compreende modos de vida e produção, sistemas de valores, crenças e opiniões, e estabelece os valores fundamentais para pensarmos na qualidade de vida. Portanto, é um fator decisivo para a identidade coletiva (FABRIZIO, 1980). Refletirmos sobre como pode ocorrer uma identidade coletiva em uma cidade de 12 milhões de habitantes, parece ser interessante. Afinal, como podemos eleger bens que representem à todos, compreendendo modos de vida

e produção tão diferentes que habitam a mesma cidade, principalmente quando consideramos o contexto de profundas desigualdades sociais, e espaciais?

A compreensão da definição de cultura também ilumina questões operacionais e de acordo com as maneiras e significados do desenvolvimento cultural, especialmente em respeito aos campos de ação das várias categorias de agentes culturais (FABRIZIO, 1980, p. 4). Quanto às questões operacionais, cabe discutir sobre os agentes culturais na Zona Leste de São Paulo, sejam eles reconhecidos e legitimados ou não abordados pelo Estado. Tais agentes culturais ou até instituições apresentam suas ideias e materializam por meio de suas ações, as noções que trazem consigo de cultura.

O desenvolvimento cultural é definido por Claude Fabrizio (1980, p. 10) como a promoção contínua de todos os fatores técnicos, econômicos ou sociais capazes de aumentar significativamente o nível de vida cultural da população, ou seja, a extensão do acesso dos indivíduos à vida cultural da comunidade, com a sua participação de forma libertária. Vale lembrar, como o faz o autor, da distinção entre o acesso e a participação que constituem os objetivos básicos de qualquer política cultural, alcançando assim uma verdadeira política cultural válida para todos os setores da vida pública.

A definição de Fabrizio para o desenvolvimento cultural pode ser relacionada ao conceito de transitividade crítica, característico dos regimes democráticos, que corresponde à “[...] formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais” (FREIRE, 1999, p. 70). Alcançada por meio da “[...] educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas” (FREIRE, 1999, p. 69).

2.1. Sobre o patrimônio, a cultura e o Estado

No contexto do Brasil, enquanto estado capitalista, suas formas e práticas culturais frequentemente são mercantilizadas, portanto, acessadas por meio de mecanismos de mercado (VOLKERLING, 1996, p. 191). Produtos mercantilizados por indústrias culturais são mais valorizados do que outros presentes no cotidiano, mesmo que ambos sejam produtos culturais.

Um efeito da entrada do Estado no setor cultural tem sido a criação de instituições públicas capazes de valorizar certos bens simbólicos e grupos sociais, por sua vez capazes de se apropriar deles (VOLKERLING, 1996, p. 191). A cultura é transformada em mais um “mecanismo de segregação e fragmentação e circunscreve o seu raio de ação balizado por produtos, produtores, órgãos lugares e equipamentos culturais. E é claro, consumidores culturais” (MENESES, 1996, p. 95).

Portanto a ação estatal voltada ao setor cultural insere-se na esfera de uma atuação pouco voltada à uma dimensão do cotidiano da população e sobre a apropriação de diferentes grupos sociais, com suas mais diversas manifestações. A definição de uma política cultural pode ser indicada como “a ação sistemática do Estado no campo da cultura, a expressão do compromisso do Estado com a produção da cultura, incluindo a produção de relações sociais e identidades” (VOLKERLING, 1996, p. 191).

O patrimônio é identificado como parte da cultura que pode ajudar a identificar a associação de uma pessoa a um grupo ou classe social específica, mas também pode requisitar uma apropriação específica de cultura para garantir que significados e 'mensagens' que se acreditam estar contidas ou representadas por várias formas de patrimônio poderão ser lido e entendido. No entanto, o patrimônio também pode ser usado ativamente para rejeitar ou contestar noções de identidade recebidas, e a dominância da tese do capital cultural tende a obscurecer a possibilidade de usos

subversivos do patrimônio (Graham, 2002, conforme citado por Smith, 2006, p. 3, tradução livre).

Para pensarmos o patrimônio cultural, pode-se reiterar a fala do Diretor Geral da Unesco na Conferência de Bogotá, ao defender que não sejam considerados como patrimônio cultural apenas um conjunto de monumentos históricos, mas sim como a soma total das criações humanas, dinâmicas e modos de vida (FABRIZIO, 1980, p. 5). A extensão do patrimônio cultural seria muito maior, abarcando diferentes grupos sociais e participando de um contexto cotidiano.

Enquanto política cultural, podemos adotar, no plano teórico, a sistematização que distingue entre as políticas de democratização cultural e políticas de democracia cultural. As políticas de democratização da cultura buscavam ampliar o acesso as atividades e aos produtos da cultura da elite, com o objetivo de democratizá-lo. No contexto latino-americano consistiria na distribuição e popularização da alta cultura, buscando garantir o acesso igualitário dos diferentes indivíduos e grupos aos bens culturais (Barbosa Lima, Ortellado e Souza, 2013, p. 2). É assegurado o acesso aos bens culturais, restringindo à produção deles à um determinado grupo.

Já as políticas de democracia cultural se estabeleceram de forma crítica ao elitismo das políticas de democratização da cultura, consideradas como paternalistas e reprodutoras de emblemas da distinção estabelecidos pela nova classe média. Buscam valorizar e apoiar também as práticas culturais populares, visando a distribuição dos recursos de apoio estatal para as diferentes modalidades de produção cultural de uma sociedade multicultural (Barbosa Lima, Ortellado e Souza, 2013).

No Brasil foram criadas primeiramente as políticas de patrimônio e identidade, como um meio para a construção da identidade nacional e da preservação do seu patrimônio cultural, com a posterior elaboração das políticas contemporâneas de produção e difusão cultural (Barbosa Lima, Ortellado e Souza, 2013, p. 5).

Cabe aqui reiterar assim como o faz Meneses (2002, p. 95), a importância de saber, dentro das políticas públicas, qual a dimensão cultural nas políticas de habitação, de saúde, de transportes, e assim por diante. Com isso, estaríamos pensando na cultura enquanto parte do cotidiano e de todas as materializações humanas, pertencentes aos mais diversos grupos. Quando pensamos sobre as políticas de patrimônio, além de seu enquadramento enquanto políticas culturais, vale discutir sobre suas dimensões culturais e compreendermos criticamente sua atuação.

As políticas de patrimônio são a ação do Estado no campo da cultura, em que alguns bens são selecionados para o tombamento enquanto outros não. O tombamento consiste no ato administrativo do poder público, visando à preservação de bens para a população, sejam eles com valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até afetivo. A preservação dos bens é realizada para impedir sua destruição ou descaracterização e pode ser promovido pelas esferas federal, estadual ou municipal¹⁹.

A preservação dos bens então pode contemplar novos usos e apropriações, bem como possibilidades de implantação de projetos e até alterações, quando orientadas por critérios e parâmetros que buscam proteger o significado cultural dos bens (SCIFONI, 2018, p. 211). O tombamento na cidade de São Paulo pode ser promovido pelas esferas federal, estadual ou municipal.

A esfera federal corresponde ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), corresponde à esfera estadual, criado em 1968, e o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, que atua como órgão

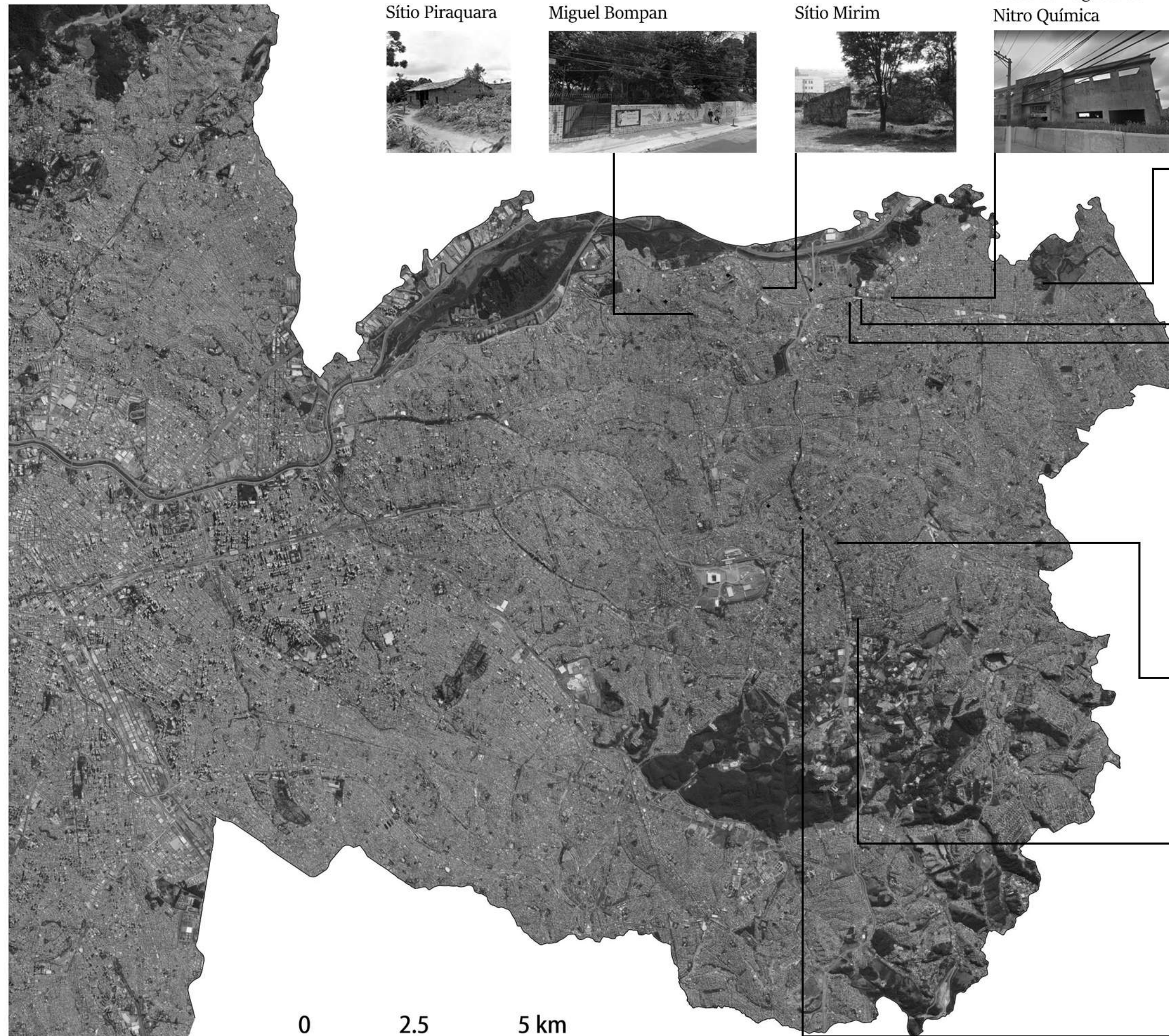
¹⁹ Informações retiradas do site do CONDEPHAAT: o CONDEPHAAT e a UPPH. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/o-condephaat-e-a-upph/>>.

técnico consultivo ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

Lembrando do mapa com a distribuição dos bens tombados, temos a dimensão de sua atuação dos órgãos de patrimônio nos territórios, bastante concentrada no centro da cidade e dispersa ou inexistente nas periferias. Essa disparidade reitera a distribuição desigual do espaço e fomenta discussões, afinal os tombamentos são realizados pelo poder público visando à preservação de bens para a população como um todo? Existem mais bens culturais no centro do que nas outras áreas da cidade?

Os bens tombados são inseridos no mercado capitalista tanto pelo seu consumo cultural ao mesmo tempo em que se estabelece de acordo com as necessidades da reprodução da cidade como negócio (SCIFONI, 2018, p. 210). Isto é, além do consumo cultural de bens tombados, ocorre também sua reprodução visando ao atendimento das demandas da cidade para produzir seu espaço urbano sob a égide do mercado.

Portanto, para refletir sobre as políticas de patrimônio, vale a análise como a política cultural e urbana e suas implicações. Com a apresentação dos estudos de caso que vêm a seguir, será possível analisar as políticas de patrimônio de forma contextualizada espacialmente. O que significam os tombamentos enquanto uma política cultural e urbana na Zona Leste de São Paulo?



Sítio Piraquara



Passeadouro Público
Miguel Bompan



Sítio Mirim



Clube de Regatas da
Nitro Química



Chácara dos
Fontouras
Fazenda Biacica



Estação de Trem
de São Miguel
Paulista



Capela de
São Miguel
Paulista



Chácara
Sábbado
D'Ângelo



Casa sede
da fazenda
da Família Morganti



Casa do
Chefe da Estação
de Itaquera

0 2.5 5 km

3. Estudos de caso

Para entender melhor os conceitos apresentados, foram definidos 10 estudos de caso, conciliando as questões sobre a cultura, as políticas de patrimônio e a produção do espaço. Os estudos de caso concentram-se em regiões que já conheço, apesar de não consistirem em todos os bens tombados no recorte definido.

O estudo da história da urbanização da Zona Leste apresentou um pouco do contexto da construção dos bens e dos processos de produção que ocorreram posteriormente, destacando suas camadas de historicidade. Busco uma biografia sintética dos objetos, para assim apresentar uma discussão mais abrangente.

A ideia com os estudos de caso é também apresentar suas relações entre si, que apesar de parecerem dispersos quando observados no mapa, têm relações entre si e trazem consigo um pouco da história da região e no caso dos bens tombados, também representam a atuação dos órgãos de acautelamento patrimonial.

É possível, com isso, desenvolver estudos interessantes sobre o processo de acautelamento de bens, ora pela acumulação de diversas camadas históricas de ocupação que se interpõem e se sobrepõem, ora pela postura dos órgãos de tombamento na região.



24. Mapa do Sara Brasil de 1930, com destaque para a Capela de São Miguel Paulista.



25. Capela de São Miguel Paulista em foto aérea de 1958.



26. Capela de São Miguel Paulsita em 2004.



27. Capela de São Miguel Paulista em 2018.



28. Capela de São Miguel Paulista.

3.1. Capela de São Miguel Paulista

A Capela de São Miguel é um marco da colonização e da atividade jesuíta no Brasil e está localizada na Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra, conhecida também como Praça do Forró, no distrito de São Miguel Paulista. Fundada provavelmente em 1560, segundo Bomtempi (1970, p. 56), a Capela tinha em sua fundação materiais pouco duradouros e métodos rudimentares, semelhante as demais construções religiosas do século XVI.

Em 1620 com a expansão do povoado de São Miguel e possível estado de ruínas da Capela, foi iniciada sua reconstrução com taipa de pilão, maiores dimensões e alguns melhoramentos. Foi finalizada em 1622 e inaugurada oficialmente com a nomeação de “Igreja de São Miguel Arcanjo”. A reconstrução pode ser atribuída ao Padre João Álvares e a Fernão Munhoz, o qual recebeu terras na região entre os rios Jacuí e Itaquera, provavelmente na área conhecida como Caguaçú, que deu origem à Fazenda Caguaçú posteriormente (Bomtempi, 1970).

O aldeamento foi um importante foco de conversão de indígenas pelos jesuítas, por sua posição central, que tornava possível a reunião dos indígenas espalhados pela região em um grande núcleo, justificando suas grandes proporções para a época. Com

a expulsão dos jesuítas em 1640, a administração do aldeamento de São Miguel foi assumida pela Câmara Municipal de São Paulo e no início do século XVIII, os franciscanos assumiram a assistência religiosa e temporal no aldeamento. Provavelmente, contaram também com a presença de artífices mestiços de formação local (MONTANARI, 2018).

Nesse contexto, em 1780 foi realizada uma reforma na capela, com a elevação da estrutura de taipa de pilão do pé direito da nave central, construção de duas janelas acima do telhado fronteiro, a construção da capela lateral e seu altar, do escoramento interno de madeira, a inserção do douramento nas decorações no altar principal (MONTANARI, 2018).

A forma arquitetônica assumida pela Capela, foi mantida desde então, apesar de ter sido reparada e restaurada em diversas obras ao longo dos séculos. Podemos destacar as pinturas murais, descritas pela historiadora Thaís Montanari:

As pinturas da Capela de São Miguel Paulista simulam um altar de talha em estilo nacional-português; apresentando colunas torsas, ornatos fitomórficos (folhagens e cachos de videiras), além dos capitéis com volutas. Em todo o espaço adjacente da pintura retabular, temos pinturas em padrões semelhantes a brutescos, predominando os desenhos em branco com contornos em preto sob o fundo em vermelho. Na parte interna do camarim e arco, temos pinturas de sol, lua, estrelas e nuvens espirais preenchendo os espaços adjacentes, além do sol como resplendor (MONTANARI, 2018, p. 716).



29. Pinturas murais da Capela.

Em 1938, o recém-criado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizou o tombamento da Capela e do seu acervo, que constituiu um dos primeiros tombamentos da instituição. Seu tombamento pode ser aproximado da história oficial escrita nas décadas de 1920 e 1930, na qual, segundo Raimundo (2017, p. 111), foram resgatados personagens e fatos históricos como os bandeirantes, jesuítas, as monções, entradas e bandeiras, padre José de Anchieta, padre Manoel da Nóbrega.

A data de criação do Sphan caracterizou-se, no plano econômico, por um quadro otimista, impulsionado por uma ainda incipiente, porém promissora, industrialização. Associado a este contexto favorável, figurava um direcionamento político cuja ideologia calcava-se na afirmação dos valores nacionais e na reformulação da sociedade através da construção de uma identidade nacional e cujas bases deveriam apoiar-se na segurança nacional e na educação “como projeto estratégico de mobilização social”. Era o Estado promovendo o desenvolvimento da nação, e a palavra-chave era modernização (Gonçalves, p. 29 apud Moraes, 2007, p. 91).

O tombamento foi indicado pelo arquiteto Luís Saia, diretor do SPHAN, que também orientou as obras de restauração de 1939 e 1940 (MORAIS, 2007, p. 91). Nesse

momento, o SPHAN encontrava-se na chamada “fase heroica”, momento de definição, estruturação e conceituação da instituição, com a preservação de bens isolados.



30. Foto do arquiteto Luis Saia na frente da Capela de São Miguel Paulista, durante as obras da primeira restauração em 1940.

Na década de 40, a Igreja ainda marcava a paisagem da região, já urbanizada depois da implantação da indústria Nitro Química e da estação de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Desses tempos passados restam, ainda alguns vestígios. Na verdade, lá está de pé sua pequena, mas veneranda Igreja matriz. [...] Faz parte de nosso patrimônio histórico-cultural, estando sob a proteção as autoridades do Estado. O mesmo ar antigo pode ser ainda observado na pequena praça arborizada, que existe junto à Igreja, onde há habitações do século passado, assim como algumas das ruas próximas, de traçado irregular. (AZEVEDO, 1945, p.131)

A figura do padre Aleixo Monteiro Mafra é marcante na história da Capela e deu nome a Praça onde ela se encontra. O padre assumiu como vigário residente da Capela em 1941, época em que o bairro possuía 8 mil habitantes. Em 1950, a população do bairro alcançou 40 mil habitantes, demandando a construção de uma nova Igreja Matriz, como apresenta Moraes (2007, p. 82) por meio do registro do bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo:

Visitei a velha igreja matriz e suas dependências. Mais do que igreja paroquial, ela é antes, deveras, monumento histórico, por isso mesmo quase inadaptável ao

movimento da cidade. Esperamos em Deus, logo que termina a demanda relativa ao terreno ao lado da residência paroquial, se possa cogitar da construção de uma nova matriz mais adaptada ao surto de progresso desta paróquia e menos sujeita à vigilância e ingerência do Patrimônio Artístico Nacional.

Nesse período, Moraes (2007, p. 83) relata que a vida dos moradores do entorno era marcada pela presença da Capela e suas atividades religiosas, como ir à missa e fazer parte de uma irmandade. A Praça Campos Sales abrigava uma série de atividades religiosas e sociais. Mesmo com as diversas intervenções de órgãos públicos e dos moradores e gestão de diversas instituições, a Capela insere-se na vida urbana de um bairro que gradativamente se transforma.

A Capela foi restaurada de 1959 à 1960, com a execução de obras no seu entorno pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Com a criação do CONDEPHAAT em 1978, a Capela foi tombada ex-offício e nesse momento, fazia parte da identidade dos moradores da região, que a consideravam um marco histórico. Neste período, ela abrigava os eventos culturais promovidos pelo Movimento Popular de Arte, uma iniciativa dos artistas locais que visava a transformação da capela em centro cultural (Cadastro de referências urbanas, 1985, p. 21).

Essa ocupação da Capela foi iniciada em 1977, com a criação de uma Programação Experimental pelo recém-criado Movimento Popular de Arte. As atividades da programação alcançaram mais de 4 mil participantes, em geral residentes da região, e contaram com apresentações de teatro, danças folclóricas, reisado, roda de samba, e depoimentos de moradores sobre a história de São Miguel Paulista (ARANTES e ANDRADE, 1981).

Entretanto ocorreu um conflito em torno da posse da Capela, entre o Movimento Popular de Arte e a Secretaria Municipal de Cultura que pertencia à Cúria Metropolitana. A Secretaria Municipal de Cultura considerava que “o povo não sabe reivindicar, nem tem a capacidade de organização”, em tempo que apresentaram-se estudando essa situação, conjuntamente com a Cúria, porém sem viabilizar o acesso

à eletricidade e culpando os artistas ao não se organizarem (ARANTES e ANDRADE, 1981).

Ao longo de sua convivência, ambas as partes explicitaram seus verdadeiros objetivos: para o órgão de Estado, eles se concentravam em torno de sua legitimação e da incorporação da Capela a seu acervo; para os artistas, estes objetivos se referiam, na verdade, à sua autoafirmação enquanto grupo, com autonomia e liberdade de expressão, vinculado aos setores sociais aos quais pertenciam (ARANTES e ANDRADE, 1981, p. 105).

O desfecho dessa história ocorreu com a saída do Movimento Popular de Arte e manutenção da sua posse com proprietários privados, até os dias de hoje. Em 1991, ocorreu o tombamento da Capela pelo Conpresp e de 2006 à 2010, passou por uma nova restauração pela Diocese de São Miguel Paulista e da proponente Associação Cultural Beato José de Anchieta (ACBJA).

Durante a intervenção, foram revelados e recuperados vários elementos artísticos, como as pinturas parietais, que encontravam-se cobertas e trazem, conjuntamente com outros elementos decorativos da capela, referências iconográficas e iconológicas recorrentes na arte europeia, fazendo referência à cultura ameríndia também. Apesar das diversas obras de reparo e restauro, a Capela manteve algumas características importantes, como o sistema construtivo de taipa de pilão, a pia batismal e a decoração do período colonial (MONTANARI, 2018).

Em 2007, ocorreu um evento simbólico e que vale ser retratado aqui, a Praça do Forró, nomeada assim por abrigar diversos eventos de forró, teve a proibição de tal prática pela Subprefeitura de São Miguel Paulista. A situação conflituosa foi retratada pelo jornal Estadão,

A praça foi totalmente reformada. O palco que existia por lá, em forma de chapéu de couro, foi demolido - e os shows já estão suspensos. De acordo com o subprefeito Décio José Ventura, “as duas destinações da praça eram incompatíveis”. [...] Mas um

hábito não se muda por decreto. Frequentadores da praça estão divididos quanto à atitude da subprefeitura. [...] O presidente da Associação Amigos da Praça do Forró, o sanfoneiro Cícero do Norte, de 69 anos, não se aguenta de tanta tristeza. A praça é seu espaço de reunião e música desde 1965. “Quiseram humilhar a gente. Mas eu tenho sangue nordestino. Não desisto. O bairro é nordestino, não foi justo. Foi preconceito da Prefeitura. As pessoas vão continuar chamando esse lugar de Praça do Forró”²⁰.

À época o subprefeito Décio José Ventura assegurou que um novo local seria destinado ao forró, o Parque Primavera, localizado a mais de 2 km de distância e ainda fechado no momento.

Em compartilhamento com as atividades religiosas, como missas, cerimônias de batizado e casamento, e abriga um museu aberto à visitação pública, com a cobrança de um ingresso para entrada com valor de até R\$5,00. São realizadas visitas espontâneas e visitas agendadas²¹. As atividades de atendimento de público englobam o atendimento de público das escolas, bem como oficinas e palestras.

²⁰ Prefeitura proíbe forró em praça para preservar capela. Estadão: São Paulo, 23 de abr. de 2007. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-proibe-forro-em-praca-para-preservar-capela,20070423p18422>>.

²¹ Informações retiradas do site da Capela de São Miguel Paulista. Disponível em: <<https://www.capeladesaomiguelarcanjo.org/a-capela>>.



31. Fotografia retirada de visita de estudantes do Colégio Argumento, localizado em Ermelino Matarazzo.

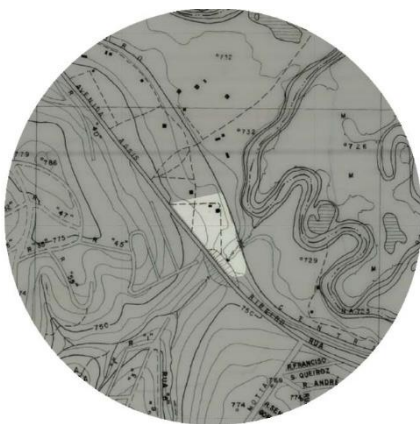
A visita à Capela pode ser interessante para observarmos sua inserção e conexão com o entorno, as vezes apagada pelo intenso tráfego de veículos e forte comércio na região. Pensarmos nos seus diferentes usos e significações, desde o período colonial até os dias de hoje, leva-nos à reflexão sobre como o patrimônio pode se moldar às demandas e anseios tanto em escala local quanto global, inserindo-se nas lógicas de produção do espaço e da formação de significados culturais.



32. *Mapa de 1930, com destaque para a área do Sítio Mirim.*



33. *Foto aérea de 1958, com destaque para a área do Sítio Mirim.*



34. *Mapa de 1972, com destaque para a área do Sítio Mirim.*



35. *Imagem de 2018, com destaque para a área do Sítio Mirim.*

36. Foto das
ruínas do
Sítio Mirim.



3.2. Sítio Mirim

O Sítio Mirim está localizado no distrito da Vila Jacuí, à margem esquerda do Rio Tietê. Lindeiro à Avenida Assis Ribeiro, o antigo sítio ocupa um terreno de 5.000m² e corresponde à uma área verde, com ruínas de edificações coloniais, envolta por residências e um denso sistema viário. Seu estabelecimento ocorreu no período colonial e o sítio é mencionado em 1750, no testamento de do guarda-mor Francisco Godoy Preto, mas a construção pode ser ainda anterior (RODRIGUES, 2013).

O sítio contava com a produção de aguardente, criação de gados e culturas de subsistência. Temos a descrição das construções no inventário de Maria Pires de Camargo, esposa de Francisco Godoy Preto, datado de 1782:

Por hum citio no bayrro de Sam Miguel com cazas de três lانسos parede de taipa de pillam cubertas de telhas com quatro camarinhas e fora também dois lانسos divididos de paredes de taipa de pillam Cubertas de telhas com caibros de paus Roliços e ripas

de mais repartimentos e senzalas fora com seu muro ao redor da caza... (Nascimento, p. 119, apud Augusti, 2012, p.38).

A edificação encontra-se na meia encosta de um terraço aluvial que propiciava a vista panorâmica de toda a várzea do Rio Tietê da face leste da casa (Katinsky, 1972, apud Rodrigues, 2017). O esquema básico tradicional foi mantido e o alpendre se estendia por duas fachadas consecutivas, abrigando a extensão do cunhal, numa parede em L. As portas eram em vergas retas e as paredes de taipa de pilão de 50 cm de espessura (RODRIGUES, 2013).

Em 1942, o arquiteto Luís Saia desenvolveu os primeiros estudos sobre o Sítio Mirim, com o desenvolvimento de uma planta da casa. De 1945 a 1965, por meio de um levantamento fotográfico, pôde-se identificar que “a casa apresentava alterações como o fechamento do alpendre central com parede de pau-a-pique, aberturas novas e falta de pilares originais do alpendre central” (RODRIGUES, 2013, p. 159).

Essa característica, somada a outras do partido arquitetônico foram a base para a justificativa de tombamento por Luís Saia em 1965. A edificação foi tombada pelo IPHAN em 1973, no livro de tombo Histórico, juntamente com o seu entorno. O Condephaat realizou o tombamento em 1982 e o Conpresp em 1991. O tombamento pelo Condephaat, segundo o apresentado por Luís Saia, é justificado pelo valor histórico (remanescente do bandeirismo), arquitetônico (devido às características de planta, alpendre e soluções construtivas) e uso cultural (lazer dos cidadãos e lembrança dos bandeirantes)²².

Em passagens como “É importante documento pela sua peculiaridade enquanto casa bandeirista” e “A casa do Sítio Mirim se destaca (pois) [...] aparece no conjunto como exemplar único tanto no que se refere a planta, à disposição particular do.

²² Informações retiradas de CONDEPHAAT, Processo de tombamento ex-offício, nº 22053 de 1982, p. 8.

alpendre , como quanto ao partido o soluções construtivas”²³, podemos observar que o tombamento remete à peculiaridade e excepcionalidade do edifício como justificativas, ressaltando seu caráter ímpar. Também é sugerido o valor didático e a destinação do espaço para o lazer, como uma possibilidade de ocupação depois da intervenção do IPHAN²⁴.

A denúncia de Luís Saia contra a gestão do Prefeito Prestes Maia e de outros que o seguiram é bastante alarmante quanto às problemáticas de reconhecimento do espaço já nas instâncias municipais. A situação, segundo relatos presentes no processo de tombamento, foi encaminhada para um possível “final feliz” em 1965, quando o proprietário doou a residência para a DPHAN (Distrito do Patrimônio Artístico e Nacional) e o lote de 1 hectare para a Prefeitura, foram iniciados trabalhos de restauração²⁵.



37. Foto do Sítio Mirim de 1965.

Também foi cedida uma casa próxima ao local de obras para um funcionário da Prefeitura, responsável pela guarda do imóvel, entretanto posteriormente, as obras foram suspensas por falta de verba e o guarda, em uma batida policial, foi assassinado. De 1972 à 1975, é mencionado um período de acentuada “destruição da casa”, com a fala de roubo dos materiais usados na consolidação da estrutura, utilizados nas obras de 1967 realizadas pelo IPHAN²⁶.

²³ Informações retiradas de CONDEPHAAT, Processo de tombamento ex-offício, nº 22053 de 1982, p. 11 e p. 12.

²⁴ Informações retiradas de CONDEPHAAT, Processo de tombamento ex-offício, nº 22053 de 1982, p. 9.

²⁵ Informações retiradas de CONDEPHAAT, Processo de tombamento ex-offício, nº 22053 de 1982, p. 20.

²⁶ Informações retiradas de CONDEPHAAT, Processo de tombamento ex-offício, nº 22053 de 1982, p. 18 e p. 20.

A expansão urbana na região somada às ações estatais de ampliação da via de circulação de trens da CPTM, apontada por Rodrigues, suscita a discussão sobre a inserção desse patrimônio tombado nas dinâmicas urbanas do entorno. Igualmente, Morcelli (2013) apresenta essa divisão de opiniões, em que movimentos populares por vezes reivindicaram ações imediatas, a construção de moradias populares no entorno ou a destinação para a construção de uma estação de trem.

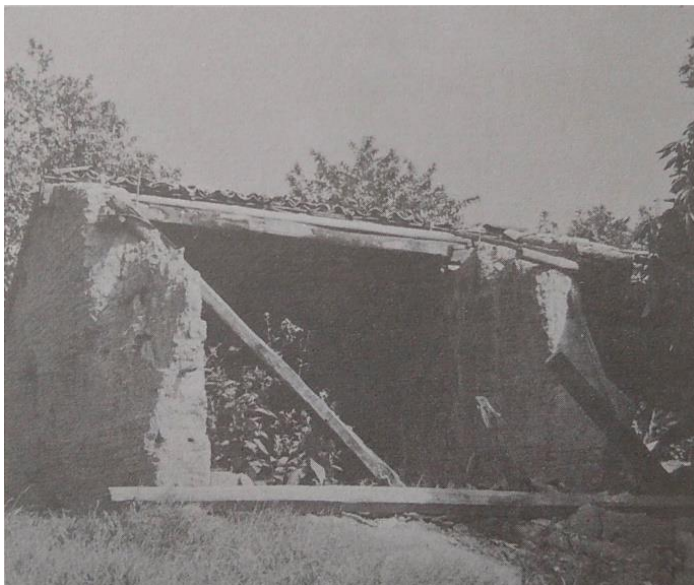
É notável que nenhuma dessas opções, em nenhum momento da década de 70 até a atualidade, foi concretizada. Apesar disso, no livro “Memórias de Ermelino Matarazzo : um bairro paulistano, seu povo, sua gente” (2012, p. 39) afirma-se que “não foram poucos os pedidos feitos pela comunidade local junto aos órgãos públicos no sentido de restaurar e preservar as antigas construções”.

A requisição do lote para moradias populares ou para a construção de uma estação de trem levanta questões quanto à inserção desse patrimônio no cotidiano da população ou em práticas de educação patrimonial e quanto às condições de vida presentes na região, ressaltadas desde os estudos de Luís Saia, como uma região extremamente pobre.

O estado de abandono do Sítio Mirim, mesmo depois de sua expropriação e de seu tombamento das três esferas de acautelamento, é bastante contraditório. Qual a motivação do tombamento do bem, que já pertence ao poder público, sem a apropriação da população? Como esse bem tombado poderia ser preservado se não inserido nos usos cotidianos da população? Além disso, se observarmos que a casa do sítio antes pertencia à um capitão-mor e agora é envolta por moradias de trabalhadores, temos a modificação drástica do uso da área, bem como dos significados que ela pode ter.



38. *Possível área de localização do sítio Piraquara.*



39. *Sítio Piraquara.*

3.3. Sítio Piraquara

O Sítio Piraquara, estaria localizado na região que hoje é conhecida como Ermelino Matarazzo, lindeiro à Avenida Assis Ribeiro. Das antigas construções do sítio, nada restou. Próximo da margem esquerda do Rio Tietê, o sítio era uma fazenda colonial, instalada após a concessão de sesmarias, na região de Ururáí. Possuía um engenho, provavelmente edificado para a produção de açúcar e aguardente. A primeira referência ao Sítio Piraquara está no testamento do Capitão Paulo da Fonseca, datado de 1711²⁷.

²⁷ AUGUSTI, 2012, p. 34.

No Inventário do Padre Manuel de Souza, datado de 1854, temos uma descrição interessante das edificações:

Com casa de vivenda, paredes de pilão cobertas de telhas, casa de fabrico de farinha, também de paredes de pilão cobertas de telhas com as terras a ele pertencentes fazendo frente à várzea do Tietê, com uma capela construída pelos índios da região dedicada a Bom Jesus de Pirapora (Bacaicoa, s.d., p. 5, conforme citado por Augusti, 2012, p. 34)

O arquiteto Luíz Saia (1967, p. 232, conforme citado por MORCELLI, 2013, p. 90) também retratou as características do Sítio Piraquara:

[...] um pequeno engenho distante uns 30 quilômetros de São Paulo e uns 200 metros da morada principal: um retângulo dividido em três partes, a central onde se encontrou vestígio de dispositivo para o engenho de moer e dois compartimentos externos, destinados a trabalhos complementares.

40. *Deolinda Paulinio, uma das herdeiras do Sítio Piraquara.*



Com as entrevistas das antigas moradoras do Sítio Piraquara, Dona Deolinda Paulino e Dona Nair Pinheiro²⁸ podemos observar um pouco sobre as atividades realizadas ali: “Nesta fazenda tinha muita coisa, fazia pinga, tinha muita fruta, tinha muita mandioca, fazia farinha de mandioca, tinha uma máquina de debulhar milho” (Dona Deolinda Paulino em entrevista para Augusti, 2012, p. 35). Sobre a Capela do Bom Jesus de Pirapora²⁹, comentam que foi feita pelos índios e tinha inscrita a data de 1915, provável data de sua reconstrução.

Afirmam que a porta da capela era voltada para a moenda presente no sítio, enquanto seus fundos estavam voltados para a Estrada de Ferro Central do Brasil, com a linha variante que passava pela região, alcançando São Miguel Paulista. Também foi edificada no sítio a Capela da Cruz Preta, em data posterior a Capela do Bom Jesus de Pirapora³⁰.

A Capela do Bom Jesus de Pirapora tem como remanescentes uma imagem representando o Divino Espírito Santo e outra do Senhor Jesus de Pirapora. Também foi preservada a moenda do sítio Piraquara, hoje sob a guarda da paróquia São Francisco. Com o início da urbanização do bairro de Ermelino Matarazzo, as entrevistadas lembram da compra de terras do Sítio Piraquara pela Família Matarazzo (AUGUSTI, 2012).

O desabamento e abandono da edificação do engenho é criticada por jornais já na década de 70, com descrições nostálgicas e reforçando o valor do lugar enquanto “reliquia da Era Colonial” e “redescoberta de Luíz Saia”³¹. Apesar disso, no Cadastro de referências urbanas: Zona Leste, produzido em 1985 (p. 47), afirma-se que o sítio

²⁸ AUGUSTI, 2012.

²⁹ Conclusões de Augusti (2012), conforme o testamento do Padre Manuel de Souza, lavrado em 1854, teria sido construída por índios anteriormente à essa data, e a Capela da Cruz Preta.

³⁰ AUGUSTI, 2012. p. 36.

³¹ VENTURA, Cássio. Memória: Engenho foi demolido nos anos 70. Jornal da Tarde, São Paulo, 1976. Seu Bairro. (1972 c.) – Autor desconhecido. (1972 c.). Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/?p=124>>.

ainda encontrava-se em posse de particulares, abrigando no engenho de açúcar, o maquinário para a moagem da cana e produção de rapadura, açúcar e aguardente.

Em 1984, o Sítio Piraquara foi tombado pelo Condephaat e pelo Conpresp, em 1991. O tombamento incidente sobre a Casa e seus pertencentes foi justificado pelo valor histórico-arquitetônico do conjunto. No Processo de Tombamento, o Sítio Mirim é descrito como “outro documento inesperado e fascinante deste Município”. O conjunto é retratado na resolução de tombamento como “um precioso exemplar remanescente da arquitetura rural paulista”, sugere a construção anterior ao século XIX³².

No entanto, conjuntamente com o avanço da urbanização na região, a edificação foi demolida. Segundo relato da ata da sessão ordinária do Condephaat de abril de 2013³³, o destombamento foi solicitado pelos proprietários em 1988 e não existiam medidas legais cabíveis. Devido ao “desaparecimento” da casa do Sítio Piraquara ocorreu então o destombamento, pelo Conpresp e pelo Condephaat³⁴.

A demolição do bem tombado, já denunciada na década de 1970, é lembrada por estudiosos como o pesquisador Danilo Morcelli (2013, p. 90) ao defender que “o Engenho era pertencente ao Sítio Piraquara, um testemunho histórico, arquitetônico, e cultural relevante, que se tornou em ruínas, dando lugar à um bairro de organização caótica”. Entretanto, vale lembrar que a expressão “caos urbano” empregada pelo autor é “[...] uma fórmula evidentemente simplificadora para explicar a metrópole paulista, [...] a análise urbana vem frequentemente confundindo aparência-essência.

³² Resolução nº 22053 de 1982, p. 14

³³ Informação retirada do parecer GEI 19/2010, solicitando a minuta de destombamento do Sítio Piraquara retirada da ata da Sessão Ordinária 1702ª, do Condephaat,, situado na Av. Assis Ribeiro s/ nº - Capital”, p. 5, 2013.

³⁴ Informação retirada da minuta da resolução de destombamento do Sítio Piraquara retirada da ata da Sessão Ordinária 1702ª, do Condephaat, p. 6, 2013.

Para evitar esse problema é necessário refletir sobre o significado dessa aglomeração” (CARLOS, 1992, p. 70).

A urbanização da área foi despontada nos anos de 1920, quando as Indústrias Reunidas F. Matarazzo, compraram uma gleba localizada às margens do Rio Tietê, ocupada pelos antigos sítios e fazendas conhecidos como Casa Velha, Sítio dos Mellos, Sítio Quindarassú e Sítio Piraquara. Foi realizado o loteamento da gleba, com o início das atividades de movimentação de terra, arruamentos e limpeza dos lotes em 1925³⁵. Esse processo, realizado pelo industriário, certamente encaminhou o bairro a assumir a forma que encontramos hoje.

³⁵ Augusti, 2012, p. 58.



Mapa de 1930, com destaque para a área atual da Chácara dos Fontouras.



42. Mapa de 1972, com destaque para a área do Chácara dos Fontouras.



43. Imagem de 2004.



44. Foto de satélite, com destaque para a área atual da Chácara dos Fontouras, de 2018.

45. *Chácara dos Fontora.*



3.4. Chácara dos Fontouras - Fazenda Biacica

A Chácara dos Fontouras, fica localizada no bairro do Itaim Paulista, à Estrada da Biacica, nº 756. É uma das poucas áreas verdes da região e lindeiro à chácara, temos o rio Tietê. A região foi ocupada com diferentes usos com o tempo e no período colonial, a área era conhecida como Fazenda Biacica, termo que significa “cipó-resistente” em tupi-guarani (DELI, 2010).

A Fazenda Biacica foi estabelecida nas terras de Ururaí, em área que nos anos de 1610 e 1611, por meio de sesmarias passaram a pertencer à Domingos de Góes, antigo morador da Vila de São Paulo e descendente de um fidalgo da casa real. À época foram chamadas de Sesmaria do Guayó e delimitadas por meio dos cursos d’água: o Rio Tietê ao norte, o caminho de São Paulo à Mogi das Cruzes ao sul, o Rio Guayó (limite entre Poá e Suzano) à leste e o Córrego da Água Vermelha à oeste (Melo, 2017).

Consistia numa paragem entre o núcleo de São Miguel e a vila de Mogi das Cruzes e para seu estabelecimento, a Fazenda contou com o trabalho de indígenas escravizados. Depois as terras pertenceram ao imigrante português Lopo Dias, que tinha a função de vereador na Vila de São Paulo, e após sua morte, foram deixadas em

testamento para a Ordem Terceira do Carmo. (Melo, 2017). Por volta de 1621, as terras de Biacica já pertenciam aos carmelitas e com o seu estabelecimento, construíram em 1682 a Capela de Nossa Senhora do Carmo (Bomtempi, 1970).

Segundo o almanaque "Um olhar sobre São Miguel Paulista" (2008) a capela foi construída de taipa de pilão e dedicada a Nossa Senhora da Estrela de Biacica, nome pela qual ficou conhecida. Mais tarde, essas terras foram chamadas pelos próprios padres carmelitas de Itaim, que significa pedra pequena ou pedrinha (DELI, 2010).

Em 1836, a Irmandade do Convento do Carmo já apresentava sinais de decadência e em 1855, a manutenção da Fazenda Biacica tornou-se de difícil gerenciamento, devido à escassez de mão de obra, tanto indígena quanto de povos africanos, de tal forma que optou-se pelo que Melo (2008, p. 30) intitula de "terceirização de sua administração". Esse processo, somado à abolição da escravidão em 1888, que inviabilizou a continuidade do trabalho dos escravizados, levou os arrendatários a abandonarem as terras.

As terras pertencentes aos carmelitas, que alcançavam até a área que hoje é conhecida como Parque do Carmo, foram então vendidas à famílias tradicionais de São Paulo. Tiveram destaque nessa compra os empresários Goffredo Teixeira Silva Telles, Estanislau Camargo Seabra e João Carlos de Mello, que realizaram os loteamentos da Vila Aimoré e da Vila Silva Telles, em 1924. Nesse momento, a construção da estrada de rodagem São Paulo-Rio de Janeiro e da estação do Itahym da Estrada de Ferro Central do Brasil contribuíram para o impulso à urbanização (LOPES, 2011, p. 98).

A Fazenda Biacica não foi loteada e em 1925, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma visita à área, após a publicação de uma errata sobre a fazenda no jornal *O Estado de São Paulo*. As descrições apresentadas são interessantes e valem a reprodução em sua completude:

O tradicional templo de Biacica ergue-se no extremo leste da elevação de terreno a salvo das inundações do Imbiacica e Tietê: é uma capella de regulares dimensões,

cuja estrutura rudimentar, embora, lembra o typo basilical, com a sua nave única, reparada do transepto e da apside pelo clássico arco de “meio ponto”, communmente chamado arco do cruzeiro no estylo românico; externamente a capella apresenta aspecto singelíssimo, porém, agradável à vista pela harmonia de suas proporções. Dois “gerivás” symetricamente plantados à frente do modesto templo, ainda offerecem às caricias das virações o seu cocar alteroso testemunhando o velho habito de se adornarem a entrada das capellas e igrejas com os bellos e esguios filhos das nossas florestas. No interior do antigo templo, lembrando o culto divino, só encontramos o coro com a sua escadaria tosca, porém, em bom estado de conservação e o retábulo do primitivo Altar-mor, bellissimo trabalho de talha occasionalmente guardado pelos acuais proprietários da capella: esta peça, verdadeira obra de arte, constitui-se de um grande florão symetrico trabalhado em relevo, cores representativas, segundo a symbolologia christan, da castidade, pureza e caridade. Fora, pendente duma das traves do telhado, deparamos com o pequeno sino de bronze, que durante dezenas e, quiçá, centenas de annos, chamou diariamente à oração os fieis das redondezas (SAMPAIO, 1900-1901, conforme citado por MELO, 2017, p. 47).

Segundo o relato da visita da Comissão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, recomendou-se a reconstituição da chamada “casa de oração” para seu primeiro aspecto, removendo as obras de adaptação modernas (Melo, 2017, p. 47). Na década de 1930, foi erguida no local a casa da Família Fontoura, com linhas neocoloniais, incorporando a antiga capela, construída em taipa de pilão. Esta tornou-se parte de uma residência de campo, e a ela foram acrescentados compartimentos laterais, além de uma grande varanda central (Melo, 2017).

A casa apresenta arquitetura colonial e azulejos decorados, que ocupam toda a fachada frontal e são datados de 1952. Elaborados pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, abordam os temas da chegada de Martim Afonso de Souza, em São Vicente em 1532, e a primeira missa rezada pelos Jesuítas, em 25 de janeiro de 1554, data da fundação de São Paulo (Melo, 2017, p. 135).



46. *Mural de azulejos.*

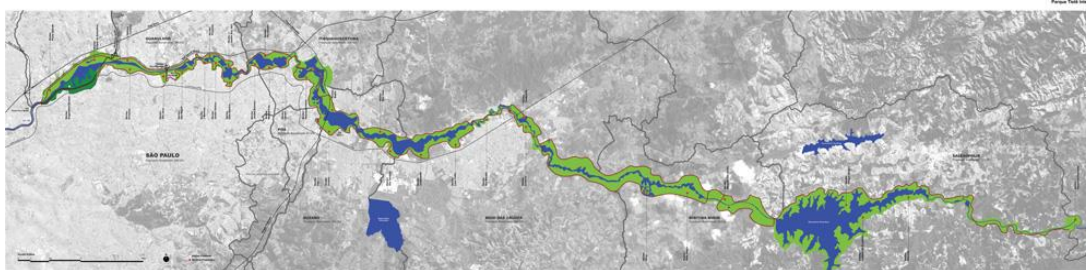
Em 1937, em uma visita à região Mário de Andrade já expressou preocupação com a fazenda, defendida pelo seu valor cultural e ambiental. Entretanto, somente em 1992 foi aberto o processo de tombamento para a Fazenda Biacica pelo Conpresp. A abertura do processo é justificada pelos “elementos constituidores da Chácara: área verde de porte arbóreo e ajardinamentos, residência-sede e seus pertences (banco neocolonial, painéis de azulejos, relevos de bronze da varanda, móveis talhas e quadros existentes na área da antiga Capela), escultura “Bartira” de João Batista Ferri e eventuais sítios arqueológicos”³⁶.

Na Resolução de tombamento de 1994, são inscritos o edifício sede da chácara e a escultura “Bartira”, com a área envoltória constituída pelo lote da propriedade. O Professor Jesus Matias de Melo lembra sobre a importância de sua ocupação: “[...] Essa área permanece como um marco do passado, de como foi o início de Itaim ainda no século XVII, e que precisa ser transformada em uma área pública, pois é particular. É preciso socializar o seu uso” (2017, p. 134). Também menciona o roubo da escultura de bronze da índia Bartira, filha de Tibiriçá e de duas placas, criticando o tombamento desprovido de qualquer outra ação pelos órgãos do patrimônio e poder público em geral.

³⁶ Informação contida no texto da Abertura do Processo de Tombamento pelo Conpresp de 1992, publicado na plataforma digital da Prefeitura de São Paulo.

Atualmente, a Chácara dos Fontoura compõe o Núcleo de Lazer, Esportes e Cultura Jardim Itaim Biacica, como o segundo núcleo da etapa do Projeto Várzeas do Tietê - PVT, o qual tem como objetivos “contribuir para minimizar os efeitos da ocupação desordenada e dos consequentes problemas ambientais, urbanísticos e sociais, além do controle de enchentes nas zonas urbanas”³⁷.

A implantação do Parque recebeu investimentos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, que totalizaram 8,7 milhões de reais, com a construção de estruturas como quadras e sala para Educação Ambiental. O Projeto Várzeas do Tietê tem escala metropolitana, englobando 8 municípios, e será o maior parque linear do mundo, implantado ao longo do rio Tietê, com 75 quilômetros de extensão e 107 km² de área. A previsão de conclusão de todas as etapas até 2022³⁸.



47. Projeto do Parque Várzeas do Tietê, após todas as fases de implantação.

Em agosto de 2015 foi iniciado o processo de implantação do Núcleo de Lazer, Cultura e Esporte do Jardim Itaim Biacica. Essa etapa da construção contemplaria um campo de futebol, duas quadras poliesportivas, sala para educação ambiental, academia, salas para atividades, biblioteca, parquinho, churrasqueiras e o centro de

³⁷ Informação contida no site do Núcleo Itaim Biacica, disponível em: https://nucleo-itaim-biacica.negocio.site/?fbclid=IwAR2ZsDyC7N6ol8zADMZ62Ebj8XskRE_bm_moAbct762Ok8ajeUAtxMF2p uI

³⁸ Informação fornecida pelo DAEE, na plataforma online, disponível em: http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=370:parq.

educação ambiental seria instalado na edificação da Fazenda Biacica, que seria restaurado³⁹.

A conclusão das obras foi prevista para outubro de 2017, momento em que também estava sendo elaborado o projeto de restauração da casa sede da fazenda. A licitação para a restauração da casa sede da fazenda foi iniciada em dezembro de 2018 e atualmente está fechada para a visita⁴⁰. Trata-se de um projeto interessante ao analisarmos a inserção do bem tombado como aporte para atividades de educação patrimonial.

Entretanto a escala de intervenção em que esse projeto está inserido, deve ser observada. Estamos falando de 1,7 bilhão de reais investidos em parques, com o objetivo de barrar a expansão urbana sobre o Rio Tietê. Tais dimensões de investimentos inserem a região no grande capital e certamente contribuem com a valorização imobiliária, dinamizando toda a extensão da Zona Leste limdeira ao córrego e mais uma vez, expulsando os pobres para regiões mais distantes.

³⁹ DAEE prepara segundo núcleo do PVT. Portal do Departamento de Águas e Energia Elétrica, 1 ago. 2015. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1461:daee-prepara-segundo-nucleo-do-pvt&catid=48:noticias&Itemid=53>.

⁴⁰ SÃO PAULO, 21 de jul. de 2007. População do Itaim Paulista terá parque projetado por Ruy Ohtake. Diário Oficial do Estado de São Paulo: SP, vol. 127, n. 136, p. 1, 11 jan. 2002.



49. Mapa de 1930, com destaque para a área da Fazenda da Família Morganti



48. Imagem de 1958, com destaque para a área da Fazenda da Família Morganti.



50. Imagem de satélite de 2018.

51. *Casa de Cultura
Raul Seixas,
antiga casa da
Família
Morganti.*



3.5. Casa sede da fazenda da Família Morganti

Localizada no Parque Raul Seixas, na COHAB II em José Bonifácio, a Casa sede da fazenda da Família Morganti . Próximo da Avenida Jacú-Pêssego e ao Córrego Jacú, o Parque tem antigas construções em seu interior e uma delas é ocupada pela Casa de Cultura Raul Seixas.

A Família Morganti, foi constituída por Pedro Morganti, imigrante italiano que chegou ao Brasil por volta de 1890 e iniciou suas atividades no ramo do comércio de café. Morganti enveredou também pelo ramo açucareiro e de outros produtos alimentícios voltados para a circulação interna. A fazenda correspondia à uma grande gleba, e a casa, sede da fazenda, foi a casa de campo da família (CAPORRINO, 2016).

Azevedo (1945, p. 115) apresenta uma descrição bastante importante sobre a Fazenda da Família Morganti:

No próprio vale do rio Jacu, existe uma bela propriedade agrícola - a Fazenda da *Refinadora Paulista S.A.*, pertencente à Família Morganti, com culturas variadas (frutas, cana, milho) e nada menos de um milhão de eucaliptos. A oeste da “Colônia”, a moderna Fazenda do Carmo, que corresponde à terça parte da antiga Fazenda Caguaçu, também possui algumas centenas de milhares de eucaliptos, além de pastagens e capoeiras, que um dia, por certo, virão a ser loteadas.

Na década de 1930, Pedro Morganti assumiu a liderança de um dos maiores grupos açucareiros de São Paulo, ao lado da Família Matarazzo e alguns outros grandes proprietários. Morganti tinha importantes relações políticas e econômicas com a Itália, a qual se encontrava sob o regime político fascista de Benito Mussolini. Com residência na Avenida Paulista, devido à projeção socioeconômica alcançada, a família possuía engenhos, fazendas e dois hortos florestais, sendo um deles localizado em Itaquerá. Após o falecimento de Pedro Morganti, em 1939, o império da família entrou em decadência (CAPORRINO, 2016).

Segundo o blog da Casa de Cultura Raul Seixas⁴¹, Pedro Morganti organizava na fazenda encontros com familiares e amigos. Em 1960, parte da área da fazenda foi doada para a formação de um asilo, intitulado “A cidade dos velhinhos” e em 1980, o imóvel foi doado para a Prefeitura de São Paulo.

Após a reivindicação de grupos da região, em 1989 a área verde foi transformada em Parque Municipal, nomeado de Parque Raul Seixas, nome decidido em assembléia popular, em homenagem ao artista que faleceu no mesmo ano. Após sua implantação como Parque Municipal, a arquiteta Elvira de Almeida projetou ludo-esculturas,

⁴¹ Blog da Casa de Cultura Raul Seixas. Disponível em: <<http://casadeculturaraulseixas.blogspot.com/p/historia.html>>.

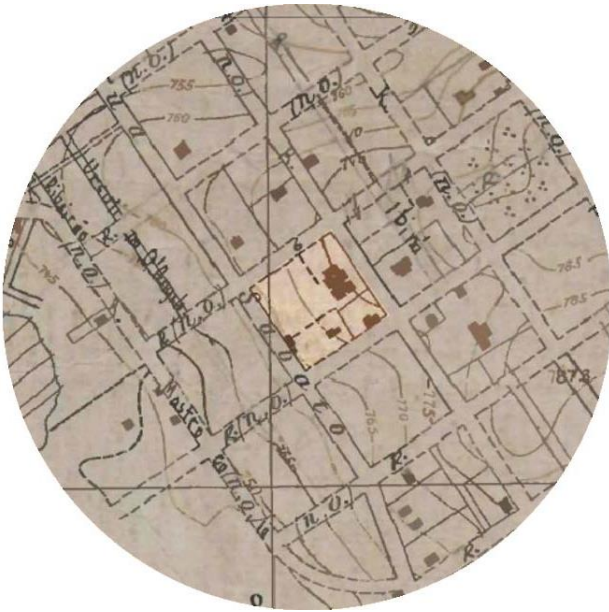
brinquedos criados sob a perspectiva do reaproveitamento de materiais, como dispositivos de intermediação da vida urbana pública com uma dimensão mais lúdica e estimulante, experimentando a vida em grupo⁴².

Das ludo-esculturas, restaram somente alguns remanescentes e as edificações do parque foram preservadas. A antiga casa sede da fazenda, atualmente conhecida como Casa de Cultura Raul Seixas, promete oficinas artísticas, como teatro, dança e capoeira, além de abrigar shows e apresentações diversas. Também recebe artistas locais, apresentando seus trabalhos. Em outubro de 2019, a Casa de Cultura desenvolveu uma programação em comemoração aos 30 anos de inauguração do Parque Raul Seixas, e também ocorreu a inauguração do Parque, depois das obras de acessibilidade, que contemplaram caminhos, equipamentos e o acesso à Casa de Cultura⁴³.

Foi tombada pelo Conpresp em 2017 e o tombamento foi justificado por fatores como o imóvel constituir um dos últimos casarões de fazenda da região, o interesse histórico-cultural em transmiti-lo para as futuras gerações e o valor simbólico e afetivo do imóvel. Apesar de inserido no Parque Raul Seixas, não foi determinada área envoltória para o tombamento, o qual incide estritamente sobre a casa.

⁴² BRANT, Julia. Conheça Elvira de Almeida: arquiteta de espaços lúdicos. ArchDaily Brasil: São Paulo, 04 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/891709/o-brinquedo-do-parque-um-conceito-ludico-como-arte-do-reaproveitamento-e-o-trabalho-de-elvira-de-almeida>> ISSN 0719-8906>.

⁴³ Informações retiradas da página do Facebook da Casa de Cultura e com o arquiteto Lucas Lavecchia, responsável pela Coordenadoria Leste, do Departamento de Projetos e Obras da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.



53. Mapa de 1930, com destaque para a área atual da Chácara Sábado D'Ângelo.



52. Foto aérea de 1958, com destaque para a Chácara Sábado D'Ângelo.



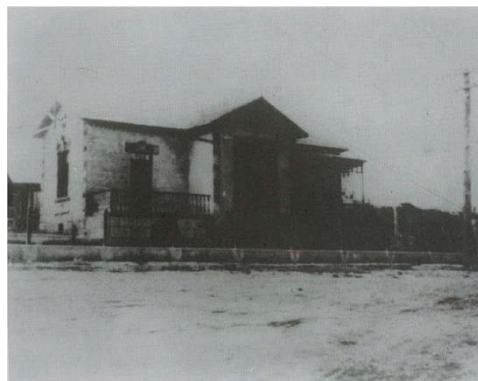
54. Imagem de satélite de 2018.

3.6. Chácara Sábado D'Ângelo

A Chácara Sábado D'Ângelo está localizada na rua de mesmo nome, paralela a Avenida Jacú Pêssego e ao Rio Jacu, e próxima ao centro de Itaquera. As quadras são ortogonais e as ruas paralelas e remetem ao loteamento da Fazenda Caguaçu, que deu origem à Vila Carmosina.

O loteamento da Vila Carmosina era composto por lotes de 10 mil metros quadrados, destinados a casas de veraneio e chácaras. Localizada próxima a estação ferroviária e ao Córrego Jacú, a região era conhecida pela característica rural ((FRANÇA e LEMOS, 1980, p. 52):

Muita gente de grande poder aquisitivo, como o Sr. Sabato D'Angelo, dono da fábrica de cigarros SUDAN, sita no centro, morava em Itaquera. porque, tanto esta como Tatuape, eram consideradas áreas de condições climáticas muito positivas para os doentes dos pulmões (Entrevista realizada em agosto de 1984).



55. Casa de de Sábado D'ângelo em Itaquera.

Ainda no início do século XX, foi adquirida a gleba e edificada a Chácara de Sábado D'Ângelo, residência de campo do empresário de produção de tabaco, dono da fábrica de cigarros Sudan, que ficava localizada no Brás ((FRANÇA e LEMOS, 1999). Sábado D'Ângelo era um imigrante italiano que chegou ao Brasil por volta de 1883/1884 e mudou-se para São Paulo em 1904. Em 1912, registrou o embrião da

fábrica Sudan e já na década de 1930, o imigrante italiano era conhecido como industrial e empresário bem sucedido.

Conhecido também como “empresário benfeitor do esporte paulista e incentivador da vida cultural” (COSTA, 2015, p. 20), financiava ou patrocinava festejos e eventos. Esse interesse pelas festividades, abria aos empresários, especialmente imigrantes, a possibilidade de inserção social nas camadas mais abastadas da sociedade paulista da época (COSTA, 2015).

Enquanto imigrante rico, buscava a renovação de uma cultura à fim de expressar o dinamismo da cidade, inserindo-a no circuito da “modernidade”. Entretanto, cabe ressaltar a ideia da indústria promovendo o progresso da cidade, sempre veio atrelada ao preço humano deste processo⁴⁴. A relação entre a lógica do trabalho e o controle das relações sociais também deve ser lembrado, como já foi apresentado anteriormente, de forma que podemos perceber a “relação até entre o esporte e festejos, com a ordenação do corpo social para a implementação de um imaginário social vinculado à ideia de positividade do trabalho” (COSTA, 2015, p. 39).

Em 1938, Sábado D`Ângelo faleceu e a posse do casarão ficou para sua esposa, Anita Pastore e posteriormente, foi instalada a sede do Ginásio Estadual de Itaquera, da Escola Prof Emília de Paiva Meira, com a reforma e modificação dos usos e significados dessa edificação (COSTA, 2015). Participando da formação de vários moradores do bairro, a ocupação do casarão possibilita uma nova forma de inserção social desse espaço no cotidiano da população.

No final da década de 1960, a Chácara foi cedida para a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), com a transformação do uso da edificação e dos laços culturais da região, passando a ser reconhecido até como um

⁴⁴ São citados por Lucas Costa (2015, p. 32), notícias do Correio Paulistano, publicadas em 13 de julho de 1930 e 1 de março de 1938, em que são retratados acidentes na fábrica que levaram à mortes e ferimentos de trabalhadores.

“centro de convertidos”⁴⁵. Podemos destacar a elevação dos muros e construção de uma capela ao lado da entrada principal do lote. A presença da TFP na chácara foi marcada por especulações e boatos, alguns até considerando-a como espaço para tortura clandestina durante o período da ditadura civil-militar (COSTA, 2015).

E enquanto a falta de espaço paralisa a vida cultural (do bairro de Itaquerá), um prédio, cujo interior é algo fantástico e pode ser considerado o grande patrimônio de Itaquerá, é utilizado pela TFP | Tradição, Família e Propriedade - que nada de importante cria a coletividade itaquerense e do mundo (Espalhaphatos, 1989, conforme citado por Costa, 2015, p. 55).

Em 2011, o vereador Juscelino Gadelha entrou com uma proposta de lei para a criação do Parque Municipal Sabbado D’Ângelo, que teria como referência atividades relacionadas à prática de atividade física, educação ambiental e cultural, e preservação da memória paulistana⁴⁶.

Solicitado pela população do bairro com 3 pedidos, face à construção do Estádio do Corinthians, segundo o blog *São Paulo Antiga*⁴⁷, o tombamento ocorreu somente depois do envio do pedido de tombamento pelo vereador Juscelino Gadelha, visando à preservação do imóvel para destiná-lo à fins estritamente culturais, como biblioteca e cinema. Com o processo aberto em 2012, o tombamento foi realizado pelo Condephaat em 2015 e pelo Conpresp em 2018.

⁴⁵ A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é uma organização civil, criada na década de 1960, reconhecida por seus posicionamentos conservadores. O casarão é então mencionado como “centro de convertidos” por uma antiga moradora da região, Magdalena Pellicci Monteiro, em depoimento para o Museu da Pessoa (COSTA, 2015, p. 53).

⁴⁶ O projeto de lei apresentado nº 329/11, “Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Sabbado D’Ângelo, e dá outras providências”. Fonte: Compêndio de Atas de Audiências Públicas – Câmara Municipal de São Paulo: Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente – 9 de mai. de 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2011/00/00/0H/LB/00000HLBI.PDF>>.

⁴⁷ Site “São Paulo Antiga”, notícia publicada em 23/04/2012. Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/casarao-de-sabbado-dangelo/>.

É justificado por fatores como a ocupação do território à leste do núcleo da Vila de Piratininga; o valor cultural do imóvel pertencente ao loteamento da Fazenda Caguaçu; o imóvel e seu entorno espelham as transformações dos subúrbios paulistanos e a chácara foi originalmente a residência de rico industrial da zona leste e abrigou usos ligados à educação e à religião. O tombamento foi recorrido pela proprietária do imóvel⁴⁸.

Também vale lembrar que a Chácara de Sábado D'Ângelo foi demarcada em 2014 como Parque Urbano em Planejamento pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Segundo o texto do Plano Diretor Estratégico “os 167 parques propostos, somados aos 105 já existentes, ampliam os espaços verdes e livres da cidade, tornando-a mais humana e equilibrada ambientalmente” (Plano Diretor Estratégico, 2014, p. 9). O espaço ainda não foi reformado para tal uso, mas vale pensarmos nas possibilidades de usos e apropriações que teria para os moradores do entorno e da região de Itaquera como um todo.

A criação do Fundo Municipal de Parques, também pode ser destacada. Consiste no “mecanismo de cofinanciamento entre sociedade civil e poder público em que, para aquisição de parques planejados no PDE, a cada real dos cidadãos, a Prefeitura contribui com o mesmo valor” (Plano Diretor Estratégico, 2014, p. 53). Podemos então observar a articulação entre o poder público e o privado, tanto na cessão da Chácara para a TFP quanto no financiamento da construção de espaços públicos, como os parques.

Apesar de fechada, a Chácara Sábado D'Ângelo não só permite que observemos as mudanças de dinâmicas na cidade, como também as potencialidades que um bem

⁴⁸ Informação fornecida pelo Jornal Estadão, publicada em notícia em 11 de julho de 2018. Fonte: MENGUE, Priscila. Prefeitura homologa tombamento da Chácara Sabbado D'Ângelo, na zona leste de SP. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 11 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-homologa-tombamento-da-chacara-sabbado-dangelo-na-zona-leste-de-sp,70002398405>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

tombado pode ter para o uso da população do entorno. Como sugere Costa (2015, p. 59) podemos pensar no tombamento como inserido em um contexto mais amplo, marcado pela profunda transformação do bairro, com a resignificação de Itaquera.



56. Mapa de 1930, com destaque para a edificação do Clube de Regatas da Nitro-Química.



57. Destaque para a edificação do Clube de Regatas em 2018.

3.7. Clube de Regatas da Nitro Operária

A Companhia Nitro Química Brasileira está localizada em São Miguel Paulista, lindeira aos trilhos da linha Safira, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e próxima à Capela de São Miguel Paulista. Foi instalada na região em 1935, com área de aproximadamente 200 mil m² e ao lado da antiga estação ferroviária de São Miguel Paulista da Estrada de Ferro Central do Brasil. A produção fabril consistia em seda artificial, algodão-pólvora e outros produtos químicos (Bomtempi, 1970).



58. *Companhia Nitro Química, vista da Estação de Trem de São Miguel Paulista.*

Sua presença na região ainda é marcante na paisagem, tanto devido às suas grandes dimensões quanto por causa da emissão de fumaça constantemente, vista à longas distâncias. No momento de sua instalação, São Miguel Paulista ainda era um pequeno núcleo de moradias e estratégia de instalação da indústria na periferia da cidade é, segundo Tonaki (2013, p.62), justificada pela intenção de maior controle e gestão do corpo operário, o qual se distanciava de ideias voltadas para greves e revoltas no centro da cidade.

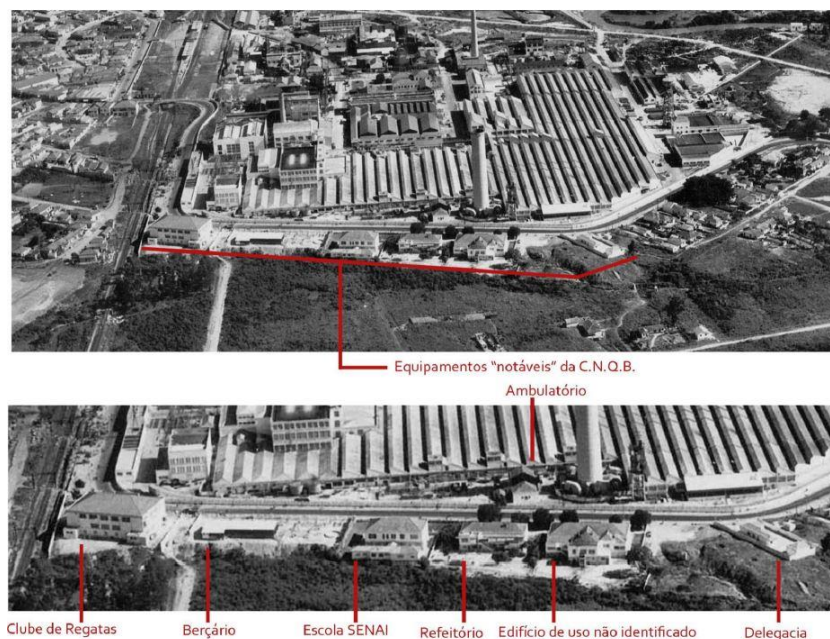
No mesmo período de implantação da fábrica, foram construídas duas vilas operárias para os funcionários da empresa: a Vila Americana e a Cidade Nitro Química. As unidades foram destinadas somente aos empregados essenciais para o

funcionamento da companhia, primordialmente técnicos estrangeiros responsáveis pela remontagem dos equipamentos e treinamento dos primeiros operários. Cerca de 13 anos depois de sua instalação, a Nitro Química abrigava mais de 4 mil operários (Bomtempi, 1970).

A primeira entrada dos funcionários da indústria, inaugurada em 1941, foi chamada de “Portaria das Contas”, visível ainda hoje pelo trajeto da linha Safira, da CPTM. Esta portaria foi desativada em 1950 e substituída por outra maior, a Portaria “A”. Somada aos muros com elementos verticais escalonados, à extensão dos terrenos da empresa e aos equipamentos notáveis dela — Clube de Regatas, Berçário, Escola Senai, Restaurante e Delegacia — pode-se observar o interesse em demonstrar a monumentalidade de seu conjunto fabril (TONAKI, 2013).

Como o crescimento populacional acentuado de São Miguel Paulista a partir dos anos de 1930, não foi acompanhado de melhorias na infraestrutura urbana, como equipamentos e até saneamento básico, a importância das ações assistencialistas da Companhia foi acentuada. A produção das habitações operárias e os equipamentos edificadas, como o berçário e o clube de regatas, acentuam o controle dos trabalhadores além dos horários de trabalho regular (TONAKI, 2013).

Nessa década, segundo Raimundo (2017, p. 98), já estava consolidado o disciplinamento dos operários por meio da “... moralização no ambiente privado da moradia, exemplificada pelas vilas operárias e inclusive na organização do lazer do trabalhador, encerrado agora na extensão da fábrica e de suas estratégias disciplinares”. Portanto, a criação dos equipamentos de infraestrutura urbana pela Companhia Nitro Química foi uma forma de controle dos trabalhadores, além dos relatos dos regimes disciplinares violentos, como a prisão de trabalhadores que chegavam atrasados dentro das instalações da fábrica (TONAKI, 2013)



59. Imagem com esquema das edificações da Nitro-Química. Fonte: Tonaki, 2013, p. 70.

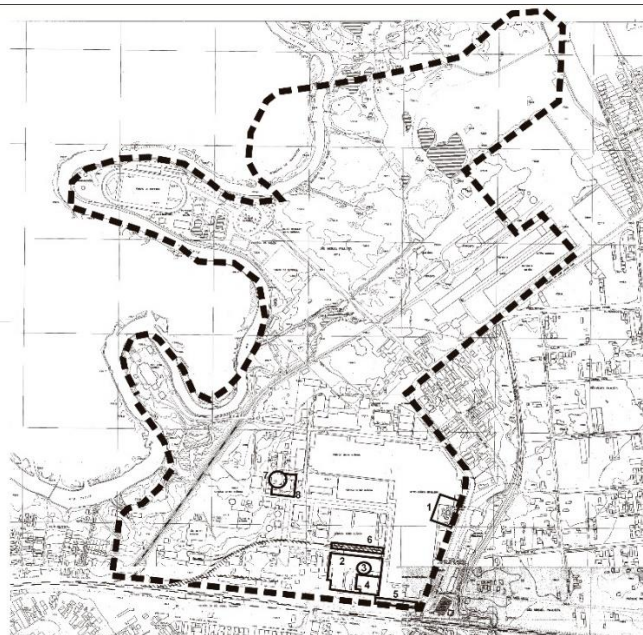


60. Fachada do Clube de Regatas. Fonte: Tonaki, 2013, p. 96.

O Clube de Regatas da Companhia é um dos únicos equipamentos que permitia o uso também da comunidade, reverberando na lembrança corriqueira entre os moradores de São Miguel e ex-funcionários (TONAKI, 2013). Minha família traz boas memórias desse espaço, enquanto meu avô trabalhava na fábrica, meus tios utilizaram alguns equipamentos aos quais tinham acesso, que funcionavam como estruturantes

regionais, no sentido em que se articulavam também com escolas, para bailes de formatura ou outras festividades.

O edifício do Clube de Regatas foi desativado e as demais edificações de equipamentos para os funcionários, foram demolidas. Em 2003, ocorreu a mobilização popular requisitando o tombamento da Companhia Nitro Química Brasileira, visando ao estabelecimento de um centro cultural e espaço de memória no local. O tombamento foi realizado em 2012 pelo Conpresp, com a inscrição de edificações e elementos constitutivos do processo de produção industrial da Companhia: a Primeira e Segunda Chaminé da Caldeira, segunda Casa de força, antiga portaria principal, antigo refeitório e chaminé de emissão de efluentes⁴⁹.



61. Mapa com a área tombada da Companhia Nitro-Química.

A resolução de tombamento evidencia o valor social do processo, ressaltando também a importância histórica da Companhia para o crescimento e urbanização de

⁴⁹ CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 10 de 2012. Tombamento Elementos integrantes do Complexo da Cia Nitro Química.

São Miguel, para o processo de industrialização da cidade e como registro das transformações geradas pela industrialização. No entanto, o Clube de Regatas, não foi inscrito na área do tombamento nem na área envoltória do bem tombado e atualmente encontra-se em estado de abandono, mesmo que como um marco na lembrança dos moradores do bairro⁵⁰.

Atualmente próximo ao edifício abandonado do Clube de Regatas, foi implantada uma quadra poliesportiva. Bastante frequentada durante a semana por crianças e jovens, no seu entorno, são comuns reuniões de moradores da região, até com churrascos e comemorações. O uso do Clube de Regatas por essa população, que contaria com uma infraestrutura como sanitários e uma área coberta, poderia ser muito interessante, até viabilizando a sua inserção no cotidiano e o conhecimento sobre qual o significado da preservação da edificação.

⁵⁰ CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 10 de 2012. Tombamento Elementos integrantes do Complexo da Cia Nitro Química.



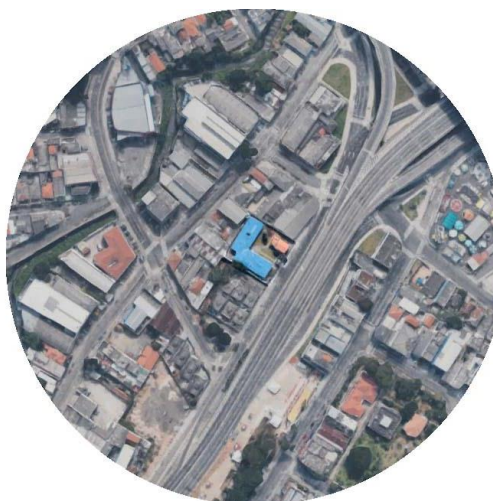
2. *Mapa de 1930 Casa do Chefe da Estação de Itaquera.*



63. *Casa do chefe da estação de Itaquera em 1958.*



64. *Ortofoto de 2004, com destaque para a Casa do Chefe da Estação.*



65. *Imagem de satélite de 2018.*

66. *Casa do Chefe da
Estação de Itaquera,
autal Casa de Memória
de Itaquera.*



3.8. Casa do Chefe da estação de Itaquera

A Casa do Chefe da Estação de Itaquera está localizada no centro de Itaquera, próxima da Radial Leste. No seu entorno, temos um comércio efervescente, com muitas pessoas caminhando pelas ruas, assim como carros e ônibus trafegando. Próximo à casa, está o Rio Verde, atualmente poluído e canalizado. É o edifício remanescente da estação da linha férrea Central do Brasil, que existia na região. A casa era ocupada pelo chefe da estação de Itaquera, pertencente à Estrada de Ferro Central do Brasil.

A estação de trem foi inaugurada em 1875 e nomeada de Estação de São Miguel, por ser o nome do núcleo de ocupação mais próximo à época e em 1930, a estação foi desativada (FRANÇA e LEMOS, 1999). Com a construção da extensão da Radial Leste, a estação foi demolida em 2004. A Casa do Chefe da Estação, marca o período de industrialização e consolidação do transporte ferroviário, remontando ao início da

urbanização da região, ainda que dotada de feições diferentes das demais edificações do bairro.



67. Foto da Estação de Itaquera em 1955.



68. Foto da Casa do Chefe da Estação, datada de 1960.

Com a desativação da Casa do Chefe da Estação, a Secretaria Estadual dos Transportes de São Paulo transferiu o imóvel para a Prefeitura, que criou a Casa da Memória em 2012⁵¹. Atualmente, a edificação da Casa do Chefe da Estação já restaurada está aberta para receber atividades de coletivos, com edificações que

⁵¹ MENGUE, Priscila. Conpresp tomba Casa da Memória, biblioteca e residência em Itaquera. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 28 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,conpresp-tomba-casa-da-memoria-biblioteca-e-residencia-em-itaquera,70002846936>>.

ocupam o mesmo lote destinadas à administração da Faculdade do Brasil, sanitários, sala do coordenador do espaço e o Laboratório do FabLab Livre SP.

A paisagem do entorno da Casa do Chefe da Estação foi modificada com o tempo: apresenta uma centralidade com muitos comércios e serviços; o Córrego do Rio Verde encontra-se bastante poluído e onde antes havia a estação de trem, existe a extensão da Radial Leste, com a passagem de automóveis constantemente.

A Casa foi tombada pelo Conpresp em 2019, juntamente com outras duas edificações residenciais, a atual Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda e uma antiga residência da Rua Victorio Santim, localizadas no Centro de Itaquera. Seu tombamento é justificado por fatores como a ocupação do território de São Paulo, o pertencimento da edificação à Ferrovia Central do Brasil, datada de 1875 e realçando o interesse histórico-arquitetônico-cultural de salvaguardar estas obras e transmiti-las como herança às gerações futuras. É destacada a boa qualidade construtiva das edificações residenciais também, remanescentes das chácaras de recreio, do loteamento da Vila Carmosina⁵².

Na experiência que tive na Casa de Memória em 2017, foi possível observar que o seu restauro e reabertura, ocorreram fora de compasso com o seu entorno. As poucas visitas de público e o uso da área livre como estacionamento, levantam questões quando a instalação de um equipamento cultural, principalmente se considerarmos a infraestrutura existente ali, com grandes salas e espaços acessíveis.

Em 2018, foi divulgada uma programação para o Centro Cultural Casa da Memória no site da Prefeitura, que contava com a “[...] realização de diversas atividades gratuitas voltadas à toda população, como: oficinas gratuitas de canto, teoria musical, fotografia, artesanato, capoeira, dança cigana, maquiagem, yoga e ballet” que “[...]”

⁵² CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 9 de 2019. Tombamento de 3 imóveis em Itaquera.

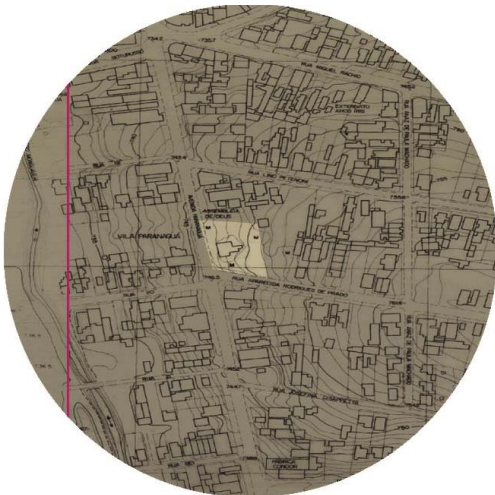
surgiu com o objetivo de retratar as lembranças que os antigos moradores do bairro guardam, sendo em fotos, peças e nas diferentes formas de registro”⁵³.



69. Mapa de 1930, Passeadouro Público Miguel Bompan.



70. Passeadouro Público Miguel Bompan em foto de 1958..



71. Mapa de 1972, com destaque para o Passeadouro..

⁵³ Centro Cultural Casa da Memória. Participe das oficinas / Confira a programação! Prefeitura Municipal de São Paulo, Subprefeitura Itaquera, 1 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/itaquera/noticias/?p=85711>>.



72. *Imagem de satélite de 2018.*

3.9. Passeadouro Público Miguel Bompan

O Passeadouro Público Miguel Bompan está localizado na Avenida Paranaguá, em Ermelino Matarazzo. Próximo ao Córrego Mongaguá, afluente do Rio Tietê, o Passeadouro é uma área verde, inserido numa região marcada por residências horizontais e comércios locais.

O local onde hoje se encontra o passeioadouro abrigava a casa de Campo de Antônio da Silva Jardim, um importante ativista político brasileiro defensor de ideais republicanos. Jardim nasceu em 1860 no Rio de Janeiro e em 1878 mudou-se para São

Paulo, quando ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas e faleceu em 1891, durante uma viagem na Itália⁵⁴.

Segundo Morcelli (2013), a casa de Jardim foi citada em 1927 na ata do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e em 1982, foi tema de uma reportagem na Folha de São Paulo, quando já era defendida pela população frente ao avanço das produções imobiliárias na região. A população, segundo a reportagem, defendia a desapropriação, preservação da área e destinação para a recreação infantil.

Somente em meados na década de 90, a área foi transformada em passeio público e a casa de campo foi demolida pelo poder público (MORCELLI, 2013). A área foi adicionada ao Parque Linear Mongaguá - Francisco Menegolo, que incorpora remanescentes verdes de quadras próximas e lindeiros ao córrego Mongaguá.

Inaugurado em maio de 2011, o Parque conta com 62.000 m² e faz parte do Programa Córrego Limpo, que consiste em “uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado por meio da Sabesp, para garantir as áreas de preservação permanente desse afluente do Rio Tietê e contribuir com a drenagem urbana da região”⁵⁵. Para sua implantação, foram removidas “[...] 65 famílias que moravam irregularmente no local em 29 barracos e, 36 moradias de alvenaria” em janeiro de 2009⁵⁶.

A estrutura do Parque contempla estares, passeio público, áreas para playground e aparelhos de ginástica para terceira idade, pista de caminhada linear ao córrego, quadra poliesportiva e pista de skate. O Parque foi nomeado “Francisco Menegolo” em homenagem ao imigrante italiano de mesmo nome, que foi morar em Ermelino

⁵⁴ PASQUIM, 2015, pp. 35-58.

⁵⁵ Parque Mongaguá - Francisco Menegolo comemora oito anos. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Especial de Comunicação, 28 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/zeo-capital.sp.gov.br/prefeitura/noticia/parque-mongagua-francisco-menegolo-comemora-oito-anos>>.

⁵⁶ Finalmente o Parque Linear Mongaguá é inaugurado. EM Jornal Notícias de Ermelino Matarazzo, 30 mai. 2011. Disponível em: <<http://emjornal.com.br/noticias/finalmente-o-parque-linear-mongaga-e-inaugurado/>>.

Matarazzo para trabalhar na montagem e manutenção das máquinas da Celosul, fábrica de papel celofane das Indústrias Reunidas Fábrica Matarazzo (IRFM). Também participava de festas frequentadas por moradores do bairro e participou da fundação da Sociedade Amigos do Bairro, com muitas lutas por melhorias, luz elétrica, transporte, asfalto, construção da Igreja, etc⁵⁷.

Além disso, a área foi inscrita como ZEPEC (Zona Especial de Preservação Cultural) no Zoneamento de 2004, Lei 13.885⁵⁸. Entretanto, seu tombamento foi excluído em definitivo em agosto de 2017, conjuntamente com outros imóveis, “[...] por não apresentarem valores significativos para sua preservação”⁵⁹.



73. Área do Passeadouro Público Miguel Bonpam, demarcada como ZEPEC.

⁵⁷ Linear Mongaguá - Francisco Menegolo. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_leste/index.php?p=46951>.

⁵⁸ CONPRES, Resolução de abertura de processo de tombamento, nº 26 de 2004. APT ZEPECS.

⁵⁹ São Paulo, 18 de ago. de 2017. Diário Oficial do Estado de São Paulo: SP, p. 14, 18 ago. 2017.



74. Área do passeadouro, incorporada ao Parque Linear Mongaguá- Francisco Menegolo, destacado em verde.



76. Mapa de 1930, com a Estação da CPTM de São Miguel Paulista.



75. Estação da CPTM de São Miguel Paulista em 1972.



77. Configuração atual da estação, em imagem de satélite de 2018.

3.10. Estação da CPTM de São Miguel Paulista

A estação de trem de São Miguel Paulista está localizada no centro de São Miguel Paulista, próxima a Capela. Foi oficialmente inaugurada em 1933, como uma estação da Linha Variante da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1957, a Estrada de Ferro Central do Brasil passou a chamar-se Rede Ferroviária S.A. (REFESA), e foi iniciado o processo de modernização, substituindo as antigas máquinas a vapor pelos trens elétricos (Melo, 2017).

A linha variante iniciava na estação Calmon Viana e terminava na estação Engenheiro Gualberto. Segundo Tonaki (2013), a proximidade com a Nitro Química, impulsionou a estação a adquirir grande importância, que recebia o fluxo vindo do centro da cidade. Pela plataforma de trens, era possível observar os muros da indústria Nitro Química, onde estava localizado o primeiro acesso construído para os funcionários, a “Portaria de Contas”.



78. *Imagem da estação de São Miguel de 1926.*

O último trem a vapor, conhecido como “Maria Fumaça”, fez a viagem entre Roosevelt-Itaim em 1962 e em 1982, a estação de São Miguel Paulista foi reconstruída no mesmo local pelo Ministro dos Transportes, o engenheiro civil Cloraldino Severo. Em 1994, passou a ser gerida pela Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos - CPTM (Melo, 2017).

Em 2002, o Plano Diretor da CPTM previa o projeto de reconstrução da estação e em 2004, foi contratado o escritório Una Arquitetos, para o desenvolvimento do projeto básico. A nova estação foi finalizada em 2013, com a modificação do acesso, voltado para o Bairro Jardim Lapena e à Praça do Forró. À época da inauguração da estação em 2013, foi divulgada no site “Central Leste de Notícias” uma notícia sobre o

evento, na qual se afirmava que comerciantes queriam impedir a abertura da nova estação⁶⁰.

Na notícia, é citada a reunião de lideranças, empresários e comerciantes da região que se opõem veementemente à inauguração da nova estação, problematizando em seus discursos questões como o prejuízo para rua de comércio — localizada na saída da antiga estação — e na desapropriação de moradores do Bairro Jardim Lapena — com o pagamento injusto das desapropriações.

Nesse momento, a CPTM também informava que a antiga estação seria sede para uma base comunitária e para equipes de manutenção da linha férrea. No entanto, segundo notícia publicada no Diário do Transporte em agosto de 2018⁶¹, foi aberta licitação para a concessão da área da antiga estação à iniciativa privada, em um projeto de “requalificação urbana da região e de receita extra tarifária da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos”. O espaço de 21 mil metros quadrados, incluindo a laje da estação, poderá ser aproveitado para fins comerciais, bem como destinado à construção de novas edificações⁶².

A questão que quero pontuar não tangencia a eleição de novos patrimônios ou bens imóveis, mas trata de compreender o que é privilegiado na eleição dos bens tombados e dentro do jogo de forças da produção do espaço, quais são privilegiadas e

⁶⁰ BALAGO, Rafael; Ramos, Vander. Comerciantes da zona leste de SP tentam adiar abertura de nova estação. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, jul 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1311784-comerciantes-da-zona-leste-de-sp-tentam-adiar-abertura-de-nova-estacao.shtml>> .

⁶¹ AZANI, Adamo. CPTM vai conceder à iniciativa privada área da antiga estação São Miguel Paulista. Diário do Transporte: 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2018/08/31/cptm-va-conceder-a-iniciativa-privada-area-da-antiga-estacao-sao-miguel-paulista/>> .

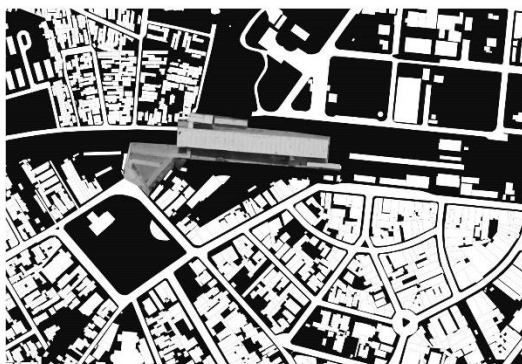
⁶² GALFO, Fernando. CPTM requalificará área da estação São Miguel Paulista. CPTM - Linha 12: São Paulo, 03 set. 2018. Disponível em: <<https://www.ferroviando.com.br/cptm-requalificara-area-da-estacao-sao-miguel-paulista/>> .

sob qual perspectiva. Aqui temos claramente um espaço que era de uso cotidiano e presente na memória afetiva da população e agente estruturador de relações, no caso da Rua da Estação, com seu comércio já consolidado.

O que vemos ali era a produção de cultura, ainda que este espaço não tivesse claramente essa função. Porém com as grandes obras realizadas, mudando a localização da saída da estação, apesar de possibilitarem a acessibilidade a região e trazerem novas ocupações para a Praça do Forró, foi modificado o sentido cultural e histórico que a população tinha da rua da Estação e da própria estação de trem.



79. Estação de trem em 2008, com a saída para a chamada “rua da estação”.



80. Estação de trem em 2018, com a saída na Praça do Forró”.

4. O patrimônio em seu contexto

No presente capítulo, pretendo discutir as políticas de patrimônio com o aprofundamento no estudo de caso da Casa de Memória de Itaquera⁶³. Para tanto, foi realizada uma entrevista com a funcionária, bem como discussões e reflexões identificadas, visando à análise do significado das políticas de patrimônio, enquanto políticas culturais e urbanas, e de seus resultados.

Considerando que a complexidade do fenômeno urbano não podemos considerá-lo como um objeto isolado, pois envolve não somente uma materialidade, requisitando para isso um olhar em busca da compreensão de uma totalidade. Precisamos considerar que "a cidade tem uma existência histórica que não se pode desconsiderar" (Lefebvre, 2008, p. 61). A história das cidades possibilita apreendermos sua singularidade e por meio dela, podemos entender como os processos históricos levam-nos até a atualidade. Ressignificando estruturas, criando ou demolindo edifícios, o espaço urbano é modificado com o tempo.

Pensando que a cidade é centralizadora de ações e “[...] atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações” (LEFÈBVRE, 2008, p. 111). Portanto, se deparar com um lugar concentrador, leva-nos a refletir sobre o que seriam esses conteúdos, fomentadores da alienação nas cidades. Como apresenta Lefébvre (2008, p. 110),

[...] não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças e mercados, multidões, pessoas

⁶³ O trabalho apresentava o aprofundamento em dois estudos de caso, a Capela de São Miguel Paulista e a Casa de Memória de Itaquera. Entretanto, a entrevista realizada com os funcionários da Capela de São Miguel Paulista bem como os dados apresentados foram removidos em respeito à solicitação da Associação Cultural Beato José de Anchieta.

caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano.

[...] a cidade (...) é a própria forma do urbano, revelada.

Essa relação dialética entre a cidade possuir objetos amontoados, ao mesmo tempo que não importa o seu conteúdo, lembra a relação das presenças e ausências. Qual o sentido de tamanha acumulação de objetos, se não importam os seus conteúdos? Por mais que existam conteúdos, ali presentes, a ausência da importância dos conteúdos, nos diz muito sobre a cidade. Portanto, com várias análises podemos discutir o urbano enquanto campo de tensões e para compreendê-lo temos que refletir sobre a sociedade se reproduzindo:

O urbano (a sociedade urbana) não é o fim pré-fabricado, o sentido de uma história que vai em sua direção, história ela própria pré-fabricada (por quem?) para realizar esse fim. A sociedade urbana proporciona o fim e o sentido da industrialização simplesmente porque nasce nela, a engloba e a encaminha em direção a outra coisa (Lefebvre, 2008, p. 69).

Como ponto de partida, podemos refletir sobre a nossa história. Pensando as experiências democráticas no Brasil, Paulo Freire afirma que “o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas” (1999, p. 74). A nossa formação histórico-cultural, marcada pela colonização e propriedade, não só de bens materiais como de corpos, concentradas nas mãos de poucos, inviabilizou experiências democráticas:

“[...] em todo o nosso background cultural, inexistiam condições de experiência, de vivência da participação popular na coisa pública.

Não será exagero falar-se de um centro de gravitação de nossa vida privada e pública, situado no poder externo, na autoridade externa. Do senhor das terras. Das representações do poder político. Dos fiscais da Coroa, no Brasil Colônia. Dos

representantes do Poder Central, no Brasil Império. O que estas circunstâncias propiciavam ao povo era a introdução desta autoridade externa, dominadora; a criação de uma consciência hospedeira da opressão e não uma consciência livre e criadora, indispensável aos regimes autenticamente democráticos” (FREIRE, 1999, p. 79).

Portanto, nossos núcleos urbanos, resultado desse processo autoritário e de dominação, perpetuam, desde seu surgimento, a criação de cima para baixo. Além da escravidão dos povos indígenas e africanos, observando desde o início da colonização, com o processo de concessão de sesmarias e sua divisão sem igualdade entre os colonizadores e colonizados, já podemos identificar as dimensões da desigualdade. Com a industrialização e o desenvolvimento da urbanização, temos no Brasil:

o surgimento de certos centros urbanos que, (...) revelam mais “inchação” que desenvolvimento.

Estas alterações (...) teriam de refletir-se em toda a vida nacional. Juntar-se a outras tantas que se processavam no campo da cultura. No campo das artes. Da literatura. No campo das ciências, revelando uma nova inclinação: a da pesquisa. A da identificação com a realidade nacional, a do seu conhecimento. A da busca do planejamento, em substituição aos esquemas importados (FREIRE, 1999, p. 90).

O processo de inchação referido pode ser relacionado com os 4 milhões de novos habitantes na Região Metropolitana de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, apontados por Milton Santos. Esse processo com tais dimensões pode ser observado na conformação das periferias da cidade, que se modificam para receber uma parte dessa população. Temos, um enquadramento em que os novos habitantes, encontram espaços que não criaram, histórias e memórias que não são cultivadas. A ocupação e apropriação desses espaços enquanto ausentes dos significados anteriores, pode ensejar uma “vigorosa alienação”.

Pensarmos sobre a sociedade urbana, seus vínculos com a industrialização e a sua expressão na vida dos trabalhadores pobres na Zona Leste de São Paulo, temos que

O processo de periferização é próprio da lógica de expansão concentradora do capital realizada no fenômeno de urbanização. Porém, a periferia, que é um constructo sócio histórico, aparece como algo natural e parte fundamental da ideologia de disciplinarização do trabalho (RAIMUNDO, 2017, p. 42).

Na urbanização da Zona Leste, não podemos perder de vista o que significou a criação das periferias urbanas, que expressam não somente as desigualdades espaciais, mas também as marcantes desigualdades sociais do país.

A forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia gente pobre, mas que ela própria *crie* ainda mais gente pobre. O espaço é, desse modo, instrumental à produção de pobres e da pobreza: um argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não apenas como um dado ou um reflexo, mas como um fator ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições (Milton Santos, 1980 e 1986, apud Milton Santos, 2009, p. 66-67)

O espaço visto não apenas como um suporte, mas instrumento necessário à produção de pobres e da pobreza, demanda que consideremos os significados desse processo difundidos pelas classes dominantes, privilegiadas, e como é significado. Temos o que Ana Paula do Val chama de *estigmatização midiática da periferia*, em que a mídia e o poder público construiu um imaginário das periferias monocromático e apocalíptico, condenando seus moradores a assumirem uma condição de discriminação (ALCADE, 2013, p. 15).

Conhecer a realidade nacional, das cidades brasileiras, e no nosso caso, de São Paulo, é essencial para podermos pensar as nossas cidades, marcadas por processo históricos singulares e que portanto, dificilmente abrigariam modelos importados de

forma efetiva. No processo de colonização, com o estabelecimento dos aldeamentos, temos a sua localização em pólos, mas também voltada para a conexão do território.

Os limites administrativos de hoje não coincidem com aqueles momentos, mas temos ainda a necessidade de articular o território, afinal a cidade concentra as ações e conteúdos e a rubrica do sistema viário, ainda é amplamente difundida na cidade. É importante pontuar também a necessidade de pensarmos a cidade de São Paulo integrada na ordem local e na ordem global.

O conhecimento desse enquadramento encaminha não somente ao planejamento mais adequado à nossa cultura, mas também, possibilita o estabelecimento de uma postura face à homogeneização. Com a cidade tendendo à inserção na ordem global, de produção do espaço e da cultura, podemos analisar as relações entre a ordem global e a ordem local, manifestadas cotidianamente, em todos os lugares. Segundo Milton Santos (2002, p. 339)

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade [...] funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.

A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. [...] A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia de comunicação.

Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.

A relação dialética entre a ordem global e a ordem local ocorrendo ao mesmo tempo em todos os lugares, pode então ser observada nos estudos de caso. O localmente vivido, com o cotidiano desenvolvido e vivenciado nos lugares, é uma das

intenções a ser alcançada no trabalho com a realização das entrevistas. A reterritorialização, com a formação de uma lógica interna reunindo os elementos da ordem local, pode ser encontrada no próprio processo de urbanização da Zona Leste e na análise dos bens culturais tombados e fechados ao acesso, que não se inserem no cotidiano imediato e no localmente vivido com ocupações e apropriação da comunidade.

Com a modernização de São Paulo, para sua inserção no grande capital, temos por exemplo, a modificação da relação com a água, que podia ser encontrada na década de 1950, por exemplo, com o uso do Rio Tietê pela população moradora das regiões próximas para lazer e transporte. Mostra-nos o quanto o processo de urbanização foi também a modificação das relações traçadas com o meio e da cultura.

Antes a população tinha poços em suas casas, as olarias se espalhavam pela região e até os córregos serviam para a delimitação da propriedade. Podemos trazer para a discussão até a edificação de uma olaria presente no Parque Chácara das Flores. Representante de um momento em que a relação da população com a água era diferente, assim como a relação com o trabalho, não plenamente industrializado. Atualmente, encontra-se inserida no parque, sem manutenção adequada e sem restaurações previstas.

No caso dos bens tombados sem uso e ocupação, podemos lembrar da relação das presenças e ausências na cidade, afinal, esses espaços, não reúnem de forma ostensiva os elementos elencados por Milton Santos, como homens e instituições. Apontam para uma relação de estranhamento e distanciamento com a ordem local estabelecida, simulando a sua não-inserção no cotidiano vivido. Pela simulação de sua ausência, com o abandono e fechamento ao acesso público, temos o isolamento do bem, ou seja, sua inserção na ordem local de forma esvaziada.

Essa ordem maior, considerando a cidade de São Paulo como uma metrópole, inserida na ordem global de produção do espaço, temos que refletir sobre o que significa o enquadramento dos bens na cidade.

Entendermos profundamente a área de estudo torna-se então uma fonte importante para dialogarmos com a cidade e com o que existe agora na Zona Leste. Pensando por exemplo, nas áreas de centralidades urbanas, temos sua ocorrência primordialmente nas áreas com urbanização consolidada na década de 1940, como é o caso de Itaquera e São Miguel Paulista, podemos pensar que é “a centralidade advém desde o primeiro re-colhimento e da primeira re-coleção de objetos dispersos na natureza, desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos” (LEFÈBVRE, 1970, p.115).

Pensando que no caso do centro de São Miguel Paulista, o seu estabelecimento ocorreu onde antes encontrava-se o aldeamento de São Miguel, para a colonização dos indígenas e que, provavelmente, teve significados anteriores, com o uso dessa área pelos povos tradicionais.

Retomando o conceito de centralidade e policentralidade apresentados por Lefèbvre (1970, p.113), com “o movimento contraditório dos grandes centros decisórios e das relações de produção e a ruptura do centro, numa tendência que se orienta para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação”. A conformação da centralidade é essencial para o fenômeno urbano, considerada com o movimento que a constrói e a destrói.

Considerando que a cidade de São Paulo possui 12 milhões de habitantes, é previsível a formação de poli centralidades. A importância que os centros de bairro assumem na ordem local deve ser observada, visto que podem alcançar as demandas imediatas da população e tornarem-se alternativas ao centro da cidade, conformando ali uma região de encontros e de vivências de uma centralidade.

Apesar da distância do centro, essa região não ficaria completamente isolada em si mesma ou exilada. Podemos observar a tendência apresentada por Santos (2009, p. 121), em que ocorre “criação de uma vida local regional em certos setores da periferia, a exemplo do que se passa no centro e nos subcentros do município central”. Formas

de organização como sindicatos, associações de bairro e religiosas, agem como elo e linha de transmissão das principais reivindicações.

Considerando os estudos de caso apresentados, pensarmos mais profundamente sobre o significado desses espaços contemporaneamente, compreendendo sobre o seu cotidiano e os significados que possuem, tornou-se uma importante abordagem para o trabalho.

Com base na conceituação de cultura e refletindo sobre o que seria o patrimônio cultural, o diálogo com os gestores dos espaços foi realizado visando a compreensão das atividades e de suas perspectivas, no cotidiano vivido ali. Foram realizadas entrevistas com a equipe da Capela de São Miguel Paulista e com uma funcionária do FabLab⁶⁴ da Casa de Memória de Itaquera.

Os objetivos traçados com as entrevistas, foi de compreender sobre a trajetória das pessoas até chegarem ali e também sobre suas ideias quanto à cultura, patrimônio e a Zona Leste. Enquanto agentes ocupando os espaços, compreender também quais as atividades desenvolvidas ali e suas reflexões sobre os edifícios onde se encontram tornou-se importante para analisarmos como ocorre a resignificação e ocupação dos bens tombados.

64 O Fab Lab Livre SP é uma rede de laboratórios mantida pela Prefeitura de São Paulo, que totalizam 12 unidades dispostas na cidade. Oferecem cursos e oficinas, como de modelagem 3D, eletrônica e fabricação de projetos, e possuem equipamentos e ferramentas, como impressoras 3D, fresadoras e cortadoras a laser.

4.1 Sobre a Casa de Memória

A Casa de Memória de Itaquera divide o terreno com um FabLab. Me aproximei do FabLab da Casa de Memória em 2017, devido à algumas atividades para a Iniciação Científica que desenvolvi à época.

Nesse momento, conheci a Priscila, Beatriz, Paulo, Levi, Erik, Victória, Beatriz e Fernanda. Todos muito queridos e me ensinaram muito. Todas as conversas sempre foram muito boas, enquanto esperava peças serem produzidas pelas impressoras 3D. E foi por meio dessas conversas, que começamos a pensar em atividades para fortalecer a Casa de Memória, ocupando-a, e também nos formarmos criticamente sobre diversos assuntos.

Iniciamos um grupo de formação, chamado “Papo de Memória”, e decidimos fazer formações abertas para o público, sendo a primeira sobre Universidades Públicas, formas de ingresso e acesso a bolsas de estudos em universidades particulares. Para a formação, pensamos em fazer uma rifa para comprarmos as comidas e bebidas, e o prêmio foi uma luminária com a forma do busto do Davi, do Michelangelo⁶⁵.

A formação, realizada em agosto de 2017 na Casa de Memória, foi muito interessante, com a participação dos bolsistas e convidados. Infelizmente, devido à interrupção abrupta do Programa Bolsa Trabalho, para a sua reformulação, o nosso de grupo de formação não teve como se manter.

⁶⁵ Agradeço a todos que contribuíram com a rifa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Apesar de a FAU ser um pólo de concentração de renda e engajamento pela produção de cultura, foram poucas as pessoas dispostas a ajudar com R\$2,00.

Realizei a entrevista com a Priscila, que trabalhava mais diretamente com as atividades do FabLab da Casa de Memória. Recentemente, ela foi transferida para o FabLab do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, mas as suas experiências e apreensões sobre a Casa de Memória são interessantes para as discussões apresentadas mais a frente.

4.2 Entrevista - Casa de Memória de Itaquera

Como você conheceu a Casa de memória? Como você começou a atuar na casa de memória?

Priscila: Eu fui fazer um curso no FabLab Livre SP e um tempo depois eu fui trabalhar no laboratório. Porque até então o que eu lembrava da minha infância é de uma rua bem suja e cheia de camelô, de barraca de camelô. Eu não me lembro de ter uma casa ali, tinha um muro na verdade. Aí quando eu fui fazer o curso falei “Nossa, não conheço este lugar!” e quando eu entrei, que eu vi, eu não lembrava que tinha uma casa e bom eu fui trabalhar ali com fabricação digital de prototipagem. Assim fiquei muito feliz de poder fazer alguma diferença naquele lugar que eu conhecia desde sempre, em Itaquera, que é o lugar que eu moro desde sempre.

Como é o funcionamento da Casa de memória, quais atividades aconteciam?

Priscila: Sobre o funcionamento da casa, tem o centro cultural e tem a casa realmente que é a parte tombada. Na casa acontece apenas visitas e também a gente do FabLab quando recebia uma turma levava na casa e contava toda a história da casa. Tem a parte do galpão, a parte do centro cultural mesmo, que acontecem diversas atividades,

tem a Supervisão de Cultura de Itaquera que é ligada a Subprefeitura que ali não do centro cultural como também de alguns eventos de rua, como carnaval, como desfile de 7 de setembro e algumas feiras que tem na praça. E tem o FabLab em si e tem algumas atividades como artes marciais, capoeira, taekwondo, tai chi chuan, dança do ventre, dança cigana, aulas de arte, artesanato e também recebem a APD, que faz o atendimento de pessoas com deficiência ligada ao Hospital Santa Marcelina.

A Casa de memória é bastante ocupada? Como é o dia a dia ali?

Priscila: A Casa da Memória não é tão ocupada hoje em dia, está bem mais como eu comentei quando eu era pequena, ali era tudo fechado, a rua era usada por camelôs, por vendedores ambulantes e o Centro Cultural mesmo existe desde 2014, então quando eu entrei no FabLab em 2016 e era muito pouco ocupada, mas aí ela foi salva por uma ocupação. Por volta de 2004 derrubaram toda a estação que tinha, que já não funcionava há algum tempo e tava bem fragilizado, a estrutura. Mas enfim, derrubaram da estação e para não derrubar a casa, algumas pessoas literalmente ocuparam a casa e falaram “Não vai derrubar a casa!” e as pessoas ficaram ocupando a casa. Assim que ela foi salva né, ela é um dos patrimônios, mas aumentou bastante como centro cultural nos últimos 3 anos. No dia a dia funciona sempre o Núcleo Jurídico da UniCastelo, que agora é a Universidade Brasil; a Supervisão de Cultura de Itaquera e o FabLab. Funcionam de segunda a sexta e o FabLab funciona aos sábados. Fora isso, tem algumas atividades como eu comentei, têm cursos que acontecem uma ou duas vezes por semana, então praticamente todos os dias estão ocupados, além disso acontece curso a noite também, após as 18 horas.

Quem mais visitava a Casa de Memória? Existe algum grupo mais marcante ali?

Priscila: Dos grupos que visitam mais e que estão há bastante tempo, tem o grupo de Tai chi chuan, que eu vejo que mantém mais, assim faça chuva, faça sol, toda sexta

feira de manhã elas estão lá, né? Com a professora Emília e algumas alunas também que auxiliam e da APD, eles fazem um trabalho bacana a cada três meses, fazem uma festa ali com os alunos, com as famílias e acabam abrindo ali pra quem tá passando também que é do Santa Marcelina. Eu vejo a relação da Casa da Memória com a região próxima ainda bem fraca, a casa não é bem muito visível, agora tem um banner, tem uma outra comunicação com a frente, mas que demorou muito pra chegar. Estamos em 2019, ali é um centro cultural desde 2014. Muita gente, desde que eu comecei a trabalhar, fala que passava na frente e que não tinha ideia que era um centro cultural e mesmo quando a Secretaria de Cultura faz um evento externo, eu não sei se fica visível para as pessoas que vão neste lugar, que vão neste evento, que este evento está sendo feito pela supervisão de cultura e que ela não fica dentro da subprefeitura ela fica dentro de um patrimônio de Itaquera. Mas esta aproximação tem crescido, o trabalho da subprefeitura tem crescido bastante. É principalmente ali na praça que fica perto, mas pouca gente desses eventos dessas praças vão conhecer realmente o centro cultural. Então para a gente que gosta, que conhece, acha que o pessoal tinha que se apropriar muito mais ali. Passa muita gente na frente de ônibus quando vai pro metrô e quando vem conhecer o FabLab vem fazer algum curso porque a gente explica a história eles falam “Nossa, eu sempre passei aqui sempre aqui há 20, 30 anos e não sabia que aqui tinha um centro cultural”.

Você tem alguma relação com o Conpresp, que realizou o tombamento da casa de memória?

Priscila: Sobre o tombamento eu não conheci o Conpresp e até onde eu sei o terreno a casa eram de propriedade da CPTM. Agora não é e vai voltar a ser da Secretaria da Cultura, então mesmo pra mim que trabalhava lá dentro é um pouco confuso eu não vou saber explicar muito. Antes do tombamento, eu nem sabia que existia, parecia uma casinha qualquer, eu não tinha idéia até 2016 que ali tinha uma casa. Então não sei te falar, depois do tombamento uma coisa que a gente ouve também é que foi o

acordo ali para restaurar a casa por que ela precisa de restauro. Como é que foi, porque além da Supervisão de Cultura tem um outro grupo que está ocupando o mesmo espaço e a gente não conhece muito bem a relação. Acredito que a subprefeitura saiba mais, mas pra mim não mudou a relação mudou saber que ali é um patrimônio que está sendo cuidado depois que eu fui trabalhar lá.

Antes do tombamento, como você via a casa de memória? Essa relação foi modificada depois do tombamento?

Priscila: A localização pra gente que trabalha lá dentro, parece bem ruim porque o viaduto tampa a frente da casa. Por mais que tenha pessoas que passem por lá e que a gente coloque placas, banners na frente as vezes, parece que não atraindo as pessoas quem passa pelo viaduto não consegue ver o que é que tem ali dentro e quem passa de carro ou ônibus é muito rápido. Eu não lembro muito de como era a estação, mas eu acho que era um pouco mais aberto ali. Para a gente poderia ser muito melhor ficar assim mais visível mesmo que você perguntar ali perto em alguma loja onde é o centro cultural, onde é a Casa da Memória, muito pouca gente sabe ainda.

O que você pensa sobre a localização da casa de memória, onde ela se encontra e com todos os processos que aconteceram recentemente ali, como o Estádio do Corinthians?

Priscila: Na época em que começou esta ideia de construir o Itaquerão, de construir o estádio, falaram que iam fazer muita coisa, derrubaram alguns prédios, né, algumas lojas que tinha ali no entorno da casa da memória, para construir o que é hoje a Estação Terminal de Itaquera, que é um terminal de ônibus, que fica afastado ali do metrô. É difícil dizer mudou muito do que eu me lembrava, assim ali tinha uma pracinha antes, tinha umas lojas bem antigas e parte destas lojas foram derrubadas. Então mudou muito para aquele trecho mais ao redor. Qualquer coisa fora o viaduto,

as passarelas, a gente achou que ia mudar muito mais coisa e acabou que não aconteceu muita coisa ali não, infelizmente.

O que você pensa sobre a casa de memória e sua relação com o bairro de Itaquera?

E da zona Leste como um todo?

Priscila: Sobre a Casa da Memória em relação com o bairro e relação com a Zona Leste, eu acho que Itaquera é muito grande mesmo, porque tem bastante espaço, bastante gente. Eu gostaria muito que a Casa da Memória fosse mais conhecida, porque já tem lá há bastante tempo uma oficina cultural que é do Estado que é a Alfredo Volpi. Esta eu conheço desde criança, eu fiz vários cursos, ela até mudou de local, mudou de rua, foi pra um outro lugar, mas continua ali trabalhando. Tem outros centros culturais e a Casa da Memória é um espaço que precisa ser ocupado, tem muita gente as vezes querendo fazer uma atividade e não encontra. Então eu não sei, se de repente fazendo como a gente faz do FabLab de ir nas escolas falar do projeto, talvez isso mudasse um pouco a cara e a ocupação da Casa da Memória.

5 Análises

Face aos dados apresentados e à entrevista realizada, é importante realizar algumas reflexões. É notável em ambas as entrevistas, a sensação da ausência de vínculo com as relações traçadas no entorno imediato, com a ordem local estabelecida. Pensando nos bens culturais enquanto sistemas de objetos, é interessante observarmos como ressignificamos a todo tempo, ao mesmo tempo em que somos presos à eles.

Os bens tombados se inserem na paisagem destacados do restante do entorno, às vezes apagados ou fechados, pouco convidativos ou quase invisíveis na paisagem. Essa invisibilidade ocorre ora devido à criação de grandes obras públicas, como é o caso da Casa de Memória, ora devido à intervenção direta no uso do bem, como no caso do fechamento ao acesso à Chácara Sábado D'Ângelo.

É interessante observar que vários bens tombados passam quase despercebidos em sua inserção urbana, desconectados até com o que ocorre do outro lado da rua. Por exemplo, quando consideramos a Casa de Memória de Itaquera e sua localização bastante privilegiada para o acesso da população pelo transporte público, porém sem qualquer vínculo com o entorno drasticamente modificado por grandes obras de infraestrutura. Encontramos um grande descompasso.

A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do “habitar” (LEFÈBVRE, 2008, p. 53).

Sua ocupação não ocorre somente devido à falta de sinalização, desprovidos de placas de identificação ou fachadas monumentais, mas também pela ausência de relação com o cotidiano do entorno, ainda que presentes na paisagem. A dificuldade

para encontrar os bens tombados na paisagem e até a percepção da existência dos bens tombados e de seus valores, ou atribuição de novos significados, é muito simbólica.

Cada interlocutor conhece sua língua, não tem necessidade de explicitar as regras e as emprega à sua maneira. A eficácia do conjunto sistemático tem como condição a ausência do sistema no nível dos efeitos, do ato, do acontecimento. No entanto, sua presença manifesta-se aí em graus distintos. A ação do sistema se exerce numa presença-ausência. A comunicação só é possível na medida em que o “sujeito” que fala, o locutor cotidiano, permaneça *cego* em relação ao que determina e estrutura seu discurso: a língua, seus paradigmas, suas estruturas sintáticas. Se ele reflete sobre isso, entra na metalinguagem. E, contudo, a não-cegueira dá a qualidade ao discurso. O sistema se esquia à consciência, e, não obstante, a ilumina mais ou menos, mal ou melhor (LEFÈBVRE, 2008, p. 56).

A Casa de Memória de Itaquera não dialoga com o cotidiano das pessoas que trabalham em seu entorno. São outros ritmos. Trata-se de uma ausência no nível dos atos e dos acontecimentos, demonstrados até pela falta de sua ocupação, em uma região com muitas pessoas caminhando pelas ruas todos os dias, de centralidade num bairro.

Observando a distribuição dos tombamentos na Zona Leste, podemos notar uma postura destacada, elegendo bens dispersos, sem uma conexão clara com o entorno. A localização dos tombamentos assemelha-se a uma intervenção cirúrgica, transformando o que poderia ser um conjunto de diretrizes de regulamentação em uma verdadeira colcha de retalhos, carente de coerência interna (SCIFONI, 2018, p. 211). A análise de seus usos e ocupações viabilizou a apreensão de algumas relações entre os bens:

	século XVIII	década de 1930	década de 1970	hoje em dia
Capela de São Miguel Paulista	Igreja	Igreja	Centro Cultural do Movimento Popular de Arte	Museu e espaço religioso
Casa de Memória de Itaquera		Moradia do Chefe da Estação de Itaquera	Fechada	Sem ocupação
Estação de São Miguel Paulista		Estação de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil	Nova construção da estação de trem	Abandonada
Clube de Regatas da Nitro-Química		Clube social para a comunidade	Clube social para a comunidade	Abandonado
Sítio Mirim	Moradia	Abandonado	Abandonado	Sem ocupação
Sítio Piraquara	Moradia	Moradia	Abandonado	Demolido
Chácara dos Fontouras	Capela	Moradia	Abandonada	Sem ocupação
Casa de Cultura Raul Seixas		Casa de campo da Família Morganti	Fechada	Casa de Cultura Raul Seixas
Chácara Sábado D'Ângelo		Casa de campo de Sábado D'Ângelo	Fechada	Fechada
Passeadouro Público Miguel Bompan		Casa de campo de Antônio da Silva Jardim	Fechada	Edificação demolida

Podemos observar que todos os bens tombados representam o estabelecimento de colonizadores, a lembrança da ocupação de famílias ricas de imigrantes e as marcas da industrialização na região. Que imagem da paisagem, que símbolos e identidades são exaltados? Quais vozes, histórias e memórias são eleitas para se lembrar e quais são apagadas? Parece que a seleção dos bens tombados sempre se refere à elite ou à classe dominante se estabelecendo no território, dominando-o e deixando suas marcas na cidade.

A imposição dos valores da elite na eleição de bens tombados que rememoram sua ocupação ali, sugere a imposição de modelos de consumo, porém descontextualizados.

É no campo da identidade e dos processos identitários que a paisagem mais tem sido mobilizada. Antes de mais nada, é indiscutível o papel que ela desempenhou como componente na fixação das identidades nacionais. A paisagem, com efeito, sempre foi entendida como constitutiva e expressiva do caráter nacional.

[...]

Falar de identidade não é pressupor uma harmonia capaz de produzir, por sua própria força, unidade e solidariedade. Ao contrário, a instrumentalização da paisagem como vetor de identidade nacional muitas vezes fez-se no conflito (MENESES, 2002, p. 41).

Pensar na identidade enquanto feita de conflitos, assim como o urbano, e não pressupor sua harmonia também pode ser uma boa forma para analisarmos os estudos de caso. Por mais que os bens tenham tais significados, são distintas as formas com que se relacionam com os contextos em maior escala e até na ordem global. Na Casa de Memória de Itaquera, por exemplo, temos sua ocupação no despontar das ferrovias, ou seja, o processo de conexão do território em escala nacional. Ao mesmo tempo em que, localizada próxima à confluência dos Córregos Jacú e Verde, provavelmente abrigava outras vivências dos moradores da região, pouco urbanizada e envolta por chácaras.

O tombamento enquanto política estatal atua com a seleção de bens a serem reconhecidos e preservados, porém quais narrativas são privilegiadas com os bens tombados na Zona Leste de São Paulo? Qual a relação com os moradores da região e as dinâmicas que ocorrem nos seus entornos?

Quem controla o passado, ou quem controla o significado e o valor do patrimônio, é uma questão muito mais categórica para examinar a política identitárias de patrimônio, e assim se torna mais operacional e aberto à regulamentação ao reduzi-lo à questões técnicas de propriedade e posse. O que a tese da governabilidade faz aqui, no entanto, destaca o grau em que podemos conceituar o patrimônio como uma 'mentalidade', ou nos termos de Graham (2002) 'um conhecimento', para regular e governar reivindicações de identidade e entender o presente.

O Discurso Autorizado do Patrimônio constrói não apenas uma definição específica de patrimônio, mas também uma mentalidade, que é implantada para entender e lidar com certos problemas sociais centrados em reivindicações de identidade. A herança é, em certo sentido, um olhar ou uma maneira de ver (SMITH, 2006, p. 7, tradução livre).

Parecem como uma narrativa estabelecida pelo Estado para sugerir determinados valores culturais, correspondentes às classes abastadas e dominantes. Entretanto, os valores não se adequam ao que de fato ocorre em seu entorno, como no caso da Chácara Sábado D'Ângelo. A dispersão dos bens no território sugere não somente uma descontinuidade, mas também a falta de relação entre os bens e seu entorno.

valores adotados - resoluções de tombamento

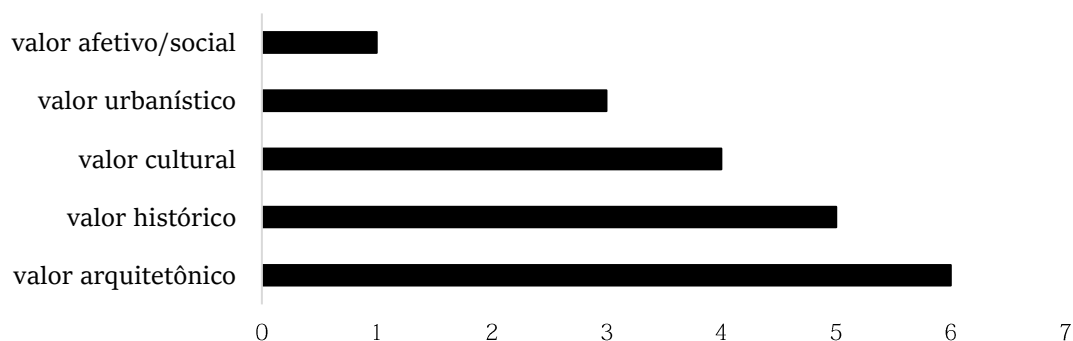


Gráfico 2. Distribuição dos valores adotados nas resoluções de tombamento dos estudos de caso, 2019.

Quando analisada à luz dos estudos de caso apresentados, evoca sobre o papel que os bens tombados assumem sobre a região, como na Casa do Chefe da estação, de usos desassociados das dinâmicas urbanas da região. Desde as resoluções de tombamentos, podemos observar pouco destaque ou preocupação com o que é vivido ali no cotidiano, como memórias afetivas, que corresponde à justificativa de tombamento de somente um estudo de caso, a Casa de Cultura Raul Seixas.

IPHAN 1937	Capela de São Miguel Paulista 1938	Sítio Mirim 1973				
CONDEPHAAT 1968	Capela de São Miguel Paulista 1974	Sítio Mirim 1982	Sítio Piraquara 1984	Chácara Sabbado D'Ângelo 2015		
CONPRESP 1985	Capela de São Miguel Paulista Sítio Piraquara Sítio Mirim 1991	Chácara Dos Fontoura 1994	Companhia Nitro Química Brasileira 2012	Casa da Fazenda da Família Morganti 2017	Chácara Sábbado D'Ângelo 2018	Casa do Chefe da Estação de Itaquera 2019

Observando a distribuição dos tombamentos no tempo, é notável que grande parte dos tombamentos na Zona Leste concentra-se nos períodos de governos autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar. Considerando que as políticas de patrimônio são políticas culturais, a seleção de bens representantes de determinados valores para serem tombados visa a formação de símbolos identitários.

O destaque recebido com os tombamentos em Itaquera depois dos megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas é notável, voltando-se para a preservação desses bens face à produção imobiliária efervescente na região.

Entretanto, é possível identificar no processo atual das políticas de preservação, o que Simone Scifoni (2018, p. 211) intitula de *ajuste do patrimônio*, que “compreende um conjunto de mecanismos por dentro do Estado e por meio dele, com o objetivo de

viabilizar a aprovação de empreendimentos privados e grandes projetos públicos” produzindo legalidade onde antes não existia tal possibilidade, garantindo “a realização do valor e lucro máximo na produção imobiliária a partir do momento em que elimina uma barreira ou obstáculo: o patrimônio”.

O ajuste do patrimônio tem produzido [...] bens culturais cada vez mais incompreensíveis do ponto de vista da memória que eles representaram um dia, transformando-se em meras mercadorias de uso turístico, objetos reificados com um uso “cultural” elitizado e perverso, porque implicam em expropriação de memórias dos grupos populares, de usos, de formas de apropriação e fruição espontânea (SCIFONI, 2018, p. 223).

A Capela de São Miguel apresenta a ação bastante singular do poder público. Desde a saída do Movimento Popular de Arte até a proibição da realização do forró na Praça do Forró, tem a produção de um bem cultural distanciado das memórias da população que se apropriou daquele espaço. A produção de cultura que antes ocorria de forma espontânea, agora é distanciada da Capela, que não mais se insere em uma ordem local, apesar de apresentar fortes relações com uma ordem global.

O patrimônio torna-se obstáculo, também, quando o seu uso e apropriação social não se adaptam à lógica que produz o espaço urbano homogêneo como condição de sua valorização. Nesse caso, sobretudo, tem-se um uso vinculado às classes populares, quer como moradia, trabalho ou formas de lazer coletivo, que se constitui como uma barreira à valorização (SCIFONI, 2018, p. 212).

Ao pensarmos o caso da Capela de São Miguel Paulista e seus diferentes usos, é notável a importância da ocupação do Movimento Popular de Arte, que trouxe uma diferente forma de apropriação de uma capela colonial, com usos voltados à apropriação coletiva. O uso, vinculado à um movimento popular em uma forma de lazer coletivo, constituiu uma barreira à valorização, em que o patrimônio se tornou um obstáculo, inviabilizando a produção do espaço de forma homogeneizada.

O resultado desse processo de ocupação, traz ainda a atuação do poder público, por meio da Secretaria de Cultura, de forma questionável, principalmente quanto à sua intencionalidade democrática. Afinal, é notável no discurso de Arantes e Andrade (1981) as marcas de um processo parcial por parte do Estado, em defesa ao patrimônio da Cúria Metropolitana.

As atividades realizadas hoje pelo educativo da Capela são voltadas para a consolidação de relações com a comunidade, em um processo de reconstrução da relação perdida. Devemos também considerar o caráter de inserção dessa comunidade na realização das atividades da Capela. Um espaço dividido entre exposições e atividades religiosas deve também apresentar-se enquanto aberto à reflexões críticas do significado e sentidos dessa religiosidade.

E como a autora Françoise Choay destaca “nunca é demais repetir [...]: os centros e os bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões” (CHOAY, 2001, p. 236).

Integrar a comunidade nas atividades desenvolvidas, não somente de forma passiva, mas ativa, é uma interessante abordagem para pensarmos como a Capela de São Miguel poderia ser reinserida nos vínculos afetivos e com a apropriação de moradores do bairro. Entretanto, a análise da postura assumida na construção da Estação de Trem de São Miguel Paulista, da linha Safira da CPTM não possibilitou sequer o diálogo com os comerciantes do entorno. As dimensões culturais da intervenção arquitetônica proposta sugerem uma atitude pouco consciente da complexificação das estruturas que existiam ali.

Apesar de privilegiar o acesso à Capela de São Miguel Paulista e ao Jardim Lapena, como podemos ponderar intervenção do poder público? Afinal, foi positivo para uma parcela da população, mas todas as memórias da antiga Estação de Trem, mesmo depois de reformada, e as práticas culturais abrigadas ali, foram bruscamente modificadas, sem relações de diálogo ou de integração das comunidades nas decisões.

A força de ação das comunidades pela Zona Leste também deve ser lembrada. Silvia Raimundo (2017) apresenta a incursão em coletivos culturais e fóruns, a participação em atividades e nas reuniões e assembleias do Movimento Cultural das Periferias, realizando também entrevistas com militantes da cultura e dos direitos humanos nas periferias. Estudando primeiramente os coletivos da Zona Leste e depois, o MCP, a geógrafa voltou-se a encontros mais contínuos com o objetivo de assim perceber sinais de cultura, por exemplo.

Vale pontuar a aproximação com o Coletivo ALMA (Aliança Libertária e Meio Ambiente), nascido na Casa de Cultura Raul Seixas. Composto por um grupo de jovens que começaram a se reunir, voltados ao teatro e à educação ambiental, com a realização de peças e outras atividades como saraus e festas (RAIMUNDO, 2017).

Podemos lembrar também da Rede Cultura ZL, criada em 2010, que articula grupos artísticos da região de Ermelino Matarazzo. Segundo Vander xCHEx (ALCADE, 2013), esses grupos realizaram diversas manifestações em 2011, na luta pela Casa de Cultura de Ermelino Matarazzo, com oficinas, eventos e discussões acerca das políticas públicas para a Cultura na região e nas periferias em geral. À época, contava com 5 grupos de discussões e planejamentos de atividades artístico-culturais: Muros que gritam, La Escada, Periferia Invisível, Grupo do Balaio e Slam da Guilhermina.

Existem vários outros grupos e coletivos atuantes na região, por exemplo o Grupo Ururay, voltado para o patrimônio cultural na Zona Leste, e a Ocupação Cultural Ermelino Matarazzo, administrada por um conselho popular com a participação de agentes, coletivos e grupos culturais do bairro.

No caso das entidades que trabalham com arte e cultura Ana Paula do Val (ALCADE, 2013, p. 16) comenta que em sua grande maioria, o objetivo não é uma formação voltada para criação artística e cultural. Muitas vezes, são atividades de meras reproduções de linguagens artísticas com o objetivo de instrumentalizar a arte a cultura como um instrumento de mediação social. Não se tem um entendimento mais profundo por parte dessas organizações do papel da arte e da cultura na formação da

identidade, na sua transversalidade com a educação ou mesmo na formação do jovem para ele ser artista ou produtor de cultura.

A implementação do Programa VAI em 2003, contemplando projetos de cunho artístico e cultural de jovens em regiões desprovidas de infraestrutura e equipamentos públicos, é apontada por do Val, como a possibilidade de construção de outro imaginário das periferias, trazendo uma nova cartografia da cultura na cidade de São Paulo, constituindo novos tecidos sociais e de pertencimento ao território (ALCADE, 2013, p. 18).

A construção de outros imaginários da periferia, poderia abarcar o reconhecimento das diferentes manifestações culturais de forma igualitária. Dessa forma, a sociedade poderia ser considerada como de fato multicultural, valorizando as práticas culturais populares e considerando a cultura de forma abrangente. No caso do patrimônio, é notável em alguns estudos de caso, como a Chácara Sábado D'Ângelo e a Companhia Nitro Química, a aproximação das políticas de acautelamento com a democratização da cultura, visando apenas o acesso aos bens pertencentes às classes dominantes. Temos que:

O patrimônio torna-se, assim, não apenas uma ferramenta de governança, mas também uma ferramenta de oposição e subversão. O patrimônio pode, portanto, ser entendido como uma importante ferramenta política e cultural na definição e legitimação da identidade, experiências e posição social / cultural de uma variedade de grupos subnacionais [...]. No entanto, também pode ser um recurso importante para desafiar identidade recebida e valores culturais / sociais (SMITH, 2006, p. 8, tradução livre).

Poderíamos então refletir sobre o que seria a igualdade dos lugares, como pensar na cidade de São Paulo, marcada por profundas desigualdades. Talvez podemos refletir como Lefébvre, considerando que “[...] A democracia urbana implicaria a igualdade dos lugares, a participação igual nas trocas globais. A centralidade produziria a hierarquia, portanto a desigualdade” (LEFÈBVRE, 2008, p. 117). No caso das cidades

brasileiras, vale lembrar de Paulo Freire, ao defender a nossa inexperiência democrática:

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transividade de consciência no comportamento do homem. Transividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe (FREIRE, 1999, p. 88).

Para alcançar a experiência democrática, é necessária a consciência crítica, “ [...] a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais” (FREIRE, 1999, p. 113). O patrimônio e os bens tombados poderiam ser importantes articuladores de vivências cotidianas como pontos de reflexão, tensionamento e análise da realidade concreta. Sua incorporação às práticas educativas, é fundamental para a produção ou releitura de significados, pois:

a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País. Do seu continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia. A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade (FREIRE, 1999, p. 104).

Analisar a realidade e estabelecer um posicionamento face aos problemas da própria democracia demandaria:

uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.

[...] das mais enfáticas preocupações de uma educação para o desenvolvimento e para a democracia, entre nós, haveria de ser a que oferecesse ao educando instrumentos

com que resistisse aos poderes do “desenraizamento” de que a civilização industrial a que nos filiamos está amplamente armada.

[...]

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática [...] Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispucesse a constantes revisões (Paulo Freire, 1999, p. 98|99).

O planejamento que reflita sobre a realidade das cidades e a educação, no caso dos bens tombados, voltada aos significados desses patrimônios e aberta a novas formas de reflexão. Pensar também nas articulações do que encontramos no espaço, a nossa frente, como fruto ou reflexo de ordens locais e globais, levar-nos-ia a sempre ter uma consciência crítica do nosso papel enquanto sujeitos. Utilizar o patrimônio enquanto objeto para estudo sobre a cidade, a cultura e a história viabiliza a apreensão de conhecimentos e de questões de forma crítica e autônoma.

A reterritorialização apresentada por Milton Santos é necessária para um enraizamento, pensarmos os espaços enquanto resultado do homem se reproduzindo no meio. É necessário pensar sobre o patrimônio inserido no território, questionando as tensões que encontramos na paisagem. É necessário que as atividades educativas reflitam sobre essas questões, sejam abertas ao diálogo, a participação das comunidades e a perspectiva de constantes revisões.



81. *Paisagem no Jardim Helena.*

6 Considerações finais

O Trabalho Final de Graduação foi pensado como um conjunto estudos sobre a Zona Leste e sobre o patrimônio, a cultura e o urbano. As considerações que apresento são iniciais com base nos estudos que desenvolvi e pretendo continuar.

Quais são os significados da região de estudo, e da Zona Leste como um todo? O olhar direcionado para essas regiões, considerando apenas seu caráter periférico e a partir disso traçando as relações que poderiam ser estabelecidas ali é normatizar e homogeneizar um processo bastante heterogêneo, com diversos valores cultivados, atividades desenvolvidas e histórias.

Primeiramente, ao analisar a história da Urbanização da Zona Leste, possibilitou o estudo de várias camadas históricas, algumas com marcas até os dias de hoje na paisagem. Observar também como se formaram núcleos, centralidades, desde o período colonial, sempre marcados por desigualdades e relações de imposição no espaço pelas classes dominantes.

Com a industrialização, esses núcleos urbanos são fortalecidos, abrigando não somente indústrias ou mais moradias, mas têm diversas atividades intensificadas, como as olarias e o comércio. Nas décadas de 1960 a 1980, é notável o processo expansão da mancha urbana na Zona Leste, conjugando-se com ao crescimento do centro da cidade.

As ações do poder público no planejamento da região reforçam as desigualdades espaciais e sociais, conjugando um modelo econômico com o modelo cívico. Os pobres são expulsos para cada vez mais longe do centro e ocorre a construção de grandes obras, como conjuntos habitacionais e investimentos ostensivos no sistema viário. Esse processo assemelha-se a uma colonização do espaço, em que são impostos determinados valores e a população ainda é pobre e excluída.

Quais são os sentidos culturais desse conjunto de ações do poder público, observadas no desenvolvimento do trabalho? O que significam as políticas de habitação com grandes conjuntos habitacionais na periferia? Quais as reais motivações para a construção de um complexo sistema viário e das obras de infraestrutura para a Copa do Mundo em Itaquera?

A atuação do poder público, em um território tão vasto como é o caso da cidade de São Paulo, é espacializada de forma desigual no espaço e na valoração da cultura. Os bens tombados, resultados de políticas urbanas e culturais, refletem uma realidade bastante diferente do que podemos encontrar na Zona Leste.

À vista disso, as políticas de patrimônio são inclusivas de todos os grupos? Refletem os valores culturais da população? Podemos aproximá-las de políticas voltadas à democracia cultural e urbana?

Observando os tombamentos como resultados dessas políticas, parecem descontextualizados na região, pouco integrados às relações traçadas na área. Tensionar as diferentes ocupações dos bens com o tempo e quais grupos sociais são incluídos na conta, podemos pensar como o “discurso autorizado”, as narrativas priorizadas, o patrimônio institucionalizado traz consigo a valoração das classes dominantes, seja dos espaços, seja da cultura.

É notável o esforço de grupos e coletivos, bem como de atividades do poder público voltando-se a reflexão de discursos não-hegemônicos, incluindo outras vozes e outros grupos na cidade. Entretanto, o que ocorre com a patrimonialização na Zona Leste, ainda expressa posturas muito restritas e condizentes com formas de valoração da cultura específicas, para determinados grupos sociais.

Com o aprofundamento das análises, foi possível observar o que a patrimonialização significa no cotidiano dos espaços. As necessidades de vínculo com a comunidade e a sensação de invisibilidade dos bens tombados, foi bastante notável

e demonstra uma relação muito mais complexa entre a patrimonialização e a preservação.

Considerando as discussões sobre a cultura e a realidade nacional, as relações entre a ordem local e a global, podemos então apreender os significados das ausências e das presenças nos espaços, de como essa relação é sempre renovada. Portanto, é necessário refletir nos estudos de caso além de sua forma ou arquitetura, de sua materialidade, mas também incluir as diferentes relações traçadas e os sujeitos e grupos envolvidos, suas dimensões imateriais e culturais.

Refletir sobre a integração dos bens tombados no território e como se inserem nos processos que permeiam a história da urbanização da Zona Leste, possibilitou entender os seus significados ali, onde se encontram nos dias de hoje. Seja com os casarões de famílias ricas, o arruamento ou até a localização dos centros, podem ser bases para aprender.

Portanto, vejo nas atividades de educação patrimonial na Capela de São Miguel, da Casa de Cultura Raul Seixas e em outros espaços culturais na região, a tentativa de ressignificar os espaços e trazê-los para as discussões nas comunidades, não somente no âmbito de equipamentos culturais e museus, mas também no cotidiano das escolas e bairros.

A inserção das pessoas, grupos, comunidades na discussão sobre o patrimônio, leva-nos diretamente à pensar na educação como uma chave, levando a processos identitários reflexivos sobre o cotidiano e sobre o território, com a formação de sujeitos críticos e até alcançando a autonomia de refletirem sobre o patrimônio, elegendo seus bens a serem preservados, o que já é feito por grupos e coletivos da região, afinal ocorre ali a produção de cultura e a ocupação dos espaços.

Referências das imagens

1. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
2. Fonte: Geosampa, 2019. Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
3. Fonte: Geosampa, 2019. Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
4. Emplasa (2015) e Geosampa (2019). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
5. Fonte: ((FRANÇA e LEMOS, 1999, p. 129.
6. Aroldo de Azevedo. Fonte: Azevedo, 1945, p. 133.
7. Aroldo de Azevedo. Fonte: Azevedo, 1945, p. 54.
8. Aroldo de Azevedo. Fonte: Azevedo, 1945.
9. Autor desconhecido. Fonte: Deli, 2010, p. 80
10. Autor desconhecido. Fonte: Costa, 2015, p. 42.
11. Aroldo de Azevedo. Fonte: Azevedo, 1945, p. 54.
12. Fonte: Augusti, 2012.
13. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
14. Prefeitura do Município de São Paulo. Fonte: Oliveira, 2015, p. 138.
15. Fonte: Google (2019), editado pela autora.
16. Fonte: Cadastro de Referências urbanas: Zona Leste, 1985, p. 24.
17. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
18. Acervo de Jesus Matias de Melo. Fonte: Melo, 2017, p. 59
19. Geosampa (2019) e SMDU (2016). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
20. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
21. Mapa das Zonas de Centralidade. Fonte: Geosampa (2018). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
22. Mapa das Escolas, equipamentos culturais, parques e transporte coletivo. Fonte: Geosampa (2018). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
23. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
24. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
25. Fonte: Geoportal (1958). Disponível em: <<https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.

26. Fonte: Mapa Digital da Cidade (2004). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
27. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
28. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
29. Projetos da Capela de São Miguel Paulista. Disponível em:
<<https://www.capeladesaomiguelarcanjo.org/projetos>>.
30. Fonte: Caderno de Obras da Capela de São Miguel (Arquivo Iphan-SP), 1940. Disponível em:
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.193/6120>>.
31. Visita à Capela de São Miguel Arcanjo Fonte: Colégio Argumento, 2019. Disponível em:
<<https://argumento.com.br/colegioargumento2019/passeio-a-fazenda-ituau-2/>>.
32. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
33. Fonte: Geoportal (1958). Disponível em: <<https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
34. Fonte: Emplasa (1972). Disponível em: < <https://emplasa.sp.gov.br/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
35. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
36. Sítio Mirim, um patrimônio histórico abandonado na Vila Jacuí. Folha de São Paulo, São Paulo: 11.jul.2012. Disponível em: <<https://mural.blogfolha.uol.com.br/2012/07/11/sitio-mirim-um-patrimonio-historico-abandonado-na-vila-jacui/>>.
37. Acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP. Fonte: Rodrigues, 2017, p. 162.
38. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
39. Foto: Herman Hugo Graeser (Germano), 1945. Fonte: Augusti, 2012.
40. Autor desconhecido. Fonte: Augusti, 2012.
41. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
42. Fonte: Emplasa (1972). Disponível em: < <https://emplasa.sp.gov.br/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
43. Fonte: Mapa Digital da Cidade (2004). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
44. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
45. Olhar Mural: Capela de 1682 preserva história do Jardim Helena. Folha de São Paulo, São Paulo: 10 abr. 2012. Disponível em: <<https://mural.blogfolha.uol.com.br/2012/04/10/olhar-mural-capela-de-1682-preserva-historia-do-jardim-helena/>>.
46. Subprefeitura de São Miguel. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_miguel_paulista/noticias/?p=2326>.

47. DAEE. Disponível em:
<http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=565>.
48. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
49. Fonte: Geoportal (1958). Disponível em: <<https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
50. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
51. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
52. Fonte: Geoportal (1958). Disponível em: <<https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
53. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
54. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
55. Autor desconhecido. Fonte: ((FRANÇA e LEMOS, 1980, p. 137.
56. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
57. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
58. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
59. Fonte: Tonaki, 2013, p. 70.
60. Fonte: Tonaki, 2013, p. 96.
61. Fonte: CONPRESP, Resolução de tombamento, nº10 de 2012.
62. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
63. Fonte: Geoportal (1958). Disponível em: <<https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
64. Fonte: Mapa Digital da Cidade (2004). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
65. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
66. Subprefeitura de Itaquera. Disponível em:
<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/itaquera/noticias/?p=69488>>.
67. Disponível em: <<http://identidadeemrede.blogspot.com/2008/06/por-que-seu-bairro-assim.html>>.
68. Blog Estadão. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/itaquera-e-a-memoria/>>.
69. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.

70. Fonte: Geoportal (1958). Disponível em: <<https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
71. Fonte: Emplasa (1972). Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
72. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
73. Fonte: Geosampa (2018). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
74. Fonte: Geosampa (2018). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
75. Fonte: SARA Brasil (1930). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
76. Fonte: Emplasa (1974). Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/>>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
77. Fonte: Google (2018). Elaborado por Bárbara Yadoya, 2018.
78. Autor desconhecido. Fonte: Almanaque - Um olhar sobre São Miguel Paulista. 2008.
79. Fonte: Geosampa (2018). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
80. Fonte: Geosampa (2018). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
81. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.
82. Acervo de Bárbara Yadoya, 2019. Fonte: foto autoral.

Referências dos Gráficos

1. Fonte: Infocidade. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/index>. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.
2. Dados obtidos das resoluções de tombamento, por meio da análise textual de referência aos valores adotados. Elaborado por Bárbara Yadoya, 2019.

Referências Bibliográficas

ALCADE, Emerson (org). Cultura ZL : rede de coletivos Ermelino Matarazzo. São Paulo, Edicon, 2013.

Almanaque - Um olhar sobre São Miguel Paulista. Manifestações culturais, ontem e hoje. Fundação Tide Setúbal, São Paulo. 2008.

AUGUSTI, Waldir Aparecido (ed). Memórias de Ermelino Matarazzo : um bairro paulistano, seu povo, sua gente. São Paulo, Ed. do autor, 2012. 159 p.

ALMEIDA. Patrícia Freire de (org.). Territórios de Ururay. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.

ARANTES , A. A. e ANDRADE, M. A demanda da Igreja Velha: Análise de um conflito entre artistas populares e órgãos do Estado. Revista de Antropologia, Separata do volume XXIV. São Paulo: USP, 1981.

AZEVEDO, A. Subúrbios orientais de São Paulo. São Paulo: USP, Doutorado em Geografia, 1945.

BARBOSA LIMA, L. P.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. IV Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2013.

BOMTEMPI, Sylvio. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O bairro de São Miguel Paulista. São Paulo, DPH, 1970. História dos bairros de São Paulo.

BURGOS, Rosalina. Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Cadastro de referências urbanas : Zona Leste. São Paulo, Secretaria Municipal do Planejamento, SEMPLA, 1985.

CAPORRINO, Amanda Walter. Na era das usinas: a Usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo (1930-1964). 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-09122016-140213.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. S. Paulo, SP, Editora Contexto, 1992.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução: Luciano Vieira Machado. UNESP, 2001.

Compêndio de Atas de Audiências Públicas – Câmara Municipal de São Paulo: Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente – 9 de mai. de 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2011/00/00/0H/LB/00000HLBI.PDF>>

COSTA, L. F. . Um Sabbado em Itaquera: a trajetória do industrial Sabbado D'Angelo e sua relação com a cidade de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Abi - História) - Universidade Federal de São Paulo, 2015.

DARVICHE, Yasmin. Os sentidos patrimoniais na periferia: inventário de referências culturais para São Miguel Paulista. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, 2017.

DELI, Fernando Rodrigues. Da fazenda Caguaçu à área de proteção ambiental: a APA do Carmo no cerne da Zona Leste paulistana. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FABRIZIO, C. Reflections on the evolution of the notion of culture and of the concepts relating to cultural development and cultural policies since 1970; background paper. Paris: Unesco, 1980.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

Prefeitura do Município de São Paulo. Infocidade, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/index.php/>.

Prefeitura do Município de São Paulo. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), nº 16.402, de 22 de maio de 2016.

LEFÈBVRE, Henri. Martins, Sérgio (trad). Andrade, Margarida Maria de (rev). A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008. 176 p. Coleção Humanitas. Título original: La revolución urbane.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. FRANÇA, Maria Cecília. Itaquera. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. História dos Bairros de São Paulo.

LOPES, R. H. Face Leste: Revisitando a cidade. São Paulo: Mitra Diocesana São Miguel Paulista. 2011.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, Csaba (org). SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (org). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, FUPAM/EDUSP, 1999.

MELO, Jesus Matias de. Itaim Paulista. São Paulo : Arquivo Histórico Municipal, 2017. Coleção História dos Bairros de São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura, v. 33.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais.” In: YAZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. (orgs) Turismo Espaço Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo Abdo (org). SERPA, Ângelo. Turismo e paisagem. São Paulo, Contexto, 2002.

MONTANARI, T. C. . Do global ao local: circulação e difusão cultural na decoração da capela do antigo Aldeamento de São Miguel Arcanjo (São Paulo, séculos XVII-XVIII). In: FLECK, E. C. D.; ROGGE, J. H. (org.). A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MORCELLI, Danilo da Costa. Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do rio Tietê. 2013. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAIS, Isabel Rodrigues de. São Miguel Paulista - Capela de São Miguel Arcanjo. Interfaces das memórias do patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. “Itaquera para quem?”: projetos urbanos e mudanças socioespaciais na periferia de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Filipe Vieira de. Urbanização e formação socioespacial da Zona Leste da cidade de São Paulo: Aspectos históricos e forma urbana. Universidade São Judas Tadeu: 2016.

PASQUIM, Franciele. Antonio da Silva Jardim (1860-1891) na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. In: MORTATTI, MRL., et al., orgs. Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 35-58.

Prefeitura do Município de São Paulo PMSP. Plano Diretor Estratégico. São Paulo: PMSP, 2014.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAMALHOSO, Wellington. Destino Itaquera: o metrô rumo aos conjuntos habitacionais da COHAB-SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

RODRIGUES, Angela Rosch. Ruína e patrimônio cultural no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, A. R. Ruínas do abandono e sua significação: o caso do Sítio Mirim - São Paulo. Encontro Internacional Arquimemória Sobre Preservação do Patrimônio Edificado 4. Salvador - Bahia, 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo, EDUSP, 2004. 384 p.

SANTOS, Milton. Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo. 2.ed.. São Paulo, EDUSP, 2009.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. São Paulo, Editora Contexto, 2018. p. 209-215.

SMITH, Laurajane. Uses of heritage. London New York, Routledge, 2006.

TONAKI, Luciana Lepe. A CIA Nitro Química Brasileira: indústria e vila operária em São Miguel Paulista. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

VENTURA, Cássio. Memória: Engenho foi demolido nos anos 70. Jornal da Tarde, São Paulo, 1976. Seu Bairro. (1972 c.) – Autor desconhecido. (1972 c.). Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/?p=124>>.

VOLKERLING, M. Deconstructing the difference-engine: A theory of cultural policy. The European Journal of Cultural Policy, v. 2, n. 2, 1996.

Sites

BALAGO, Rafael; Ramos, Vander. Comerciantes da zona leste de SP tentam adiar abertura de nova estação. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, jul 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1311784-comerciantes-da-zona-leste-de-sp-tentam-adiar-abertura-de-nova-estacao.shtml>> .

BRAGA, André. O que é uma Zepec (Zona Especial de Preservação Cultural). Patrimônio Histórico, 2016. Disponível em: <<http://patrimoniohistorico.prefeitura.sp.gov.br/index.php/378/>>.

BRANT, Julia. Conheça Elvira de Almeida: arquiteta de espaços lúdicos. ArchDaily Brasil: São Paulo, 04 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/891709/o-brinquedo-do-parque-um-conceito-ludico-como-arte-do-reaproveitamento-e-o-trabalho-de-elvira-de-almeida>> ISSN 0719-8906>.

Capela de São Miguel Arcanjo. Disponível em: <<https://www.capeladesaomiguelarcanjo.org/a-capela>>.

Centro Cultural Casa da Memória. Participe das oficinas / Confira a programação! Prefeitura Municipal de São Paulo, Subprefeitura Itaquera, 1 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/itaquera/noticias/?p=85711>>.

CONDEPHAAT: o CONDEPHAAT e a UPPH. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/o-condephaat-e-a-upph/>>.

DAEE prepara restauração da “Casa Sede” do Núcleo Itaim Biacica. Portal do Departamento de Águas e Energia Elétrica, 17 dez. 2018. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=222>

8:daee-prepara-restauracao-da-casa-sede-do-nucleo-itaim-biacica-&catid=69:home-page&Itemid=78>.

DAEE prepara segundo núcleo do PVT. Portal do Departamento de Águas e Energia Elétrica, 1 ago. 2015. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1461:daee-prepara-segundo-nucleo-do-pvt&catid=48:noticias&Itemid=53>.

Estudo de tombamento do Sítio Piraquara, situado na Av. Assis Ribeiro s/ nº - Capital, Sessão Ordinária 1702ª, abr. 2013. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo: Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, 2013.

Finalmente o Parque Linear Mongaguá é inaugurado. EM Jornal Notícias de Ermelino Matarazzo, 30 mai. 2011. Disponível em: <<http://emjornal.com.br/noticias/finalmente-o-parque-linear-mongaga-e-inaugurado/>>.

Linear Mongaguá - Francisco Menegolo. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_leste/index.php?p=46951>

MENGUE, Priscila. Prefeitura homologa tombamento da Chácara Sabbado D'Ângelo, na zona leste de SP. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 11 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-homologa-tombamento-da-chacara-sabbado-dangelo-na-zona-leste-de-sp,70002398405>>. Acesso em: 27 de ago. de 2019.

MENGUE, Priscila. Conpresp tomba Casa da Memória, biblioteca e residência em Itaquera. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 28 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,conpresp-tomba-casa-da-memoria-biblioteca-e-residencia-em-itaquera,70002846936>>.

Núcleo Itaim Biacica. Disponível em: <https://nucleo-itaim-biacica.negocio.site/?fbclid=IwAR2ZsDyC7N6ol8zADMZ62Ebj8XskRE_bm_moAbct762Ok8ajeUAtxMF2puI>.

Parque Várzeas do Tietê. Portal do Departamento de Águas e Energia Elétrica. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=565>.

parque-varzeas-do-tiete-o-maior-parque-linear-do-mundo&catid=48:noticias&Itemid=53>.

Parque Mongaguá - Francisco Menegolo comemora oito anos. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Especial de Comunicação, 28 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/zeo-capital.sp.gov.br/prefeitura/noticia/parque-mongagua-francisco-menegolo-comemora-oito-anos>>.

RIBEIRO, R. V.; APOLINÁRIO, J. P.; RODRIGUES, T. K. Mapa interativo de distribuição racial no Brasil. Disponível em: <<https://patadata.org/maparacial/>>.

SÃO PAULO, 21 de jul. de 2007. População do Itaim Paulista terá parque projetado por Ruy Ohtake. Diário Oficial do Estado de São Paulo: SP, vol. 127, n. 136, p. 1, 11 jan. 2002.

Senado aprova financiamento para Parque Várzeas do Tietê. Portal do Departamento de Águas e Energia Elétrica, 20 mai. 2011. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=344:senado-aprova-financiamento-para-parque-varzeas-do-tiete&catid=48:noticias&Itemid=53>.

Documentos

CONPRESP, Resolução de abertura de processo de tombamento, nº 26 de 2004. APT ZEPECS.

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº10 de 2012, Companhia Nitro Química Brasileira.

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 5 de 1991. Tombamento ex-officio (TEO).

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 16 de 1994. Tombamento Chácara dos Fontoura.

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 10 de 2012. Tombamento Elementos integrantes do Complexo da Cia Nitro Química.

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 22 de 2015. Imóveis Propostos como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC).

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 35 de 2017. Tombamento da Antiga Sede da Fazenda da Família Morganti.

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 5 de 2018. Tombamento Casarão da Rua Sábado D'Ângelo.

CONPRESP, Resolução de tombamento, nº 9 de 2019. Tombamento de 3 imóveis em Itaquera.

CONDEPHAAT, Processo de tombamento ex-offício, nº 22053 de 1982. Sede do Sítio Mirim.

IPHAN, Processo de Tombamento n. 0180-T-38, Capela de São Miguel Arcanjo.

